

Lucas Figueiredo

Filiação- Pai...- Pedro
Mãe...- Dilma
Data nascimento...- 14 de
Naturalidade...- Belo
Estado Civil...- Casad
Profissão...- Contad
Cutis...-
Olhos...-
Residência...- Av. T
Data da identificação:-
No Registro:-



OIHO POR OIHO

Os livros secretos da ditadura



Lucas Figueiredo



Filiação- Pai...- Pedro
Mãe...- Dilma

Data nascimento...- 14 de
Naturalidade...- Belo
Estado Civil...- Casado
Profissão...- Técnico
Cúpis...-
Cinos...-
Residência...-
Data da identificação por
M. Registro:-

OIHO POR OIHO

Os livros secretos da ditadura



Lucas Figueiredo

OLHO POR OLHO

Os livros secretos da ditadura



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2009

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Figueiredo, Lucas, 1968-

F488o Olho por olho [recurso eletrônico] : os livros secretos da ditadura / Lucas Figueiredo. – Rio de Janeiro : Record, 2011.

recurso digital + encarte

Formato: ePub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-01-09583-1 [recurso eletrônico]

1. Brasil : nunca mais. 2. Orvil. 3. Arns, Paulo Evaristo, 1921-. 4. Gonçalves, Leônidas Pires, 1921-. 5. Brasil – Política e governo – 1964-1985. 6. Brasil – História - 1964-1985. 7. Ditadura e ditadores– Brasil. 8. Igreja Católica – Atividades políticas – Brasil – História. 9. Livros eletrônicos. I. Título.

11-
3769

CDD: 321.90981
CDU: 321.64(81)

Copyright © Lucas Figueiredo, 2009

Fotos de capa: O Cruzeiro / Arquivo EM (topo) e Robson de Freitas / O Cruzeiro / Arquivo EM (base).

Direitos exclusivos desta edição reservados pela

EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina, 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000

Produzido no Brasil

ISBN 978-85-01-09583-1

Seja um leitor preferencial Record.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos
lançamentos e nossas promoções.



Atendimento e venda direta ao leitor:

mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002.

Para Márcio

SUMÁRIO

Introdução

1 A contabilidade do inferno

2 Tributo a Soljenítsin

3 Os guardiões

4 “Ah, este aqui você vai gostar”

5 A confissão

6 Aposta nas trevas

7 A vítima

Epílogo

Siglas

Agradecimentos

Fontes

Créditos do encarte

Índice onomástico

INTRODUÇÃO

A história é conhecida: a guerra entre os promotores e opositores da ditadura militar no Brasil (1964-85) foi longa, suja e, ao final, ainda que um lado tenha perdido bem mais que o outro, a derrota foi servida a todos em porções generosas. O que durante duas décadas não se soube é que o confronto derradeiro mobilizou menos de 40 combatentes de cada lado, foi silencioso — quase invisível — e durou 28 anos (1979 a 2007), extrapolando assim o próprio período da ditadura. A última batalha dessa guerra foi travada por dois livros.

O primeiro movimento coube aos adversários do regime. Em 1979, em pleno governo de um general forjado no serviço secreto, um grupo de religiosos e advogados deflagrou um projeto tão ambicioso quanto improvável. Eles pretendiam:

- 1) Entrar na sala de processos do Superior Tribunal Militar (STM), um prédio em Brasília cercado de seguranças;
- 2) Pegar toneladas (literalmente!) de provas das atrocidades cometidas nos porões do regime;

3) Reunir tudo num livro-denúncia.

Ninguém até hoje sabe exatamente como foi possível, mas o fato é que o plano deu certo.

Depois de seis anos de trabalho no mais absoluto segredo, o projeto resultou no livro *Brasil: Nunca Mais*. A obra foi publicada em julho de 1985, quando havia apenas quatro meses que a ditadura terminara. Repercutiu com força dentro e fora do Brasil, tornando-se o relato mais importante dos casos de tortura (milhares), morte (cerca de 400) e desaparecimento de presos políticos (135) no regime militar.

Como é fácil imaginar, foi grande o baque nos quartéis. Àquela altura, as Forças Armadas já estavam resignadas por terem sido forçadas a ceder o poder de volta aos civis, mas tinham concebido um script diferente para o início do processo de redemocratização. A ousadia do *Brasil: Nunca Mais* teria troco.

Ainda naquele ano, a resposta dos militares começou a ser gestada no *Forte Apache* — o Quartel-General do Exército, em Brasília, um conjunto gigantesco de prédios em forma de régua, gelados no inverno e ardentes no verão. A cúpula da força terrestre não precisou de muito tempo para definir como seria a desforra. Valeria a lei de talião: se era olho por olho e dente por dente, livro se pagaria com livro. Ou melhor: uma obra que desdissesse tudo o que a outra afirmara, uma espécie de avesso do *Brasil: Nunca Mais*. Não à toa, o projeto do Exército foi batizado com o nome-código *Orvil*, a palavra livro escrita de trás para frente.

Classificado com a chancela de reservado, o projeto durou três anos e gerou um livro revelador, de quase mil páginas. Contudo, para desalento da ala mais radical das Forças Armadas, quando o *Orvil* estava pronto para ganhar as livrarias e enfrentar o *Brasil: Nunca Mais*, sua publicação foi abortada. Esse, porém, não foi o fim da história do *Orvil*. O manuscrito sigiloso acabou contrabandeado para fora do QG do Exército e passou a

circular, de forma clandestina, num minúsculo e fechado grupo de militares e civis de extrema direita. Os guardiões do *Orvil* foram discretos e disciplinados. Calcula-se que tenham feito somente 15 cópias do documento, o que certamente colaborou para que o segredo fosse guardado durante tanto tempo: 19 anos.

Em 2007, finalmente o *Orvil* veio à luz. Naquele ano, por um golpe de sorte (ou do destino), eu consegui obter uma das cópias do manuscrito.

Por trás daqueles dois projetos — igualmente secretos e insanamente fantásticos, que culminaram em livros opostos e ao mesmo tempo complementares — havia dois homens: o cardeal-arcebispo de São Paulo, [d. Paulo Evaristo Arns](#), âncora e escudo do *Brasil: Nunca Mais*, e o ministro do Exército, general [Leônidas Pires Gonçalves](#), idealizador e responsável pela produção do *Orvil*.

Até para aqueles que não sabiam que um era general e o outro cardeal, era fácil ver que se tratavam de pessoas distintas. Com seu metro e noventa de altura, ombros largos e a cara invariavelmente fechada, Leônidas impunha respeito, quase medo. [Arns](#), por sua vez, não chamava a atenção com seu metro e setenta e seu sorriso infantil, pregado numa boca sem lábio superior. Quando paramentados, seus papéis antagônicos se tornavam ainda mais evidentes. A farda verde-oliva cravejada de medalhas e insígnias, o quepe alto bordado com um imenso brasão dourado, o bastão de comandante, as luvas de couro pretas e, vez por outra, a espada na cintura ao alcance da mão esquerda não deixavam dúvidas sobre quem era Leônidas. O mesmo podia-se dizer de [Arns](#), com seu pequeno chapéu cardinalício de quatro pontas, as vestes brancas com cruces bordadas e o descomunal crucifixo prateado no peito, amarrado por uma corrente desarmoniosamente grande.

Ambos nasceram no Sul do país (o general em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, e o cardeal em Criciúma, Santa Catarina) no ano de 1921 (maio e

dezembro, respectivamente), e as coincidências acabam por aí.

[Arns](#) era filho de um colono pobre; [Leônidas](#), de um médico.

Aos 18 anos, quando [Leônidas](#) abraçou em definitivo a vida na caserna, ao sentar praça na tradicional Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro (então capital do país), [Arns](#) estudava num seminário em Rio Negro, cidadezinha sem grande importância no interior do Paraná.

Um escolheu a arma da artilharia. O outro, a ordem dos franciscanos.

Aos 23 anos de idade, foram investidos das condições de primeiro-tenente e padre, em cerimônias realizadas com diferença de apenas 17 meses. Em seguida, [Leônidas](#) foi literalmente se preparar para a guerra, na Escola do Estado-Maior (EEM), no Rio, enquanto [Arns](#) se entregou aos estudos de letras, pedagogia e literatura francesa em Paris.

Concluído o período de instrução, começaram a lecionar: artilharia e tática; teologia e literatura francesa.

Quando veio o golpe, [Leônidas](#), então com 42 anos, servia como tenente-coronel no Estado-Maior do Exército sob as ordens do general [Humberto Castello Branco](#), nome mais alto da lista dos conspiradores e, posteriormente, primeiro ditador do regime militar. Na mesma época, [Arns](#) se dedicava a tarefas sociais, sobretudo em escolas no bairro operário Itamaraty, na periferia de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro.

Na década de 1960, ambos decolaram em suas carreiras. [Leônidas](#) se revezou entre postos de comando em quartéis no interior do país e gabinetes refrigerados de Brasília e passou dois anos na Colômbia, como adido militar. [Arns](#) conquistou cargos de relevo na cúria paulistana e na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assumindo tarefas que o levavam com frequência ao Vaticano.

[Leônidas](#) não era da ala dos duros do regime militar, mas isso não o impediu de ser respeitado e prestigiado pela cúpula do Exército (e a recíproca foi verdadeira) nos momentos mais violentos da ditadura, nos governos de [Arthur da Costa e Silva](#) (1967-69) e [Emílio Garrastazu Médici](#) (1969-74). Já

[Arns](#) foi para o pau. Não se pode dizer que ele sozinho tenha forçado a guinada da Igreja, de apoiadora incontestada do golpe a opositora ferrenha do regime. Mas certamente foi d. Paulo quem deu os mais corajosos e decisivos passos para que isso ocorresse.

Ao ser sagrado cardeal pelo [papa Paulo VI](#), em março de 1973, em concorrida celebração no Vaticano, [Arns](#) atingiu o cume de sua carreira. Em represália à postura de [Arns](#), sempre alerta em denunciar o desrespeito aos direitos humanos por parte dos militares, o governo não custeou sua passagem aérea para Roma nem patrocinou as vestes da cerimônia, como era de praxe. Exatamente um ano depois, foi a vez de Leônidas ser promovido. Virou general e ganhou um cargo de chefia no Rio.

O cardeal e o general também tiveram posturas diferentes em relação a um dos episódios mais sombrios da ditadura: o assassinato do jornalista [Vladimir Herzog](#) — pacato militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) — no DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo, em 1975. A reação de [Arns](#) foi vigorosa. Ele promoveu um culto ecumênico na Catedral da Sé e usou a homilia para pesar a consciência dos militares:

— Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor em favor dos demais homens [...]. Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão. [...] Apelo para a Justiça [...]. Justiça que possa consubstanciar-se nas leis, mas que tenha força no interior de cada homem disposto a dizer a si mesmo e aos outros: basta!

Já Leônidas sempre defendeu a canhestra versão oficial do Exército para o episódio, que dava conta de que [Herzog](#) se enforcara dentro da cela, com um cinto, tendo os pés apoiados no chão. Certa vez, ao mencionar o fato — em depoimento formal e gravado ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) —, o general referiu-se a [Herzog](#)

como “um moço daquela raça estranha, metido a jornalista”. Diretor de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, [Herzog](#) era judeu.

Esta história trata de dois livros, dois personagens e seus dois pequenos exércitos — opostos que se atraíram.

CAPÍTULO 1

A contabilidade do inferno

Não pareceu apenas estranho, mas assustador, quando o único telefone que havia no galpão tocou. A maioria dos que ali estavam ficou imóvel por alguns segundos, só escutando aquele som e desejando do fundo d'alma que tal coisa nunca tivesse acontecido. A linha não figurava na lista telefônica, e os poucos que sabiam seu número tinham sido avisados de que, em hipótese alguma, deveriam ligar para lá. O aparelho existia somente para fazer chamadas, mesmo assim em casos de urgência. Vez por outra, um dos raros que se atreviam a encostar no telefone discava para alguém, fazia quase sempre a mesma pergunta (“O chocolate chegou?”) e, em seguida, após escutar a resposta, desligava. Aquela foi a primeira vez que o telefone tocou.

Tão bizarro quanto o assombro com um telefone que toca era o motivo do pânico silencioso que tomou conta do ambiente. A rigor, nada de ilegal estava sendo feito naquele galpão, localizado em um bairro movimentado de São Paulo. Todos ali estavam em dia com suas obrigações, não deviam nada à Justiça e nenhum deles constava da lista de procurados. Eram, na sua maioria, estudantes de direito e jornalismo, advogados, professores, pesquisadores e especialistas em computação. Nada faziam de indecoroso ou sórdido; suas

tarefas eram, até certo ponto, enfadonhas e burocráticas.

A jornada diária era repetitiva. Todo santo dia, um advogado baixinho, bigodudo e com o cabelo perturbadoramente preto trazia caixas de papelão contendo quilos de documentos. A primeira fase do trabalho consistia em microfilmar folha por folha — os rolos de filme eram levados por um homenzarrão simpático e meio calvo sabe-se lá para onde. A segunda etapa era um pouco mais trabalhosa: outra turma varejava os documentos atrás de dados de pessoas ali citadas, como nome, idade, sexo, profissão, local de nascimento, local de moradia, grau de escolaridade etc. Essas informações eram armazenadas em dois computadores Prológica CP 500 (um equipamento do tamanho de um frigobar, com 16 Kbytes de memória e tela verde: naquela alvorada dos anos 1980, era o que havia de mais moderno em termos de atraso). Então, com alguns comandos, os dados eram cruzados, gerando estatísticas e tabelas.

Algumas etapas do trabalho eram tão mecânicas que, para alívio dos coordenadores da equipe, vários dos seus integrantes não tinham a mais vaga noção do que se produzia naquele galpão. Eram como operários de uma linha de montagem que, trabalhando às cegas, apertam parafusos de algo que nunca saberão o que é. Outros componentes do grupo, ainda que não imaginassem que fim seria dado ao material que processavam ou desconfiassem quem poderia estar por trás de tudo aquilo, tinham discernimento suficiente para suspeitar aonde haviam se metido. Cooptados por um ou outro coordenador da equipe, os integrantes dessa turma trabalhavam na confiança de que, ainda que muitas perguntas não pudessem ser feitas, existia um sentido maior no empreendimento. E, claro, uma justificativa muito boa para tanto sigilo.

Fora os que atinavam alguma coisa e os que nada percebiam, havia um terceiro grupo, muito pequeno, formado por gente que sabia muito (mas não tudo): os coordenadores. Justamente por terem uma dimensão maior da empreitada, eram eles os mais apavorados com o telefone que tocava. Não

seria exatamente uma surpresa para eles se, em questão de minutos ou segundos, a polícia, o DOI-Codi, agentes dos serviços secretos militares ou sabe-se lá mais quem chutassem a porta do galpão e entrassem com armas engatilhadas. A perspectiva do abismo sempre esteve presente na cabeça dos coordenadores.

Caso os prognósticos sombrios se confirmassem, na melhor das hipóteses o material do galpão seria confiscado e destruído, e todos passariam muito tempo explicando (ou tentando explicar) o que afinal de contas faziam ali. Podia, contudo, ser bem pior. Ainda que formalmente não estivessem fazendo nada fora da lei — tão somente duplicando e estudando processos do Superior Tribunal Militar obtidos legalmente —, aquelas atividades eram passíveis de enquadramento no vago conceito de subversão. Para isso, bastava apenas que uma autoridade forçasse um pouco mais a barra — e na ditadura o que não faltavam eram autoridades com esse pendor. Nesse caso, a prisão era uma possibilidade bastante concreta, e daí para a frente o precipício podia não ter fim.

Como ninguém atendeu a ligação, o telefone tocou até desligar e, em seguida, para conforto geral, ficou novamente silencioso. A tensão, porém, durou o resto do dia.

Ao final do expediente, ninguém havia chutado a porta e os agentes da repressão não tinham aparecido. Tudo voltou ao normal. Ou quase.

No dia seguinte, o galpão estava vazio. A equipe, a microfilmadora, os computadores, as mesas, as prateleiras de metal, os gaveteiros de aço, as pastas de papelão e as centenas de milhares de cópias de documentos haviam sido levados para outro local, arranjado às pressas pelo responsável maior por tudo aquilo, [d. Paulo Evaristo Arns](#), uma das duas únicas pessoas que sabiam tudo do projeto. Não era a primeira vez nem a última que uma mudança urgente como aquela acontecia. Esta era uma das regras irremovíveis do projeto: por motivos de segurança (do programa e dos envolvidos nele), a qualquer sinal de vulnerabilidade, fosse algo concreto ou mesmo fruto de

pura paranoia, o esquema deveria ser desmontado e transferido. O *Brasil: Nunca Mais* — esse nome ainda não existia, só viria mais tarde — não poderia correr riscos além daqueles (imensos) inerentes ao projeto.

A primeira faísca que resultou na bomba atômica do *Brasil: Nunca Mais* — também chamado *BNM* — espocou três anos antes daquele telefone tocar.

Em março de 1979, pouco depois que o general [João Baptista Figueiredo](#) assumiu o poder, os advogados passaram a ter mais facilidade para consultar processos de presos políticos no Superior Tribunal Militar (a longa distensão do governo [Geisel](#) finalmente evoluía para a abertura). Nessa época, o STM era uma espécie de depósito das esperanças e das desgraças dos opositores do regime. Isso porque, como os “subversivos” condenados em cada uma das doze auditorias militares estaduais (a primeira instância) tinham direito a recorrer ao Superior Tribunal Militar (a segunda instância), era lá que acabavam sendo arquivados quase todos os processos políticos. A movimentação de advogados no STM, que já era grande, aumentou ainda mais quando, cinco meses depois, foi promulgada a Lei da Anistia. Numa só tacada, 4.650 pessoas que se encontravam presas, exiladas, banidas, cassadas ou demitidas por questões políticas passaram a ter direito à liberdade, à volta do exílio, à retomada dos direitos e à recondução a seus antigos empregos ou cargos públicos. Como muitos casos de anistia requeriam medidas administrativas ou judiciais, os advogados precisavam de documentos para comprovar que seus clientes tinham sido de fato punidos por atos de exceção baixados na ditadura. Para sorte dos advogados, grande parte desse papelório podia ser encontrada num único endereço: Brasília, Setor de Autarquias Sul, praça dos Tribunais Superiores, edifício-sede do Superior Tribunal Militar.

Assim que começaram a ter acesso aos processos mais cabeludos, advogados dedicados a causas de presos políticos — como [Eny Raimundo Moreira](#) e [Luiz Eduardo Greenhalgh](#) (o bigodudo do galpão) — perceberam

que estavam diante de documentos de valor histórico incalculável. Por uma estranha necessidade de legalizar seus atos (escancaradamente) ilícitos e de registrar cada decisão tomada em favor da “Revolução de 1964”, os militares brasileiros terminaram por produzir, organizar e arquivar toneladas de provas contra si mesmos. Os processos do STM guardavam um sem-número de relatórios oficiais, laudos e depoimentos que, se analisados com rigor, o que raramente acontecia nos tribunais militares, constituir-se-iam menos em elementos probatórios contra os réus e mais em evidências fortíssimas de detenções arbitrárias, torturas e assassinato de adversários do regime. Dentre as peças dos processos, havia uma em especial que tinha a capacidade de desconstruir boa parte da sordidez e da perversidade da repressão: o depoimento de presos. Na liturgia do júri, um dos últimos atos do magistrado consiste em permitir ao réu que diga algumas palavras em sua defesa. Por incrível que pareça, o dispositivo foi mantido pelos tribunais militares mesmo nos anos mais violentos da ditadura. A grande maioria dos réus, é bem verdade, evitava relatar a selvageria que reinava nos porões da repressão — por dois motivos perfeitamente lógicos. Em primeiro lugar, eles estavam diante de oficiais militares que compunham a nata do regime, que avalizavam aquele sistema e que estavam ali para julgá-los. Em segundo lugar, na maioria das vezes os réus saíam do tribunal e retornavam para a prisão — leia-se, para a mão de seus carrascos. Assim, qualquer denúncia mais grave poderia voltar-se contra o acusador na forma de uma pena mais dura e/ou suplícios mais dolorosos. Havia, contudo, exceções entre os presos políticos. Mesmo depois de ter sofrido horrores nos calabouços e de continuar numa posição extremamente frágil, aproximadamente um quarto dos réus que se apresentou no tribunal militar relatou ter sido vítima de tortura ou ter presenciado a sevícia ou o assassinato de outros presos. Muitas narrativas desciam a detalhes. Mesmo quando os depoimentos eram apreciados isoladamente, era difícil desqualificá-los. Eles ganhavam ainda mais força quando confrontados com outros testemunhos, relatórios e laudos em poder

do STM.

O incrível dessa história é que o estado autoritário que tinha feito o Brasil retroceder ao nível de barbárie era rigorosamente o mesmo que colheira e preservara o registro mais fiel dessa tragédia. E agora, ainda em plena ditadura, colocava tudo ao alcance público num bonito prédio de vidros azuis e azulejos decorados na fachada.

A dúvida era: até quando iria o descuido dos militares? Lendo e relendo os processos, os advogados imaginavam como seria importante retirar aquele material do STM e guardá-lo em local seguro. A história moderna mostrava que ditaduras em processo de decomposição tinham tendência a destruir documentos que, num futuro regime democrático, pudessem servir de provas para punir seus crimes. No Brasil, isso ocorrera não havia muito tempo — no caso do Estado Novo (a ditadura de [Getúlio Vargas](#)), pouco mais de 30 anos antes, os arquivos da famigerada polícia política de [Filinto Müller](#) foram intencionalmente consumidos pelas chamas. Caso acontecesse algo parecido no governo do general Figueiredo, que desde o início de sua gestão anunciara a disposição de “fazer desse país uma democracia”, um registro precioso da história do Brasil seria perdido.

A urgência que brotou na cabeça dos advogados em garantir a preservação dos arquivos do STM, e com isso permitir às futuras gerações uma análise mais profunda da ditadura, tinha como inspiração uma experiência concreta: o dilema de Foucault. Em meados de 1970, o pensador francês [Michel Foucault](#) quebrou a cabeça para encontrar uma forma de descrever os horrores das prisões europeias dos séculos XVII e XVIII, quando os que contrariavam os reis e poderosos podiam ser condenados ao degredo ou esquartejamento em praça pública. O problema de Foucault era que aparentemente não havia muitos registros históricos confiáveis. O filósofo solucionou o impasse de forma magistral ao debruçar-se sobre os processos judiciais da época do seu objeto de estudo. Para sua surpresa, aqueles papéis velhos e amarelados tinham conseguido capturar a natureza da violência do

Estado europeu nos estertores da Idade Moderna. O estudo resultou no livro *Vigiar e Punir*, uma obra clássica que reproduz, como poucas, a miséria humana (de ontem e de sempre).

Se os advogados que zanzavam no Plano Piloto de Brasília naquele ano de 1979 conseguissem repetir o feito do pensador francês, a história dos Anos de Chumbo no Brasil seria contada a partir de documentos oficiais da própria ditadura — portanto, irrefutáveis. Não havia dúvida: a bem da memória nacional, era preciso sequestrar o arquivo do STM.

A ideia era boa. Só faltava um plano.

Os processos do STM eram públicos, mas para consultá-los não havia como escapar a uma certa burocracia. Para início de conversa, o acesso aos documentos era permitido somente a advogados. Estes tinham que se identificar na portaria do prédio, descer à sala do arquivo, no subsolo, preencher um formulário no qual especificavam o processo que queriam examinar (só era permitido um processo por vez), apresentar a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, ao receber o papelório, assinar um termo de compromisso. Assim, tecnicamente, um advogado podia afanar um processo do STM, mas depois disso, por motivos óbvios, era bom sumir do mapa. Essa tática definitivamente não era a ideal para resolver o enigma *foucault-tupiniquiniano*.

Havia, entretanto, uma brecha no esquema de segurança. Como os defensores precisavam de tempo para analisar os processos, às vezes formados por dezenas de volumes, o tribunal facultava aos causídicos a custódia provisória dos autos por 24 horas. Traduzindo o jurisdiquês: os advogados podiam pegar emprestado a papelada por um dia e levá-la para casa, para o escritório ou para onde bem entendessem. As duas únicas obrigações — as mesmas de qualquer biblioteca — eram a devolução do processo dentro do prazo e a manutenção de sua integridade física. Era por aí que a coisa tinha

chance de ser resolvida: não havia a necessidade de pilhar os documentos; eles podiam ser duplicados! E melhor: já que as regras do STM nada diziam sobre a possibilidade de os processos serem copiados e usados para outros fins que não os jurídicos, tudo seria feito dentro da lei.

Bater os militares sem derramar sangue, sem fazer manifestação em praça pública e, ainda por cima, usando as próprias leis da ditadura, isso só poderia ter sido ideia de advogado.

O plano — ou pelo menos o esboço de plano — de clonar o arquivo do STM começou a ser discutido por um grupo pequeno de advogados e acabou chegando aos ouvidos de um religioso de atuação firme na área dos direitos humanos. Seu nome: [Jaime Wright](#).

Filho de missionários norte-americanos nascido em Curitiba, [Wright](#) era reverendo da Igreja Presbiteriana. Sua ficha nos órgãos de segurança registrava que tinha trabalhado como pastor no sertão da Bahia, em lugares onde não havia sequer luz elétrica, e que era “subversivo”. [Wright](#) sentia na alma as dores físicas e a tragédia do extermínio infligidas aos presos políticos no Brasil. Seis anos antes, seu irmão [Paulo Stuart Wright](#) caíra nas garras da repressão. Sociólogo com pós-graduação em Los Angeles, Paulo tinha uma ligação estreita com Jaime, seis anos mais velho que ele. Foi o reverendo, então com 29 anos, quem celebrou o casamento do irmão e, mais tarde, já na ditadura, tornou-se uma espécie de tutor da família de Paulo quando este foi cassado do cargo de deputado estadual no Paraná e caiu na clandestinidade. Paulo (ou melhor, *João, Antônio, Pedro, Tio, Jo, Brum* ou *Francisco*) passou pelo exílio no México e pelas academias revolucionárias de Cuba e da China, mas nunca deixou de se corresponder com o irmão. De volta ao Brasil, em 1967, mesmo sendo um clandestino perseguido pela repressão, ele manteve encontros frequentes com Jaime, geralmente num banco de praça no centro de São Paulo, onde conversavam por horas a fio. No início de setembro de

1973, Paulo e um companheiro da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), [Oswaldo Rocha](#), viajavam no trem São Paulo-Mauá quando perceberam que estavam sendo seguidos. Paulo combinou com Oswaldo que tentariam despistar seus captores descendo do trem em meio a outros passageiros. Oswaldo desembarcaria primeiro, e Paulo, na parada seguinte. Essa foi a última vez que o irmão de [Jaime Wright](#) foi visto. Sabe-se apenas que Paulo foi levado para o DOI-Codi da capital paulista e que lá foi torturado durante dois dias até a morte. Seu corpo nunca foi localizado.

Fazia seis anos que [Jaime Wright](#) procurava notícias do irmão quando soube do plano de “assalto branco” aos arquivos do STM. Aqueles papéis, imaginou o reverendo, poderiam conter informações preciosas sobre o destino de mais de cem desaparecidos políticos, incluindo o de seu irmão. Encantado com a empreitada, ele não só aderiu ao projeto como patrocinou um dos passos mais decisivos para a sua viabilização.

O fato se deu em agosto de 1979, dentro de um Fusca. [Wright](#) e um grupo de amigos haviam utilizado o carro para ir ao aeroporto de Viracopos, em Campinas (São Paulo), a fim de recepcionar o educador [Paulo Freire](#), que voltava ao Brasil depois de quase 16 anos de exílio. Enquanto esperavam a chegada do avião, a conversa foi sendo posta em dia, os assuntos foram se sucedendo e, como sempre acontecia, o tema conjuntura política acabou se sobressaindo. Não demorou e surgiu na discussão a questão da clonagem dos arquivos do Superior Tribunal Militar. Entre os presentes, não havia quem não gostasse da ideia, mas faltava quem soubesse como tocar, com estrutura zero, um projeto de proporções tão gigantescas. [Wright](#) então decifrou o enigma: o que a proposta precisava era de dois padrinhos poderosos: um que fornecesse sustentação política (agregando colaboradores, responsabilizando-se pelo trabalho, zelando pela segurança do grupo e garantindo que ele se mantivesse unido e forte do início ao fim) e outro que, a partir desse endosso, estivesse disposto a bancar os custos. O grupo se entusiasmou e [Wright](#) então deu sequência a seu plano. Ali mesmo, no saguão do aeroporto, o reverendo

sugeriu que um bom candidato a “padrinho financeiro” do projeto era a entidade que abrigara [Paulo Freire](#) no exílio: o Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Fazia sentido. Com base em Genebra, na Suíça, a entidade congregava 300 igrejas (ortodoxas, protestantes e pentecostais) de todo o mundo e, desde a sua criação, em 1948, vinha mostrando uma destacada atuação na área de direitos humanos, tendo colaborado nas negociações que desaguaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não custava nada enviar uma carta à direção da entidade solicitando os recursos. Por sorte (e esperteza de [Jaime Wright](#)), no grupo que esperava [Paulo Freire](#) no aeroporto estava [Charles Roy Harper](#), funcionário do CMI de passagem pelo Brasil. Harper topou na hora ser o portador da carta. A única questão a ser decidida era quem iria assiná-la, ou seja, quem seria o padrinho moral do projeto. [Wright](#) também já havia pensado nisso. O reverendo convocou o grupo de volta ao Fusca, onde pegou papel, caneta e começou a redigir o rascunho da carta endereçada ao secretário-geral do CMI, [Philip Potter](#).

A 100 quilômetros dali, [d. Paulo Evaristo Arns](#) não fazia a menor ideia de que seus pensamentos estavam sendo psicografados em vida.

Se existia alguém com a capacidade de adivinhar o que se passava dentro da cabeça do cardeal-arcebispo de São Paulo, esse era [Jaime Wright](#). Eles não eram somente amigos e companheiros de trabalho, eram cúmplices num sem-número de articulações religiosas, políticas e sociais, quase todas envolvendo temas delicadíssimos. [Arns](#) foi um dos primeiros a quem o reverendo recorreu quando do desaparecimento de seu irmão e também quem, desde o início, lhe deu apoio emocional e estratégico infinito. Por sua vez, quando o cardeal desafiou a ditadura e abriu a Catedral da Sé para o culto em memória de [Vladimir Herzog](#), [Jaime Wright](#) esteve ao seu lado, no altar, representando os protestantes. Aquela dobradinha ecumênica simbolizava a própria união das religiões em prol da Humanidade. Era tão sólida que, num

fato inigualável nas relações entre as igrejas Católica e Protestante, o reverendo ocupou, durante nove anos, uma sala na cúria paulistana, exatamente ao lado do gabinete de d. Paulo. O cardeal dizia que [Wright](#) era seu “bispo auxiliar honorário”, tantas eram as tarefas que costumava lhe delegar. Já o reverendo espalhava que [Arns](#) era um “protestante disfarçado”. Sendo tão estreitos os laços que os uniam, não foi difícil para o reverendo tirar uma de cardeal dentro daquele Fusca.

[Wright](#) iniciou a carta evocando o fio de intimidade — tênue, mas concreto — que ligava o remetente ao destinatário: menos de um mês antes, [Philip Potter](#) viera ao Brasil para um evento religioso e, na ocasião, foi apresentado a [Arns](#), com quem trocou algumas palavras.

Saudações e melhores votos ao sr. e seu staff acompanham esta carta. Foi enorme o prazer de conhecer e conversar com o sr. durante sua recente visita a São Paulo.

O reverendo começou bem. Antes de entrar no assunto propriamente dito, abriu um parágrafo para anunciar o caráter da conversa:

O assunto desta carta deve permanecer confidencial, dadas as suas implicações.

Ponto, abre novo parágrafo. Agora sim, [Wright/Arns](#) já podia dizer qual era a questão em jogo:

[...] Nos tribunais militares [do Brasil], há uma abundância de material que consubstancia 15 anos de repressão, contido em centenas de processos. Além disso, existem muitas outras declarações informais em meu poder e com outros grupos de igreja.

Aqui o reverendo tirou mais uma carta da manga. Ele sabia que, já havia alguns anos, o cardeal reunia cartas e documentos de familiares de presos e desaparecidos políticos. O objetivo de d. Paulo — um segredo que dividia com poucos — era montar um banco de dados sobre a repressão, um projeto

muito parecido, mas em escala menor, com aquele sonhado pelos advogados.

Em nome de [Arns](#), [Wright](#) se deu também ao direito de blefar um pouco com o presidente do CMI:

Uma equipe profissionalmente competente está sendo montada para reunir, cotejar e publicar esse material.

Era verdade que o projeto angariava simpatizantes dia após dia, mas daí a dizer que estava sendo montada uma “equipe” para desempenhar todas aquelas tarefas era um pouco de exagero. Ou seria esperança? Noves fora qualquer amplificação semântica, numa coisa o reverendo estava coberto de razão: era preciso agir depressa.

A atual “abertura democrática” poderá oferecer a única oportunidade de acesso ao referido material e para a sua preservação. Isto significa, naturalmente, que deveríamos realizar este projeto o mais breve possível.

Achamos que as igrejas precisam tomar a iniciativa para assegurar que, através da publicação desse material, tais coisas não aconteçam nunca mais.

“Nunca mais.” Sem querer, [Jaime Wright](#) esbarrava no nome que viria a ser cunhado só seis anos depois e tornar-se-ia a marca registrada do projeto.

O dublê do cardeal deixou para o final da carta o assunto mais espinhoso: o dinheiro, ou melhor, a falta de dinheiro para tirar o empreendimento daquele papel. E mais uma vez lembrou da necessidade de manter tudo em segredo:

Instamos ao Conselho Mundial de Igrejas, por conseguinte, que aceite a tarefa de levantar a proporção maior dos fundos necessários, através dos seus membros, numa base confidencial.

Pronto! Agora só faltava rezar pela generosidade do CMI. E avisar a d. Paulo aonde o haviam metido.

Se não tivesse escolhido o sacerdócio, [d. Paulo Evaristo Arns](#) poderia ter sido repórter ou até mesmo um destacado agente secreto. Ele tinha o dom apurado para colher informações e, mais importante, sabia manejá-las, fosse com o intuito de escondê-las ou divulgá-las com estardalhaço. Mesmo persistentemente vigiado, ele possuía uma rede invejável de informantes, que incluía diplomatas (em 1976, o cônsul norte-americano em São Paulo, [Frederick Chapin](#), avisou-o que em questão de horas um *aparelho* do PCdoB seria estourado, episódio que ficou conhecido como Massacre da Lapa), jornalistas ([Fernando Pacheco Jordão](#) foi o primeiro a comunicar-lhe da morte de [Herzog](#)), religiosos (um padre que era amigo de militares lhe passava informações), ministros de Estado ([Golbery do Couto e Silva](#), chefe do Gabinete Civil de [Geisel](#), manteve d. Paulo informado sobre muitos dos passos da abertura) e sobretudo familiares de presos e desaparecidos políticos, que diariamente davam plantão na antessala de seu gabinete, na cúria. Em várias ocasiões, o cardeal foi bater na porta de comandantes militares levando listas de presos políticos que estavam na fila para serem torturados. Mais de uma vez, como aconteceu no caso envolvendo o professor [Vinicius Caldeira Brant](#), em setembro de 1975, conseguiu que as sessões de tortura fossem interrompidas. Noutra oportunidade, foi aconselhado por um informante a evitar viagens ao Rio. Lá, pretendiam matá-lo.

D. Paulo era receptor e, quando era do seu interesse, difusor. Com frequência, e principalmente com discrição, abastecia a rádio BBC de Londres com listas de opositores que tinham acabado de ser presos, na esperança de que a vigilância internacional os protegesse. De maneira contínua, ele também trocava dados com ativistas de direitos humanos na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Assim, sem que se soubesse a fonte, muitas de suas denúncias chegaram a importantes chefes de Estado, à ONU e à Anistia Internacional, provocando desgaste para o governo brasileiro e ajudando a minar o regime.

Graças à rede de informantes do cardeal e à sua agilidade, a prisão do líder

sindical [Luiz Inácio da Silva](#), o *Lula*, em abril de 1980, não teve a discricção esperada pela repressão. *Lula* foi preso pelos homens da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) em sua casa, em São Bernardo do Campo, interior de São Paulo, às 6h da manhã. Quando viu que os seis agentes, alguns com metralhadoras, conduziam-no para dentro de uma caminhonete Veraneio sem timbre, pensou que pudesse estar sendo levado para o abatedouro. O cenário sugeria isso. A cerração que envolvia a cidade naquela manhã criava um clima funesto e, para piorar, não havia ninguém na rua. Sem testemunhas por perto, *Lula* temeu que ocorresse um “acidente” no meio do trajeto, como era comum acontecer com presos políticos. Com quinze minutos de viagem, entretanto, o temor do sindicalista se desfez. Naquele momento, no rádio do carro, o locutor anunciou: “[D. Paulo Evaristo Arns](#) telefonou para a rádio Bandeirantes avisando que acabaram de prender o *Lula*”.

O lance mais ousado do cardeal na área das informações foi delineado em meados de 1973. Nessa época, ele começou a reunir, de forma compulsiva, dados relacionados à tortura, à morte e ao desaparecimento de presos políticos. D. Paulo desejava compor um banco de dados sobre a repressão, coisa inexistente até então. Nele, ficariam identificados os métodos de tortura e de eliminação de opositores, as prisões clandestinas onde agiam os carrascos do Estado e os responsáveis (diretos e indiretos) por aquelas atrocidades. Ele tinha consciência de que tão cedo não seria possível tornar os dados públicos, mas sabia também que o regime militar não seria eterno. E num futuro cenário de democracia, quando chegasse enfim o momento de exigir justiça para as vítimas da ditadura e de alertar as gerações vindouras dos perigos do totalitarismo, ele queria ter condições de oferecer a munição.

Assim, não foi surpresa a reação de [Arns](#) quando, de volta a São Paulo, [Jaime Wright](#) contou ao amigo o que fizera no dia anterior e apresentou-lhe o rascunho da carta ao CMI. O cardeal imediatamente entrou no barco.

Dias depois, vindo de São Paulo, [Charles Roy Harper](#) chegava a Genebra trazendo um envelope lacrado para o secretário-geral do CMI. Dentro, a carta

assinada por d. Paulo.

O dominiquês [Philip Potter](#) já se preocupava com as violações dos direitos humanos no Brasil muito antes de receber a carta de d. Paulo. Aquele ministro metodista conhecia profundamente o problema, e não apenas por intermédio dos relatórios que chegavam à sua mesa. Por uma ingrata coincidência, o envolvimento de [Potter](#) com o tema passava pelo campo pessoal. Em 1963, quando presidia a Federação Mundial de Estudantes Cristãos, [Philip Potter](#) teve uma ideia infeliz: escolheu o Brasil como sede da reunião quadrienal da entidade, marcada para o ano seguinte. Resultado: quando estava tudo pronto para a realização do evento, os militares depuseram o presidente [João Goulart](#) e mergulharam o país na longa noite da ditadura. Por sorte, ainda deu tempo de transferir o encontro religioso para a Argentina, mas muitos dos brasileiros esperados no evento não puderam comparecer — entre eles, o irmão de [Jaime Wright](#), Paulo, que atuava na mesma entidade religiosa de [Potter](#) — porque estavam sendo perseguidos ou presos. Nos meses e anos seguintes, [Philip Potter](#), que conhecia pessoalmente [Paulo Stuart Wright](#), acompanhou as tragédias que foram se sucedendo com seus companheiros brasileiros de militância cristã. Mais de uma vez, [Potter](#) chegou a interceder em favor dos perseguidos, enviando cartas de protesto (olimpicamente ignoradas) ao governo brasileiro.

Assim que leu a mensagem de d. Paulo, o secretário-geral do CMI percebeu a relevância do projeto. Para ele, a tortura era o crime mais cruel e bárbaro que existia, e o que acontecia no Brasil não era um problema só dos brasileiros, mas de toda a Humanidade. “Somos todos responsáveis pelo que acontece lá”, dizia ele — e ao dizê-lo não se referia somente à questão da consciência individual dos cidadãos. [Potter](#) sabia que a ditadura brasileira se mantinha de pé, havia 15 anos, porque contava com um vigoroso respaldo internacional, tanto de governos quanto de grupos econômicos. Assim, na

visão dele, já que tantas autoridades e empresários estrangeiros não se importavam com o que acontecia nas masmorras brasileiras desde que seus interesses geopolíticos e financeiros na região continuassem sendo atendidos, era preciso que todo o planeta fizesse penitência. Foi com esse espírito que o secretário-geral do CMI leu a carta que chegara de São Paulo. Para [Potter](#), o cardeal [Arns](#) — a quem admirava, apesar de pouco conhecer — e [Jaime Wright](#) — amigo desde os tempos da juventude — estavam oferecendo a ele e ao mundo uma oportunidade. Ele compreendeu que aquele grito alto, longo e coletivo de “nunca mais”, como escrevera [Wright](#) na carta, poderia ultrapassar as fronteiras do Brasil e ser ouvido em países onde o totalitarismo também causava dor. Portanto, a preservação dos registros históricos da repressão brasileira era de interesse mundial. Como o próprio [Potter](#) lembraria mais tarde, ele jamais se esquecera da passagem da bíblia em que Jesus, ao ser pregado na cruz, teve a grandeza de desculpar seus torturadores dizendo: “Pai, perdoa-lhes, pois eles não sabem o que fazem”. Mas [Potter](#) também trazia dentro de si outra mensagem do Senhor, transmitida a seus discípulos no Monte das Oliveiras: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.

A resposta oficial de [Potter](#) a d. Paulo, carimbada com o timbre de confidencial, demorou quase um ano para pousar na mesa do cardeal. A mensagem — guardada por [Jaime Wright](#) até o dia de sua morte — dizia:

É com prazer que posso confirmar que já pudemos levantar a maior parte dos fundos necessários para seu projeto especial. Dada a grande importância que rodeia o projeto, para o Brasil e para as igrejas brasileiras, esperamos poder continuar contribuindo para a disseminação dos resultados para todas as igrejas afiliadas no resto do mundo para reflexão.

Os fundos mencionados na resposta de [Potter](#) — ou o “chocolate”, como se dizia no galpão — começaram a chegar mesmo antes de sua carta. A primeira remessa foi no valor de 25 mil dólares (o equivalente a 68 mil

dólares em 2009). Houve outras, sempre constantes e gordas. Ao final, graças à dedicação de [Potter](#) e à generosidade de dezenas de igrejas de todo o mundo, que fizeram doações expressivas sem nunca saber, por motivos de segurança, o destino do dinheiro, o CMI acabou bancando integralmente os custos do projeto *Brasil: Nunca Mais*. Uma oferenda de 350 mil dólares (700 mil dólares em valores de 2009).

Assim que os recursos começaram a chegar ao Brasil, no início de 1980, a primeira providência tomada pelos coordenadores do projeto foi alugar uma sala comercial em Brasília. A escolha do local foi estratégica: um prédio de escritórios bem próximo à sede do Superior Tribunal Militar. Com isso, ganhava-se tempo e diminuía-se o trabalho braçal dos advogados. Para rechear a sala, foram alugadas três máquinas de xerox e contratados seis funcionários, que se revezariam em dois turnos de trabalho. Àquela altura, se quisessem, os coordenadores poderiam até ter feito uma plaquinha para pregar na porta, pois o projeto já tinha um nome provisório: *Testemunhos Pró-Paz*, ou simplesmente *TPP*. Por motivos óbvios, ninguém pensou em fazê-lo.

Tudo pronto, era a hora de os advogados entrarem em ação. [Eny Raimundo Moreira](#) e [Luiz Eduardo Greenhalgh](#) passaram a visitar o edifício-sede do STM todos os dias úteis da semana, de onde, invariavelmente, saíam levando, cada um, um processo debaixo do braço. Os autos eram imediatamente levados para o escritório e entregues à turma da clonagem, que nunca conseguiu entender por que aqueles advogados precisavam copiar tantos documentos.

Não demorou muito, [Greenhalgh](#) e Moreira começaram a achar que estavam dando bandeira no tribunal. Afinal, muitos funcionários do STM tinham tutano suficiente para saber que não fazia o menor sentido defensores de presos políticos consultarem tantos processos, num prazo tão pequeno,

sem nunca repeti-los. A fim de diminuir os riscos da empreitada, os advogados decidiram então que era preciso aumentar a equipe. Um dos primeiros reforços cooptados foi [Luís Carlos Sigmaringa Seixas](#), conselheiro da seção brasiliense da OAB e advogado de inúmeros presos políticos. Sigmaringa Seixas não apenas abraçou a causa — é bom lembrar, nenhum dos advogados era remunerado — como trouxe vários colegas para a trincheira do *Brasil: Nunca Mais*. Depois dele, vieram outros e rapidamente o grupo passou a contar com 12 advogados.

Com tanta solidariedade, a vida dos operadores de xerox virou um inferno. O número de processos que chegava diariamente à sala de clonagem aumentou de tal maneira que, para não estourar o prazo de devolução estabelecido pelo STM, foi preciso criar um novo turno de trabalho. Assim, as máquinas começaram a funcionar 24 horas por dia. Não raramente, às sextas-feiras, os advogados apareciam com processos extraordinariamente grandes, pesando entre 50 e 80 quilos. Era uma boa tática, mas de custo elevado. Como o tribunal não abria nos fins de semana, o prazo de entrega dos documentos dilatava automaticamente para 72 horas, mas em compensação o birô de xerox era obrigado a funcionar também aos sábados e domingos.

No escritório, os maços de papéis eram tratados sempre da mesma forma, não importando se o processo era de um assaltante de banco, um padre agitador ou um teórico trotskista. Barbantes eram desamarrados; grampos eram removidos; envelopes, esvaziados e cliques, retirados. O operador do xerox então colocava dentro da máquina a capa do processo — feita em papelão verde-água, rosa claro ou azul-bebê —, apertava o botão *start* e esperava a máquina trabalhar. Pela fresta existente entre a tampa e a base, era possível ver um fecho de luz verde muito intenso correr dentro do equipamento, da direita para a esquerda, e em seguida voltar no sentido contrário, já sem tanta pressa. Terminada a operação, retirava-se o original da máquina, colocava-se mais uma folha e repetia-se o procedimento. E depois de novo, e de novo, e de novo... Até a última página do último processo.

Contando apenas as tentativas bem-sucedidas, essa ação foi repetida naquela sala aproximadamente 1 milhão de vezes.

Por segurança, as cópias nem bem esfriavam e já eram enviadas para São Paulo. De início, as caixas contendo o material eram despachadas em ônibus noturnos, por serem estes menos visados nos pentes-finos da polícia. Na manhã seguinte, quando o veículo aportava na rodoviária do Tietê, na capital paulista, lá estava um colaborador do *BNM* — ou melhor, *TPP* — para recolher os documentos. Como o volume de papéis aumentava a cada dia, em pouco tempo os coordenadores do projeto acharam por bem aprimorar o sistema. Passaram então a enviar as caixas a São Paulo por meio de aviões de carreira, como carga desacompanhada.

Diferentemente do que acontecia no birô de Brasília, o trabalho no galpão de São Paulo era mais diversificado. Funcionários e colaboradores com qualificações variadas atuavam em quatro frentes: microfilmagem, pesquisa, computação (programação, digitação e suporte) e análise de dados. Todas as fases eram coordenadas pelo jornalista [Paulo de Tarso Vannuchi](#), outro que se juntara ao grupo do *BNM* por lealdade ao cardeal [Arns](#), militância na área dos direitos humanos e, o mais importante talvez, uma herança maldita dos tempos de repressão. Em 1971, aos 21 de idade, Paulo dividia seu tempo entre os estudos de medicina e a militância na clandestina Aliança Libertadora Nacional (ALN) quando a prisão pôs fim a ambas as atividades. Um dia, na cela da Casa de Detenção, quando ainda se recuperava das violentas sessões de tortura a que fora submetido no DOI-Codi, Paulo foi interpelado por outro preso que lhe perguntou se ele era parente de [Alexandre Vannucchi Leme](#). Sim, Alexandre era seu primo e costumava visitar-lhe na prisão, contou Paulo. O colega então lhe entregou um jornal que estampava uma notícia em parte falsa e integralmente trágica: Alexandre havia morrido, vítima de um atropelamento. O primo de Paulo de fato estava morto, mas a verdade sobre

as condições em que isso ocorrera era outra: ele tinha sido assassinado pela repressão.

[Alexandre Vannucchi Leme](#) era estudante de geologia da Universidade de São Paulo (USP) e militante da ALN sem nenhum envolvimento direto ou indireto com ações armadas. Sua compleição física pouco avantajada lhe rendera o apelido de *Minhoca*. Numa sexta-feira, Alexandre, então com 22 anos, foi sequestrado por uma equipe do DOI-Codi da capital paulista. Submetido a um dia inteiro de torturas, não resistiu. Apesar de saberem seu verdadeiro nome e o endereço da família, os algozes de Alexandre decidiram enterrá-lo como indigente num cemitério da periferia da cidade. Sobre o corpo, sem caixão, jogaram cal para acelerar o processo de decomposição. Três dias depois, os pais do estudante leram nos jornais a “notícia”, vazada pelos militares, de que Alexandre morrera atropelado ao tentar fugir de um cerco policial, a mesma reportagem que chegara até [Paulo de Tarso Vannuchi](#) na prisão. Ainda naquela semana, numa de suas constantes visitas a presos políticos na Casa de Detenção, d. Paulo Evaristo [Arns](#) foi informado de que o primo de Alexandre se encontrava ali, prisioneiro. [Arns](#) pediu então ao carcereiro para entrar na cela de seu xará e conversar com ele a sós. Atendida a solicitação, o cardeal pôde transmitir a Paulo os sentimentos de pêsames e comunicar-lhe que, dali a poucos dias, celebraria uma missa pela memória de Alexandre. E assim foi. Doze dias depois da sua sagração como cardeal, em Roma, d. Paulo abriu a Catedral da Sé, no centro de São Paulo, para a realização do primeiro protesto popular, pós-AI-5, contra a morte de um preso político. Mesmo com a divulgação do culto censurada nos meios de comunicação e o tráfego do centro da cidade parcialmente fechado para dificultar o acesso à catedral, cerca de 3 mil pessoas assistiram à missa. Foi quando, num dos momentos mais agudos do governo [Médici](#), ouviu-se um valente e desafiador sermão de d. Paulo:

— Só Deus é dono da vida. D’Ele é a origem, e só Ele pode decidir o seu fim. [...] O próprio Cristo quis sentir a ternura da mãe e o calor da família ao nascer. E mesmo

depois de morto, o cadáver foi devolvido à mãe, aos amigos e aos familiares.

Dentro da cadeia, o primo de Alexandre também fazia sua parte. Em outubro de 1975, [Paulo de Tarso Vannuchi](#) foi um dos 34 (corajosos) signatários do dossiê que denunciou 233 torturadores, revelou métodos de tortura adotados nas prisões e apresentou, pela primeira vez, uma lista com nomes de mortos e desaparecidos políticos. Ao sair da prisão, no ano seguinte, Paulo já não se interessava mais pela medicina. Entrou para a faculdade de jornalismo e, em 1980, antes mesmo de terminar o curso, foi convidado pelo cardeal [Arns](#) a participar de um projeto que daria sequência ao dossiê que ele ajudara a fazer na cadeia. Era o *Brasil: Nunca Mais*.

Pelo afinco, capacidade e conhecimento do tema, Paulo se tornou o principal nome do escritório do *BNM* em São Paulo. Era ele quem contratava funcionários, cooptava colaboradores, estabelecia os parâmetros da pesquisa e supervisionava todas as etapas do projeto, desde o desenvolvimento dos programas de computador até a questão da segurança. Num de seus intermináveis dias de trabalho, ele viu chegar ao galpão uma caixa de documentos que o deixou especialmente tocado. Lá estava o processo de seu primo Alexandre. Os autos derrubavam a farsa do atropelamento e conduziam à verdade: o estudante fora morto sob tortura. Dez presos do DOI-Codi que testemunharam a agonia de Alexandre deixaram no STM o relato das torturas e do homicídio.* Outras peças anexadas ao processo, como os depoimentos das duas únicas testemunhas do falso atropelamento, também eram reveladoras do embuste, tal a quantidade de contradições que continham. Os autos mostravam ainda que um dos juízes do STM que apreciaram o caso, [Rodrigo Otávio Jordão Ramos](#), chegou a questionar a versão de atropelamento e pediu que as denúncias de tortura fossem apuradas. “As condições de sua morte [de Alexandre] geram dúvidas que merecem exame mais aprofundado”, escreveu o juiz em seu voto. Contudo, quando colocado sob a apreciação do plenário do tribunal, o pedido de ampliação das investigações foi derrubado por 13 votos contra um. Durante

cinco anos, o voto solitário do juiz e os testemunhos dos dez presos políticos dormiram no fundo de uma gaveta do STM, junto com a verdade sobre a morte de Alexandre. Libertados pelo *Brasil: Nunca Mais*, refizeram a história.

O *BNM* tinha um plano B para a eventualidade de o plano A ir para o espaço. Caso o birô de Brasília ou o galpão de São Paulo fossem *estourados* pela repressão, e o material da pesquisa fosse apreendido e destruído, uma cópia dos documentos, no formato de microfilme, estaria a salvo, fora do país.

De tempos em tempos, [Jaime Wright](#) arrumava sua mala Sansonite e fazia uma viagem esquizofrênica. Para escapar dos rigorosos controles alfandegário e policial do aeroporto internacional de Guarulhos, ele ia de São Paulo para Campinas de carro, rodando 100 quilômetros, embarcava num avião Campinas/São Paulo, fazendo o trajeto contrário pelo ar, e então, sem passar por um novo *check-in*, seguia para Genebra. Na valise, iam roupas e pertences pessoais na parte de cima e, embaixo, dezenas de rolos de microfimes. Em pouco mais de meia dúzia de viagens, [Wright](#) levou 543 tubos de filmes para a Suíça, onde [Philip Potter](#), do Conselho Mundial de Igrejas, assumia a guarda do material.

Na volta de Genebra, o reverendo prestava outro serviço ao *Brasil: Nunca Mais*: trazia o “chocolate” doado pelo CMI. Em geral, o reverendo transportava 20 mil dólares por vez — eram 200 cédulas de cem dólares divididas em montinhos e amarradas numa espécie de cinturão, que viajava colado à já pronunciada barriga de [Wright](#). Numa ocasião, quando fazia uma escala em Frankfurt, na Alemanha, um susto: o voo do reverendo foi alvo de uma blitz. Um funcionário da alfândega germânica apalpou-lhe o rico ventre, sentiu o volume extra e perguntou o que era aquilo. “Dinheiro”, respondeu-lhe [Wright](#), num misto de sinceridade e pavor. Para sua surpresa, o sujeito não fez mais perguntas e o deixou em paz. O reverendo, contudo, enfrentou as 11 horas de voo até São Paulo imaginando que o pior lhe esperava na

chegada. De novo, porém, foi premiado. Ao contrário do que [Wright](#) supunha, o funcionário da alfândega alemã não informou a seus colegas brasileiros do ocorrido, permitindo ao reverendo entrar no país com seu ventre apatacado.

O perrengue em Frankfurt e o apuro com o telefone no galpão de São Paulo não foram os dois únicos momentos de tensão em seis anos de projeto. Houve muitos. Certa vez, um funcionário do *BNM* ficou tão comovido com um processo que, numa sexta-feira, ao final do expediente, decidiu levar parte dos autos para casa — uma atitude terminantemente proibida pelas regras internas. Por sorte, os coordenadores notaram a falta do material no depósito e decidiram ir à casa do funcionário que ficara responsável pela análise do processo. Lá chegando, deram o flagrante: a pasta estava ao lado da cama, em cima do criado-mudo. O funcionário explicou as razões de seu gesto, desculpou-se e prometeu nunca mais repetir a tontice. Era tarde. Na segunda-feira, quando chegou ao galpão, o cleptômano não encontrou ninguém. Toda a estrutura do *BNM* havia sido levada para outro esconderijo.

Noutra ocasião, quando o escritório paulistano do projeto estava alojado numa sala do Instituto Sedes Sapientiae, um funcionário curioso provocou uma nova mudança de endereço. O vigia noturno da entidade não entendia por que ele tinha cópia das chaves de todas as salas menos da ocupada pela equipe do *Brasil: Nunca Mais*. Estranho também parecia-lhe o fato de que o pessoal que trabalhava ali era o único, em todo o instituto, que costumava ficar até altas horas da noite, sempre com a porta trancada. O faro apurado para a trama e a falta de explicações convincentes de [madre Cristina](#), responsável pelo Sedes Sapientiae, diziam ao vigia que algo de errado se fazia ali. Então, sem qualquer motivo justificável, o funcionário passou a rondar a sala. Os coordenadores do *BNM* não tiveram dúvida: era hora de procurar outra casa.

A mil quilômetros dali, a equipe que atuava na capital federal também passava por apuros. Quando os advogados já tinham clonado 90% do acervo

do STM, a direção do tribunal começou a suspeitar da gana com que seus arquivos estavam sendo varejados. O STM decidiu então cancelar as licenças de consulta dos processos, alegando que os autos já tinham sido devolvidos às auditorias estaduais. O que era para valer como desculpa acabou, entretanto, servindo como dica. Os perdigueiros do *Brasil: Nunca Mais* se espalharam pelo país e passaram a consultar (e a copiar) o material dos arquivos militares estaduais.

A tarefa parecia infinita, mas não era. Chegou um dia de 1982 em que os advogados do *BNM* já não tinham mais o que requisitar aos atendentes dos arquivos. Eles haviam conseguido o que supunham irrealizável: obter praticamente toda a coleção dos processos políticos que tramitaram no STM entre 1964 e 1979.

A dimensão do feito podia ser medida em números. Foram “sequestrados” 707 processos — uma média de 19 por mês —, que resultaram em mais de 1 milhão de páginas xerocadas. Se fossem empilhadas, as cópias formariam uma montanha de 18 metros, o equivalente a um prédio de seis andares. Além dos papéis produzidos pela Justiça Militar, foram clonadas 10.170 peças apreendidas com os réus, tais como documentos, atas de reuniões, cartas, papéis, jornais, panfletos, bilhetes e diários — material que compõe um dos maiores e mais significativos acervos de registros da esquerda brasileira.

A memória oficial da repressão já não pertencia apenas aos militares.

Cada pedaço de papel enviado pelo birô de Brasília foi destrinchado, processado, microfilmado e analisado no galpão de São Paulo por mais um ano. A dissecação do material resultou na elaboração de um verdadeiro tratado epistemológico sobre a repressão. O documento-mãe produzido pelos pesquisadores do *Brasil: Nunca Mais*, chamado por eles candidamente de Projeto A, tinha 6.891 páginas divididas em 12 volumes. Ali estava a contabilidade do inferno. Os 111 quadros estatísticos, gravados em

aproximadamente cem disquetes, informavam por exemplo que:

- Entre 1964 e 1979, mais de 17 mil pessoas passaram pelos bancos da Justiça Militar;
- 7.367 foram formalmente acusadas;
- 38,9% dos réus tinham no máximo 25 anos. Destes, 3% não tinham sequer 18 anos quando foram processados;
- 3.613 pessoas foram presas;
- 84% das prisões não haviam sido comunicadas à Justiça;
- 1.843 pessoas declararam em juízo terem sido torturadas na prisão;
- Das cerca de 400 mortes produzidas pela repressão, praticamente um terço incluiu o desaparecimento do corpo da vítima.

A partir dos depoimentos contidos nos processos, foi possível identificar a prática de 285 modalidades de tortura (física e psicológica) nos calabouços do regime. As mais frequentes eram:

- Pau-de-arara — Consiste em dependurar o preso de cabeça para baixo por uma barra colocada na dobra dos joelhos. A vítima, geralmente nua, fica em posição fetal, como se estivesse abraçando as pernas flexionadas. A postura é incômoda, dolorosa e ao mesmo tempo intimidante, já que o preso fica com o sexo e o ânus expostos. A técnica surgiu na Idade Média, na Europa, mas foi aplicada com tanta constância pela ditadura brasileira que acabou, erroneamente, sendo considerada uma invenção nacional;
- Afogamento — Aplicado juntamente com o pau-de-arara. Um tubo conectado a uma torneira aberta é colocado na boca do preso, fazendo com ele aspire água;
- Choque elétrico — Também aplicado no pau-de-arara, em várias partes do corpo;

- Cadeira do dragão — Assento metálico onde o prisioneiro é atado, tendo fios elétricos presos em várias partes do corpo (língua, orelhas, olhos, pulsos, mamilos, órgãos genitais etc.). Um magneto é girado, por meio de uma manivela, fazendo a corrente elétrica passar pelo corpo;
- Geladeira — Cabine refrigerada onde o recluso é guardado nu. Períodos de absoluto silêncio são intercalados com a emissão de ruídos em alto volume, como os de sirene;
- Animais — Confinamento do prisioneiro em pequenas celas com cobras, cães, baratas, jacarés etc.;
- Produtos químicos — Aplicação de pentotal (“soro da verdade”) no prisioneiro ou borrifadela de éter no seu corpo;
- Queimadura com cigarro;
- Sevícias sexuais;
- Estupro;
- Empalamento;
- Esmagamento dos testículos;
- Espancamento;
- Palmatória;
- Vietnã — Deixar o preso, em pé, equilibrando-se sobre latas sem tampas, com pontas cortantes;
- Telefone — Tapas simultâneos nos dois ouvidos;
- Cristo Redentor — Obrigar o preso a ficar de pé, com os braços abertos, segurando catálogos telefônicos. Cada vez que ele abaixa os braços recebe um castigo;
- Banho chinês — Durante alguns segundos ou até mais de um minuto, a cabeça do interrogado é mantida dentro de um tambor cheio de água;
- Obrigar o prisioneiro a assistir a um companheiro ou familiar ser torturado;
- Aulas práticas de tortura, ministradas para aspirantes a agentes da repressão, em que presos são usados como cobaias.

Os números aferidos pelo *BNM* permitiram a elaboração de um ranking macabro: o das unidades militares mais envolvidas com a tortura de presos políticos. Dentre os 212 centros de sevícias identificados, aparecia em primeiro lugar disparado, com 735 denúncias, o Quartel da Polícia do Exército no Rio, localizado na rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Logo em seguida, vinha o DOI-Codi da rua Tutoia, em São Paulo, com 382 queixas. Também foram listados os cárceres não oficiais, usados pela repressão para torturar e matar opositores, como a Casa dos Horrores (Fortaleza), a Casa da Morte (Petrópolis), a Casa de São Conrado (Rio de Janeiro) e a Fazenda (São Paulo).

No relatório intitulado “Os funcionários”, foram estampados os nomes dos médicos que davam plantão nos porões, avaliando, nem sempre com acerto, o limite máximo de tortura que os prisioneiros aguentavam. Na companhia dos doutores-carrascos, estavam legistas e peritos que haviam forjado laudos com o objetivo de corroborar falsas versões de morte de presos políticos — nos relatórios de autópsias produzidos por eles, assassinatos eram descritos como acidentes fatais ou mesmo suicídios.

A lista mais polêmica do relatório, contudo, era outra: a que revelava quem eram os 444 agentes da repressão denunciados como torturadores pelos presos políticos. Ainda que em metade dos casos tenha sido possível identificar apenas os codinomes usados pelos verdugos, a relação do *Brasil: Nunca Mais* fornecia os nomes completos e as patentes de 219 acusados, como o delegado [Sérgio Paranhos Fleury](#), do Dops de São Paulo, o coronel [Carlos Alberto Brilhante Ustra](#), ex-comandante do DOI-Codi paulista, e [Marcelo Paixão de Araújo](#), ex-tenente do 12º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte.

Os segredos dos porões estavam prestes a ser escancarados.

O Projeto A era sem dúvida de uma riqueza extraordinária, um

documento destinado a servir, nas décadas seguintes, como fonte de pesquisa quase infinita. Suas 6.891 páginas o tornavam, porém, praticamente inacessível à leitura pela maioria dos mortais. Para resolver a questão, d. Paulo Evaristo Arns idealizou o Projeto B: um livro de fácil leitura que resumisse todo o Projeto A num espaço 95% menor.

No final de 1983, Arns realizou uma reunião secreta no sobrado onde vivia, da rua Mococa, no bairro do Sumaré. Um dos convidados era o jornalista “papa hóstia” Ricardo Kotscho, que tinha o cardeal como uma de suas melhores fontes. Kotscho levou um susto quando foi levado a um depósito da casa de Arns e lá apresentado aos originais do Projeto A — o jornalista nunca imaginara que uma pesquisa como aquela fosse possível. Estupefato e ainda boquiaberto, ele foi surpreendido com uma nova revelação. D. Paulo lhe contou que estava à cata de um jornalista para escrever um livro-bomba a partir das informações reunidas no Projeto A, e que um dos candidatos a redator era ele, Kotscho. Repórter calejado e de sensibilidade rara na categoria, ele tremeu. Tremeu de admiração pela empreitada liderada por Arns e de felicidade por ter sido convidado a fazer parte dela. Tremeu também de agonia só de pensar quão árduo seria o trabalho — o jornalista teria de fazer jornada dupla, já que uma das exigências do cardeal era que ele não deixasse seu emprego na *Folha de S.Paulo*, a fim de não levantar suspeitas. E Kotscho tremeu, sobretudo, de medo. Mas aceitou.

Para fazer dupla com Kotscho, d. Paulo convidou o frade dominicano, jornalista, escritor, ex-militante da ALN, ex-presos político torturado Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto.

Durante todo o ano de 1984, enquanto os “heroizinhos das Diretas-Já”, como dizia Leônidas, enchiam as ruas do país, Kotscho e Betto trabalhavam em sigilo, enfiados ora numa saleta da cúria, ora nos fundos de um seminário no bairro do Ipiranga, ora em suas próprias residências. Todo início de mês, Kotscho chegava em casa com um salário extra, mas, até o fim do projeto, nunca contou à mulher e aos filhos de onde vinha o dinheiro e o

que fizera para ganhá-lo. Cada capítulo finalizado era repassado ao coordenador do escritório do *BNM* em São Paulo, [Paulo de Tarso Vannuchi](#), que acrescentava capítulos de sua lavra e dava unidade ao conjunto.

[Jaime Wright](#) foi o primeiro a receber o texto bruto do Projeto B. Achou por bem cortar do manuscrito alguns adjetivos e opiniões, na esperança de eliminar possíveis brechas para críticas. Em outubro de 1984, a obra estava pronta para publicação. O clima político, porém, aconselhava prudência.

Apesar de faltar menos de cem dias para o prometido fim da ditadura, fantasmas do autoritarismo rondavam o país. Estava prevista para o dia 15 de janeiro de 1985 a eleição indireta para presidente. Naquela data, os 686 integrantes do Colégio Eleitoral — formado por senadores, deputados federais e delegados indicados pelas assembleias legislativas dos Estados — deveriam escolher entre os candidatos [Paulo Maluf](#) — apoiado pelo general Figueiredo — ou [Tancredo Neves](#), da oposição. Não eram poucos, contudo, os que temiam que o evento histórico fosse “cancelado”. A ala radical das Forças Armadas dava sinais inequívocos de que não pretendia largar o osso. Só nos cinco primeiros meses da gestão Figueiredo, ocorreram mais de 30 atentados contra pessoas ou instituições identificadas como adversárias do governo. Em 1980, quando o projeto *BNM* já estava em andamento, terroristas explodiram bancas que vendiam publicações críticas ao regime, como o jornal *O Pasquim*. Em agosto daquele ano, uma carta-bomba enviada à sede da OAB no Rio de Janeiro matou a secretária [Lyda Monteiro](#). Oito meses depois, um show em homenagem ao Dia do Trabalhador, também no Rio, quase acaba em tragédia: agentes do DOI-Codi tentaram explodir uma bomba no Riocentro, que abrigava o evento. Para sorte dos 20 mil espectadores que assistiam ao show (e azar do sargento [Guilherme Pereira do Rosário](#), que levava a bomba no colo, dentro de um carro), o artefato explodiu antes da hora. Não houve feridos na plateia e no palco, onde dezenas de artistas se revezavam, mas na explosão o sargento terrorista morreu.

O atentado do Riocentro deixou traumas. Depois houve mais. Na mesma

época em que [Wright](#), [Vannuchi](#), [Kotscho](#) e Betto colocavam o ponto final no livro, uma bomba destruiu o comitê de [Tancredo Neves](#) em Porto Alegre. No mês seguinte, outro aviso: o escritório da oposição em Brasília foi alvo de um incêndio criminoso. D. Paulo sabia que aqueles atos extremistas não eram casos isolados, patrocinados por um ou outro militar descontente. Tratava-se de um grande arrastão do maior antro de terroristas do Estado, o Centro de Informações do Exército (CIE).

Nos Anos de Chumbo, o CIE — o serviço secreto da força terrestre, um dos mais temidos órgãos da repressão — fizera grampos telefônicos, infiltrara agentes nas hostes oposicionistas, mantivera prisões clandestinas, prendera, torturara, matara e eliminara corpos de suas vítimas. Com o início da abertura, o centro deveria ter recolhido suas armas, a exemplo do que fizeram os serviços secretos da Marinha e da Aeronáutica. Porém, recusou-se. Remando no sentido contrário ao da redemocratização, o órgão continuou apostando suas fichas numa nova prorrogação da ditadura.

Enquanto o CIE aprontava, d. Paulo seguia seu caminho. No final de 1984, o cardeal teve um encontro sigiloso com [Caio Graco Prado](#), dono da Editora Brasiliense, a quem ofereceu o Projeto B para publicação. O editor elogiou o livro, mas declinou do convite, temendo que sua editora ficasse marcada pelos militares — Graco Prado abriu mão de lançar uma obra histórica e perdeu, o que se veria depois, um faturamento superior a 9 milhões de reais, em valores de 2009.

Com receio de levar outro não de uma editora laica, [Arns](#) decidiu bater à porta da editora dos franciscanos, a Vozes. Os laços do cardeal com a editora eram fortes. O diretor da Vozes, frei [Ludovico Gomes de Castro](#), um senhor de 75 anos, de mãos enormes e olhar doce, tinha sido reitor do seminário onde d. Paulo estudara, meio século antes, no interior do Paraná. O frei, aliás, fora um dos primeiros a enxergar as qualidades de liderança de [Arns](#) quando, em 1939, o nomeou 1º sênior do seminário, posto no qual o então jovem de 17 anos ficou responsável pela supervisão dos internos e por tocar o sino da

igreja. A ligação de d. Paulo com a Vozes ia além da admiração mútua entre ele e frei Ludovico. Na década de 1950, quando voltou ao Brasil após estudar em Paris, [Arns](#) atuou como redator de algumas publicações da editora, como as revistas *Vozes* e *Sponsa Christi*. Assim, 30 anos depois, quando dirigiu-se ao número 100 da rua Frei Luís, em Petrópolis, a casa onde até hoje funciona a Vozes, o cardeal estava retornando ao antigo local de trabalho.

Frei Ludovico percebeu a importância do *Brasil: Nunca Mais* assim que d. Paulo lhe falou do projeto. O diretor preferiu, no entanto, solicitar um parecer da obra a um dos editores mais experientes da Vozes: frei [Leonardo Boff](#), já naquela época uma das principais referências da Teologia da Libertação em todo o mundo. [Boff](#) conhecia bem o tutor do *BNM*. Vinte anos antes, [Arns](#) fora seu professor no Instituto dos Franciscanos, em Petrópolis, e posteriormente indicara o aluno brilhante para uma pós-graduação na Alemanha. Os laços que os uniam eram fortes também no presente. Não fazia dois meses que d. Paulo acompanhara [Boff](#) ao Vaticano, onde este foi interrogado sobre seus polêmicos escritos pelo prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, [Joseph Ratzinger](#) (mais tarde ungido papa Bento XVI). Na ocasião, [Arns](#) falou em defesa de [Boff](#), apoiou a Teologia da Libertação e exortou Roma a não intervir nos caminhos particulares que a Igreja seguia no Brasil — em vão. Naquele colóquio, começou-se a desenhar a punição que o Vaticano aplicaria a [Boff](#): o silêncio obsequioso, a proibição de lecionar matérias religiosas e a destituição de seu cargo na editora Vozes, medidas que posteriormente provocaram o seu desligamento, espontâneo, da Igreja.

Seis meses antes de ser calado por Roma, [Boff](#) pôde expressar sua opinião sobre o Projeto B de d. Paulo. O livro, na avaliação do frei, não seria apenas um dos mais importantes já publicados no país. Estava destinado a ser um marco na própria história do Brasil. O parecer arrebatador de [Boff](#) foi decisivo para que a editora comprasse a briga do *Brasil: Nunca Mais*. Mas havia uma condição: d. Paulo deveria assinar uma carta na qual se responsabilizava, inclusive judicialmente, pelas informações contidas no livro

— mais um risco que o cardeal não hesitou em aceitar.

Faltavam agora só mais cinco degraus para a equipe do *BNM*: 1) escolher um nome para o livro; 2) fazer a capa; 3) revisar a obra; 4) imprimi-la e 5) marcar a data do lançamento.

De comum acordo, chegou-se à conclusão que o nome *Testemunhos Pró-Paz*, que até então batizava o projeto, deveria ser descartado. Além de batido, ele não era forte o suficiente para embalar obra tão robusta. Alguém da equipe sugeriu então que fosse adotado o mesmo nome de uma publicação lançada recentemente na Argentina, *Nunca Más*, que denunciava nomes e métodos da repressão militar que matara 30 mil pessoas naquele país entre 1976 e 1983. Assim, o *Nunca Más* argentino atravessou a fronteira e, do lado de cá, virou *Brasil: Nunca Mais*.

O novo nome, este sim marcante, merecia uma capa à altura. A Vozes propôs um design ao mesmo tempo austero e impactante. A cor vermelho-sangue cobriu toda a capa e, sobre ela, apenas duas intervenções gráficas. Ocupando metade da página, em tom amarelo gema de ovo, aparecia o nome *Brasil: Nunca Mais* impresso numa tipografia que imitava uma máquina de escrever. Logo abaixo, mais à esquerda, estampou-se o desenho estilizado de uma pessoa vergada, com a cabeça baixa, aprisionada dentro de um círculo negro. Com o tempo, esta capa tornar-se-ia o ícone gráfico mais conhecido da luta dos direitos humanos no Brasil.

Enquanto a capa do *BNM* era finalizada nas pranchetas da Vozes, [Jaime Wright](#) e [Paulo de Tarso Vannuchi](#) atravessavam madrugadas a revisar as provas e a editar o livro, movidos pelo bom humor do reverendo e pelos biscoitos caseiros enviados por sua mulher, Alma. Por uma sugestão prudente de d. Paulo, foi excluída do livro a lista com os nomes dos 444 agentes da repressão acusados como torturadores — a relação constaria apenas no Projeto A, que também seria colocada ao alcance público, mas de forma bem

mais discreta que o livro.

Em meio a tantas decisões sensíveis, uma das mais complicadas foi marcar a data do lançamento. À medida que chegava perto o dia de reunião do Colégio Eleitoral, mais tenso ficava o cenário político. Dois meses e meio antes da eleição presidencial, quando o trabalho na *Vozes* já estava embalado, a ameaça de uma implosão no processo de abertura era tão palpável que a CNBB soltou uma nota dizendo que “uma nação que se pretende civilizada não pode aceitar golpes”. Foi justamente o medo de um golpe antes da eleição que levou d. Paulo e a editora a programarem o lançamento do livro para fins de março, quando, se tudo desse certo, o sucessor de Figueiredo já teria tomado posse (a cerimônia estava marcada para o dia 15 daquele mês). Até lá, era cruzar os dedos e guardar na gaveta os originais.

Era surpreendente que àquela altura o governo e as Forças Armadas continuassem ignorando a existência do projeto. Durante seis anos, nas barbas dos militares, um grupo de quase 40 pessoas — muitas delas, alvos constantes de operações de espionagem — moveu uma montanha de papéis sensíveis sem disparar um único alarme na comunidade de informações. Mesmo com todo o seu arsenal e seus mais de 20 mil agentes, oito órgãos de inteligência dedicados a investigar os opositores do regime — Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Centro de Informações do Exterior (Ciex), CIE, Dops, DOI-Codi e Polícia Federal — não foram capazes de descobrir que havia um elefante escondido dentro do armário da cozinha. O caso específico do SNI — o serviço secreto do governo — era ainda pior. Os seis anos de duração do projeto *BNM* coincidiram com o período em que a Presidência da República foi ocupada por um ex-chefe do SNI, o general [João Baptista Figueiredo](#). Mais: naqueles seis anos, o serviço secreto foi dirigido por [Octavio Medeiros](#), que vinha a ser justamente a presa

mais gorda do *Brasil: Nunca Mais* — ele era o oficial de maior patente (general de quatro estrelas) da relação dos 444 agentes da repressão acusados como torturadores. Os episódios que fizeram Medeiros ser incluído na lista negra do *BNM* haviam ocorrido em 1969, quando ele, então coronel, baseado em Belo Horizonte, presidia o Inquérito Policial Militar que investigava o Colina (Comando de Libertação Nacional), grupo guerrilheiro de vida curta e violenta, inspirado na doutrina militar de [Che Guevara](#). De acordo com o relato do músico Nilo Sérgio Menezes, um dos indiciados no IPM e posteriormente inocentado, o coronel o ameaçou dizendo que, se ele não contasse tudo o que sabia, seria enviado de volta à delegacia onde havia sido torturado. Ainda segundo o músico, Medeiros lhe dissera, em tom de ironia, que as delegacias de polícia tinham métodos de investigação “mais eficazes”. Outros dois militantes do Colina deixaram registrados no STM quais eram os métodos do coronel:

No 12º RI [Regimento de Infantaria], meus espancadores e interrogadores foram o coronel Medeiros, [sargento Mendes](#), sargento Kleber, [capitão Almeida](#) e outros.

[Depoimento por escrito de [Murilo Pinto da Silva](#) reproduzido no Projeto A do *BNM*, tomo V, volume 3, páginas 259 e 261.]

No RI nossos espancadores e interrogadores foram: coronel Medeiros, sargento Marcolino [...]

[Depoimento de [Julio Antonio Bittencourt de Almeida](#) reproduzido no Projeto A do *BNM*, tomo V, volume 2, página 696.]

Com seus métodos heterodoxos de inquirição, o coronel comandou o aniquilamento do Colina. Depois, Medeiros virou general, colecionou estrelas no uniforme e durante um bom par de anos foi cotado com possível sucessor do presidente Figueiredo. Em 1985, porém, ele era a cereja do bolo do *Brasil: Nunca Mais*.

Os integrantes do projeto só conseguiram manter o segredo intacto por

tanto tempo porque adotaram uma tática muito usada pelos serviços secretos, conhecida como *need to know* (necessidade de saber). Funciona assim: numa cadeia de pessoas que lidam com informações sigilosas, cada uma só tem acesso aos dados que são indispensáveis para a realização de suas tarefas, e nada além disso. O contato com colegas de trabalho segue a mesma regra: ninguém é apresentado a quem não precisa conhecer, ninguém pode perguntar o que não precisa saber e todos devem falar somente o necessário para o cumprimento de sua missão. Ou seja, cada um tem uma peça do quebra-cabeça mas ninguém sabe a figura que ele forma — apenas um número reduzido de pessoas, no comando da cadeia, tem conhecimento integral das informações. No *Brasil: Nunca Mais*, o *need to know* foi usado do início ao fim. D. Paulo não consultou o Vaticano sobre a conveniência do projeto, nem pediu o dinheiro da Igreja para bancá-lo. [Jaime Wright](#) fez o mesmo em relação à Igreja Presbiteriana. [Philip Potter](#) nunca explicou aos associados do CMI na Europa, nos EUA, no Canadá, na Nova Zelândia e na Austrália qual o destino dos 350 mil dólares que eles haviam doado. Os advogados [Luiz Eduardo Greenhalgh](#), [Luís Carlos Sigmaringa Seixas](#) e [Eny Raimundo Moreira](#) pediam a colegas que pegassem processos no STM mas não explicavam a finalidade. [Paulo de Tarso Vannuchi](#) desconhecia a procedência do dinheiro que recebia de [Wright](#) para pagamento de pessoal. Os funcionários não militantes do projeto eram constantemente substituídos, impedindo que absorvessem muita informação. As tarefas mais sensíveis só eram atribuídas a gente de confiança irrestrita — durante cinco anos, uma única pessoa leu os depoimentos de presos à cata de denúncias de tortura e assassinato. Uma professora da USP não avisou a seus superiores que pegaria emprestada uma máquina de microfilm da universidade e só devolveria cinco anos depois. E, por fim, quem sabia o número do telefone do galpão de São Paulo não podia passá-lo adiante.

Estava chegando, porém, a hora de revelar o segredo e aí seria necessário empregar uma tática inversa ao *need to know*. Para driblar uma possível

censura do livro no Brasil, era preciso fazer com que a obra fosse editada também no exterior, garantindo assim que, de um jeito ou de outro, ela se tornasse pública. Quando ainda negociava com a Vozes a publicação do livro no Brasil, d. Paulo enviou [Jaime Wright](#) aos Estados Unidos a fim de abrir mais uma frente externa para o projeto. Em Nova York, o reverendo procurou [Robert Bernstein](#), presidente do conselho diretor da editora Random House. [Bernstein](#) não era apenas o executivo-chefe de uma das maiores editoras dos Estados Unidos, era também um notável militante dos direitos humanos. Fundador da Human Rights Watch, ele costumava dizer: “Os direitos humanos não são um luxo ou algo que mereça cuidado desde que não entrem em conflito com outras prioridades, como a paz e o desenvolvimento econômico. Os direitos humanos são, ao contrário, a chave para atingir aquelas e quaisquer outras coisas de fundamental importância para o mundo”. [Bernstein](#) pediu a um amigo, [Alfred Stepan](#), que lesse o manuscrito e desse um parecer. O *BNM* não poderia ter caído em melhores mãos. Desde a década de 1960, [Stepan](#) — cientista político e professor da Columbia University — vinha estudando o Brasil, mais especificamente os assuntos militares nacionais. Quinze anos antes, ele utilizara o fato de ter sido fuzileiro naval para se aproximar de militares brasileiros e colher depoimentos para sua tese de doutorado. O trabalho resultou no livro *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, publicado nos Estados Unidos, em 1969, e no Brasil, em 1975. Depois de devorar o *Brasil: Nunca Mais* em uma noite, [Stepan](#) endossou a importância da obra e sugeriu a [Bernstein](#) a publicação. Com o sim da editora norte-americana na bagagem, [Wright](#) então viajou de Nova York para Genebra, onde, em um mês, pariu uma versão do *BNM* em inglês.

Apesar dos trancos, sustos e ameaças, [Tancredo](#) conseguiu levar adiante a sua candidatura. Por um lado, negociou importantes apoios políticos que, em

tese, lhe davam a maioria no Colégio Eleitoral. De outro, articulou um pacto secreto com as Forças Armadas no qual trocou a promessa de esquecimento dos crimes cometidos nos porões do regime militar pela garantia de que, caso fosse eleito, tomaria posse. No dia 15 de janeiro de 1985, aconteceu o que a maioria dos 120 milhões de brasileiros desejava: por 480 votos a favor, 180 contra, 17 abstenções e 9 ausências, [Tancredo](#) foi eleito presidente no Colégio Eleitoral. O *BNM* já podia sair da gaveta.

D. Paulo e a direção da Vozes combinaram como seria o lançamento do *Brasil: Nunca Mais*. Acertaram também que, às vésperas de o livro ir para o prelo, o cardeal e [Philip Potter](#) entregariam à editora dois textos pessoais, assinados, que seriam incluídos na obra, a título de prefácio. Parecia que desta vez nada poderia deter a tão esperada conclusão do projeto. Ledo engano.

O cronograma do *BNM* foi implodido 14 horas antes da posse de [Tancredo](#). Às 8h da noite do dia 14 de março, o presidente eleito deu entrada no Hospital de Base de Brasília com um tumor na barriga. Trinta e oito dias depois, estava morto. A tragédia que se abateu sobre o país teve o efeito colateral de provocar o adiamento da publicação do *Brasil: Nunca Mais*. Todos os cálculos políticos precisavam ser refeitos, tendo em vista que o substituto de [Tancredo](#), o vice-presidente eleito [José Sarney](#), era, até poucos meses antes da eleição, um aliado de quatro costados dos militares. Tratando-se portanto de um vira-casaca que, vendo que o barco da ditadura afundava, bandeou-se para as hostes oposicionistas, [Sarney](#) não era definitivamente um nome confiável para sustentar o tranco do *Brasil: Nunca Mais*. Assim, d. Paulo resolveu por bem colocar o *BNM* em quarentena.

A prudência foi recompensada. [Sarney](#) tomou posse, os militares voltaram aos quartéis e tanto um (o novo presidente) quanto os outros (as Forças Armadas) mantiveram o pacto de [Tancredo](#) em torno do esquecimento — em resumo: o mundo não caiu. Então, no quinquagésimo dia de delonga, o cardeal pegou papel e caneta, recolheu-se a seu gabinete e escreveu o prefácio do livro. Começou por recordar uma história:

Durante os tempos da mais intensa busca dos assim chamados “subversivos”, atendia eu na Cúria Metropolitana, semanalmente, a mais de vinte senão cinquenta pessoas. Todas em busca do paradeiro de seus parentes. Um dia, ao abrir a porta do gabinete, vieram ao meu encontro duas senhoras, uma jovem e outra de idade avançada. A primeira, ao assentar-se em minha frente, colocou de imediato um anel sobre a mesa, dizendo: “É a aliança de meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã, na soleira da porta. Sr. padre, que significa essa devolução? É sinal de que está morto ou é um aviso de que eu continue a procurá-lo?”.

Até hoje, nem ela nem eu tivemos resposta a essa interrogação dilacerante.

Em seguida, como se expulsasse de dentro de si todo o sofrimento que testemunhara em duas décadas de ditadura, d. Paulo escreveu:

Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O “desaparecido” transforma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrindo a última luminosidade da existência terrena.

Um mês e dois dias depois, foi a vez de [Philip Potter](#) redigir seu testemunho para o *Brasil: Nunca Mais*:

Ele [o livro] não pretende ser meramente uma acusação, mas sim um convite para que todos nós reconheçamos nossa verdadeira identidade através das faces desfiguradas dos torturados e dos torturadores. Fazemos isso em nome de Cristo que foi torturado e crucificado para que tivéssemos vida em toda a sua plenitude.

[Jaime Wright](#), sempre nos bastidores, continuou nos bastidores. Somente anos mais tarde, ele colocaria no papel suas impressões sobre o *BNM*.

O grande objetivo do livro é que ninguém termine sua leitura sem se comprometer, em juramento sagrado com a própria consciência, a engajar-se numa luta sem tréguas, num mutirão sem limites, para varrer da face da Terra a prática das torturas.

No dia 15 de julho, uma segunda-feira, quando o país completava quatro meses sob regime democrático, as livrarias do país amanheceram com um livro novo na praça. Com exceção das cerca de 50 pessoas que conheciam o projeto, ninguém sabia qual era o assunto tratado naquelas 312 páginas. Não foi feita qualquer propaganda ou peça de marketing. A imprensa não foi avisada. Não teve noite de autógrafos — aliás, os nomes dos autores não figuravam na capa ou em qualquer outra parte da obra. Como se tivessem surgido do nada, 4 mil exemplares do livro — uma tiragem tímida — pousaram nas estantes das livrarias. Não demorou para que fossem percebidos.

Observador atento da cena política e obcecado estudioso do período histórico da ditadura, o jornalista [Elio Gaspari](#) foi o primeiro na sua categoria a entender (ou a ter coragem de entender) o alcance da pesquisa do *Brasil: Nunca Mais*. Uma semana depois de o livro chegar às livrarias, [Gaspari](#) emplacou uma reportagem de três páginas na revista *Veja*, com direito a chamada na capa e título forte: “O porão iluminado”:

[O *BNM* é] o mais completo e fidedigno levantamento sobre prisões, tortura e assassinatos políticos no Brasil, de abril de 1964 a março de 1979. Depois da leitura do livro é possível compreender muito melhor o que aconteceu no país [...].

A matéria de [Gaspari](#) demorou um pouco para reverberar no restante da imprensa, até então receosa de tocar em assunto tão delicado em momento mais delicado ainda. Mas não houve como ignorá-la. Na semana seguinte, a principal concorrente de *Veja*, a *IstoÉ*, correu atrás do prejuízo com a reportagem “Inventário do horror”:

O aspecto inédito da obra — a radiografia de corpo inteiro do esquema repressivo que se consolidou no país ao longo de quase duas décadas — destaca-se como

contribuição histórica inquestionável.

Em agosto, a revista *Senhor* entrou na roda (“O porão da guerra suja”), seguida pela *Folha de S.Paulo* (“*Brasil: Nunca Mais* revela bastidores da tortura no país”). O público não esperou o julgamento da imprensa para acolher a obra. Dezesesseis dias depois de seu discreto lançamento, o livro alcançou o primeiro lugar nas listas dos mais vendidos, na categoria não ficção. Os exemplares eram disputados pelos compradores, e os gerentes das livrarias não conseguiam atender às encomendas. A primeira edição se esgotou rapidamente e as seguintes também, obrigando a Vozes a reimprimir o livro 20 vezes somente nos seus dois primeiros anos de vida.

O sucesso do livro repicou no exterior. Um ano depois de seu lançamento no mercado nacional, a obra chegou às livrarias dos Estados Unidos, acrescida de uma introdução para os leitores estrangeiros e cinco páginas com notas bibliográficas. A versão em inglês foi batizada com o título *Torture in Brazil* (Tortura no Brasil). [Jaime Wright](#), o “chanceler” de d. Paulo, foi enviado aos Estados Unidos para divulgar a edição norte-americana do *BNM*. Num almoço para jornalistas em Nova York, ao descrever a saga do projeto, o reverendo fez brilhar os olhos de um sujeito de barba negra e hirsuta, nariz enorme e óculos maiores ainda. Era [Lawrence Weschler](#), jornalista da prestigiada revista *New Yorker*, colaborador de publicações como *Rolling Stone* e *International Herald Tribune* e autor de livros sobre política e cultura. [Weschler](#) ficou fascinado com a pesquisa e sobretudo com a forma como ela tinha sido realizada. O jornalista passou a perturbar [Wright](#) pedindo que lhe contasse detalhes da história e lhe apresentasse outros colaboradores do *BNM*. Por fim, ele veio ao Brasil e, depois de fazer um esforço enorme para convencer seus interlocutores de que não era um agente da CIA, conseguiu recuperar boa parte da memória do projeto. A investigação do jornalista alimentou um belo livro — *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores* — em que [Weschler](#) descreve como vítimas das ditaduras militares no Brasil e no Uruguai (1973-85) e defensores dos direitos humanos

nesses dois países conseguiram, com sangue, suor e lágrimas, preservar as memórias da repressão e da resistência.**

O fio puxado por [Weschler](#) chamou atenção de outros jornalistas nos Estados Unidos. A rede de televisão ABC enviou uma equipe ao Brasil para produzir uma reportagem para o programa “Nightline”. Em seguida, a HBO contratou o próprio [Weschler](#) para escrever o roteiro de um documentário para a TV.

No Brasil, o *BNM* também se multiplicou. Foram encenadas várias peças de teatro inspiradas no livro — como “Brasil, até quando?”, “Brasil, espero nunca mais” e “*Brasil: nunca mais* — de Getúlio aos generais”. A Rede Globo se rendeu à força da obra, inserindo na novela “Roda de Fogo”, de 1986, cenas em que uma personagem que fora vítima de torturas na ditadura, Maura Garcez (vivida pela atriz [Eva Vilma](#)), passeava com o *Brasil: Nunca Mais* debaixo do braço.

Entre os pesquisadores, o *BNM* se tornou uma referência para estudos sobre a repressão no regime militar. Em 1987, utilizando como uma de suas fontes de informação o acervo do *Brasil: Nunca Mais*, o historiador [Jacob Gorender](#) publicou o livro *Combate nas Trevas*, um clássico sobre a luta armada. No mesmo ano, escorado em dados do *BNM*, o também historiador [Daniel Aarão Reis Filho](#) concluiu sua tese de doutorado, intitulada “As organizações comunistas e a luta de classes”. Depois, muitos outros trabalhos beberam na mina do *BNM*.

O material bruto do *Brasil: Nunca Mais* alimentou ainda produções intimistas, sem viés acadêmico. É o caso do livro *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*, em que [Delora Jan Wright](#) (filha do reverendo Jaime e sobrinha de [Paulo Stuart Wright](#)) faz um acerto de contas pessoal de sua família com a repressão. Entre as fontes de informação de [Delora](#), estavam 43 cartas, manuscritos e documentos de seu tio que haviam sido apreendidos pelos militares e que foram resgatados pelo projeto *BNM*.

Quatro meses depois do lançamento do *Brasil: Nunca Mais*, d. Paulo

finalmente liberou para a imprensa a lista com os nomes dos 444 agentes da repressão denunciados como torturadores. Foi outra bomba. Em todo o país, torturadores passaram a ser apontados na rua e alguns chegaram a perder o emprego. Um dos principais acusados, com 22 denúncias de tortura, o ex-tenente [Marcelo Paixão](#), chamou num canto suas duas filhas, na época com 13 e 14 anos, e contou-lhes sobre seu passado, conforme relataria depois ao repórter [Alexandre Oltramari](#), da revista *Veja*:

— Nunca disse a elas que fui um santinho. Disse a elas que não pensassem que eu não bati em alguém. Bati, sim. Elas ficaram um pouco chocadas e disseram: “Pai, já sabemos, mas agora para”. Não queriam detalhes. Eu segui a minha vida. Não adianta esconder esse tipo de coisa. A verdade uma hora vem à tona.

A maioria dos acusados, como o general [Octavio Medeiros](#), preferiu calar-se. Médicos que tinham trabalhado nos porões também sofreram as consequências da divulgação da lista. Foram boicotados em hospitais e responderam a processos nos conselhos de medicina. Em Minas e São Paulo, registros profissionais foram cassados.

Apesar dos dados contundentes do *BNM*, o número de punições foi pequeno. Na maior parte dos casos, os carrascos, seus chefes e auxiliares pagaram apenas com a exposição pública de seus pecados. Ao final, prevaleceu o pacto de [Tancredo](#).

A missão do *Brasil: Nunca Mais*, entretanto, estava cumprida. A memória da repressão estava salva.

Passada a avalanche, d. Paulo decidiu doar toda a documentação do projeto, a fim de torná-la pública. O acervo, de mais de 1 milhão de páginas, foi oferecido à PUC de São Paulo e à USP, mas ambas declinaram do convite, por temor de represálias. Mais corajosa foi a Unicamp, de Campinas, que recebeu o material e o disponibilizou para consulta, permitindo assim a produção e o enriquecimento de dezenas, talvez centenas de trabalhos acadêmicos.

O cardeal [Arns](#) também tratou de assegurar que os estudiosos estrangeiros tivessem acesso à pesquisa bruta do *BNM*. Os 543 rolos de microfilme com a cópia integral dos 707 processos retirados do STM foram doados ao Latin American Microform Project (Lamp), instituição baseada em Chicago que coloca seu acervo à disposição de pesquisadores de mais de uma centena de universidades norte-americanas. Como ainda sobrara algum dinheiro enviado pelo CMI, d. Paulo mandou encadernar — com capa preta e letras douradas — 25 cópias do Projeto A, o relatório de 6.891 páginas que serviu de base para o livro. O cardeal, mais uma vez, foi salomônico: doou 14 cópias para universidades, bibliotecas, centros de documentação e entidades dedicados à defesa dos direitos humanos no Brasil e ofertou 11 cópias para instituições estrangeiras.

Com as cópias dos 707 processos do STM disponíveis à consulta pública em Campinas e em Chicago, os 25 exemplares do Projeto A espalhados por instituições do Brasil e do exterior e o livro *Brasil: Nunca Mais* vendendo mais que pãozinho quente, d. Paulo cravou uma estaca no coração do antigo regime. Reação houve, mas foi praticamente inócua. Alvo de três ações judiciais, o cardeal ganhou todas.

As Forças Armadas tiveram de engolir o *BNM* e conviver para sempre com a mais incômoda de todas as verdades reveladas por d. Paulo e seu pequeno exército: a tortura, a morte e o desaparecimento de presos políticos não foram práticas isoladas, adotadas por indivíduos degenerados, que ocupavam a base do sistema. As atrocidades, como o livro sustentava, haviam sido planejadas e patrocinadas desde a cúpula do governo militar e das Forças Armadas. O verdadeiro torturador, o assassino frio, era o próprio Estado ditatorial. O livro feriu as Forças Armadas duplamente. Além de atingir os homens, com a lista dos 444 torturadores, o *Brasil: Nunca Mais* manchou as instituições a que eles pertenciam.

Haveria revanche, contudo. E na mesma moeda.

Notas

* Os presos eram Marcus Costa Sampaio, César Roman dos Anjos Carneiro, Neide Richopo, José Augusto Pereira, Leopoldina Braz Duarte, Carlos Vítor Alves Delamônica, Roberto Ribeiro Martins, Luís Vergatti, Walkíria Queiroz Costa e Luís Basílio Rossi.

** Weschler teve uma sorte que não tive: entrevistar Jaime Wright, falecido em 1999. A obra do jornalista me serviu como valiosa fonte de informação para reconstituir a história do *BNM*.

CAPÍTULO 2

Tributo a Soljenítsin

Depois de 21 anos no poder, tudo o que os militares queriam era esquecer. Ou melhor: selecionar as lembranças daqueles 7.654 dias. Seria melhor para todos que fosse assim, diziam eles. A velocidade — e sobretudo a serenidade — da transição da ditadura para a democracia dependia disto: esquecimento. No meio civil, também não eram poucos os que, por conveniência, prudência ou tibieza, tinham optado por olhar exclusivamente para a frente, deixando de examinar de forma mais severa os atos do regime militar. Mexer no passado, pensavam, não era um bom negócio.

O acordo em torno do silêncio, porém, durou menos de cem dias — com a publicação do *Brasil: Nunca Mais*, d. Paulo Evaristo Arns pôs tudo a perder. Em vez de esquecer, parecia que a “vedete da maledicência” — como certa vez o cardeal fora chamado num relatório dos órgãos da repressão — tinha encontrado o mnemecefálico, o bálsamo lendário que faz perdurar na memória de quem o usa a recordação de tudo o que foi visto, ouvido e até mesmo pensado. Para desalento das Forças Armadas, além de recordar-se de muita coisa, o cardeal decidira não guardar as lembranças para si.

A caserna se enfureceu com a revelação em praça pública dos pecados

mais bem guardados do regime militar. Dentre os mais de 400 mil componentes das três forças, um em especial sentiu a pancada: o ministro do Exército, [Leônidas Pires Gonçalves](#). O atlético e imponente general, de 63 anos, acabara de assumir o posto mais alto da carreira castrense e, como se ainda fosse pouco, desfrutava da confortável posição de fiador do cambaleante presidente [José Sarney](#). Quatro meses antes do lançamento do *BNM*, quando [Tancredo Neves](#) foi hospitalizado, [Leônidas](#) foi que dissipou uma das dúvidas mais dramáticas da história do país: quem deveria tomar posse no lugar do presidente eleito. A Constituição era algo ambígua a respeito. Uma ala defendia a assunção de [Sarney](#), o vice-presidente eleito, mas outra entendia que era [Ulysses Guimarães](#), o já empossado presidente da Câmara dos Deputados, quem tinha o direito de subir a rampa do Palácio do Planalto. Todas as incertezas desapareceram, contudo, quando, num telefonema noturno a [Sarney](#), o general [Leônidas](#), indicado por [Tancredo](#) para comandar o Ministério do Exército, manifestou sua posição: de acordo com a sua leitura do texto constitucional, o correto seria o vice assumir (ainda que naquele momento [Sarney](#) não o fosse de fato). O general então deu por encerrada a discussão jurídica e, para não deixar uma nesga de dúvida que fosse, despediu-se de [Sarney](#) com um vigoroso “boa noite, presidente!”. Dali em diante, ninguém mais questionou o assunto.

Além de ser escora do governo civil que começava, [Leônidas](#) servia de escudo para aqueles que haviam barbarizado na ditadura. No pacto do esquecimento, as Forças Armadas topavam devolver o poder aos civis desde que estes não os aborrecessem com cobranças sobre o que havia acontecido nas masmorras do regime militar. Era justamente [Leônidas](#) quem assumira a tarefa de assegurar, tanto de um lado quanto de outro, que o combinado fosse cumprido. Assim, uma das prioridades da gestão do novo ministro era proteger os homens que, segundo suas palavras, haviam colocado “a própria vida em risco no combate ao terrorismo e à subversão” — homens que agora o *Brasil: Nunca Mais* apontava como bestas-feras.

Ainda tentando domar a crise que desabou sobre as Forças Armadas, [Leônidas](#) teve uma ideia: se a Arquidiocese de São Paulo podia fazer a exumação do regime militar, por que então o Exército não fazia o mesmo com aqueles a quem a Arquidiocese defendia? Afinal, será que só um lado tinha pecados a esconder naquela história?

Na visão da caserna, o *Brasil: Nunca Mais* era parcial — por dois motivos. Além de pintar os opositores do regime com tintas suaves, tratava-os indiscriminadamente como heróis da democracia. Nos quartéis, porém, [Leônidas](#) e seus companheiros questionavam as intenções dos devotos de d. Paulo: será que era mesmo democracia que os opositores do regime militar queriam? Ou tudo não teria passado de luta pelo poder? [Leônidas](#), por exemplo, acreditava do fundo d’alma que em 1964 a sociedade chamara as Forças Armadas “aos berros”, como costumava dizer, para controlar a bagunça do governo sindical do presidente [João Goulart](#). “Nunca fomos intrusos na história do país, sempre instrumento da vontade nacional”, apregoava. Estabelecida a ditadura, ainda segundo o general, quem começou com a violência foi a oposição. Ele não cansava de lembrar que o primeiro atentado a bomba com vítimas fatais havia sido obra da esquerda, referindo-se ao episódio ocorrido em julho de 1966 no qual militantes da Ação Popular (AP) tentaram assassinar o general [Arthur da Costa e Silva](#), que acabara de deixar o Ministério da Guerra e se preparava para assumir a Presidência da República. Se tudo tivesse corrido de acordo com o plano dos guerrilheiros, assim que desembarcasse no aeroporto dos Guararapes, no Recife, vindo de João Pessoa, [Costa e Silva](#) seria estraçalhado por uma bomba-relógio feita com um pedaço de cano. O fracasso, porém, foi completo. O general nada sofreu, já que uma pane no avião o obrigou a viajar de carro, mas a bomba explodiu conforme havia sido programada. O estouro do petardo feriu 13 pessoas e matou outras duas: o almirante da reserva [Nelson Passos Fernandes](#) e o jornalista [Edison Régis de Carvalho](#). Em qualquer lugar do mundo, atos de violência como aquele, que não visavam exclusivamente o oponente da luta e

atingiam civis, recebiam o mesmo nome: terrorismo.

[Leônidas](#) não pudera deixar de notar que, entre as vítimas pranteadas no *BNM*, havia guerrilheiros treinados nas academias militares de Pequim, Moscou — ditaduras comunistas que aniquilaram cerca de 90 milhões de pessoas — e Havana, onde opositores do governo tinham sido executados no *paredón*. Os militares se perguntavam por que d. Paulo tratara as organizações de esquerda armadas como heróis se todas elas, sem exceção, renegavam o regime democrático. O que essas organizações prometiam — e isso o *Brasil: Nunca Mais* não dizia — era que depois da ditadura dos militares viria a ditadura do proletariado, a ditadura das massas. O Centro de Informações do Exército ainda guardava documentos dos antigos grupos guerrilheiros que mostravam que seus componentes só ergueram a bandeira da redemocratização quando já eram nulas as chances de implantação de um regime autoritário de orientação marxista, maoísta, guevarista ou algo que o valha. Os militares nunca disseram que havia santos nas Forças Armadas, mas chamavam a atenção para o fato de que entre os radicais de esquerda também não. Um dos grandes ícones da oposição, [Carlos Marighella](#), número um da ALN, sentia-se enobrecido em ser chamado de terrorista. Um dos documentos de seu grupo — “O papel da ação revolucionária na organização” — continha de fato passagens assustadoras:

Sendo o nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser antepostas com eficiência à violência inominável da ditadura) os que afluem à nossa organização não virão enganados, e sim atraídos pela violência que nos caracteriza.

No Quartel-General do Exército, questionava-se por que d. Paulo extraía dos processos da Justiça Militar apenas aquilo que interessava aos adversários da ditadura. E o lado feio, mau e desajustado da esquerda, perguntavam os militares? [Arns](#) optara por esquecer? Era verdade, como bem dizia o *BNM*, que cerca de 400 pessoas haviam sido mortas pela repressão, mas o Exército

também tinha a sua lista. Os arquivos do CIE estavam abarrotados de registros detalhados de ações violentas da esquerda que resultaram na morte de aproximadamente cem pessoas, entre militares, policiais, guardas de bancos, empresários ligados à repressão e até companheiros de armas, justicados em nome da revolução socialista. O inimigo, defendia [Leônidas](#), era perigoso: assaltara bancos, raptara diplomatas, sequestrara aviões cheios de passageiros, roubara armas, matara — tudo em nome do comunismo.

Para a caserna, a forma como o *BNM* relatou o caso dos frades dominicanos era a amostra definitiva da parcialidade do batalhão de d. Paulo. O livro narrava todo o calvário do frei [Tito de Alencar Lima](#) — as intermináveis sessões de tortura no DOI-Codi de São Paulo, em 1970, as sequelas psicológicas advindas dos suplícios e, quatro anos depois, o suicídio na França. Por outro lado, a obra apenas resvalou na acusação que era feita contra Tito e seus colegas de batina: “suposto envolvimento com a ALN”. Como assim “suposto”, perguntava-se nos quartéis? Os freis Tito, Betto, Ivo e Fernando eram pontas de lança da ALN, e isso era um fato. Além de darem cobertura para o imoderado [Marighella](#), frades dominicanos chegaram a prospectar um pedaço da região amazônica em busca de um local para a ALN estabelecer sua guerrilha rural.

Outro mantra do *Brasil: Nunca Mais* perturbava profundamente o general: a acusação de que, na ditadura, a tortura fora uma política de Estado. [Leônidas](#) até admitia que houvera tortura, mas não como norma e nunca por ordem dos escalões superiores. “Acho que houve excessos, mas nem podia deixar de haver, porque essa é a lei do mundo, a raça humana é assim mesmo, a raça humana é desse jeito”, afirmaria no futuro. Ele mesmo, em 1974, quando assumiu a chefia do Estado-Maior do I Exército e se viu diante do problema, pôs um freio nos “excessos” cometidos nos DOI-Codi sob sua jurisdição (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). A orientação de [Leônidas](#) era tratar os presos com rispidez e sem bondade, mas sempre com humanidade.

Na opinião do general, era preciso, ainda no nascedouro, matar o gérmen do “revanchismo” — como os militares chamavam as denúncias em relação à repressão — ou então as Forças Armadas carregariam para sempre a pecha de covil de torturadores e assassinos. “Anistiamos essa gente toda [os subversivos]; eles não nos anistiam até hoje. Todo dia tem uma futrica nos jornais, todo dia tem uma coisinha aqui, uma cosinha ali. Agora, as coisinhas deles, não”, dizia o ministro. [Leônidas](#) não estava disposto a esquecer o desaforo do *Brasil: Nunca Mais*. Se d. Paulo não se interessara em contar as “coisinhas” da esquerda brasileira, o general tomaria as providências para que o Exército se encarregasse de fazê-lo.

A guerra iria recomeçar.

Ainda em 1985, poucos meses depois do lançamento do *Brasil: Nunca Mais*, o ministro do Exército incumbiu o CIE de produzir um livro que pudesse responder à altura a obra da Arquidiocese de São Paulo. O trabalho deveria desnudar as intenções e as práticas da esquerda — sobretudo da esquerda armada — e contar como os militares haviam conseguido derrotar as guerrilhas urbana e rural, salvando o país de se tornar um *Cubão* ou uma nova China.

Para o Centro de Informações do Exército não seria difícil contar como foi a guerra — o órgão se metera nela até o pescoço. O serviço secreto da força terrestre foi criado em maio de 1967, quando os militares, por mais que fizessem, ainda não conseguiam calar a oposição. Naquela época, a resposta encontrada pelas Forças Armadas para subjugar de vez a esquerda foi a instauração de um esquema batizado de “martelo-pilão”. O coronel [Adyr Fiúza de Castro](#), fundador do CIE, o definia assim:

Evidentemente o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando às vezes apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão.

Relativamente pequeno no início (120 homens), o centro era composto de oficiais de elite e contava com excelente infraestrutura. Ágil, versátil e dotado de uma autonomia grande, coisa rara nas Forças Armadas, o CIE respondia diretamente ao gabinete do ministro do Exército. Muitas vezes, um tenente do centro podia mais que capitães ou coronéis de outras unidades. Nas operações contra os grupos armados de esquerda, o CIE fora a máquina mais letal das três forças; nas mãos de seus homens, os opositores do regime morriam como moscas. Pertencera ao CIE, por exemplo, uma das unidades mais torvas da repressão: a Casa da Morte. Localizado em Petrópolis, o imóvel não tinha placa na fachada, os homens que lá trabalhavam não usavam farda e a casa nem do Exército era: fora emprestada por um empresário de extrema direita, [Mário Ladders](#). Muitos opositores do regime passaram por lá, pouquíssimos saíram.

O CIE, por ordem de [Leônidas](#), estava de volta à guerra. Só que dessa vez não lutaria com fuzis, câmaras de tortura ou agentes infiltrados. Usaria palavras.

O escolhido para coordenar o projeto no Centro de Informações do Exército era um oficial de voz áspera como lixa, de memória estupenda, muito culto e radical: o coronel [Agnaldo Del Nero Augusto](#). Se o general [Leônidas](#) pode ser considerado o *pai* do livro secreto do Exército, [Del Nero](#) seria a *mãe*.

Responsável pelas chaves dos arquivos mais cabeludos da força terrestre, o coronel era a pessoa perfeita para a missão. [Del Nero](#) era o chefe da Seção de Informações do CIE, uma espécie de banco de dados sensíveis da força terrestre. Mesmo sendo um homem de extremos, seu negócio sempre foram as letras. Em 1964, [Del Nero](#) passou em brancas nuvens pelo golpe militar. Recém-promovido a capitão, ele servia como instrutor na Escola de Sargentos das Armas (EsSA), em Três Corações, cidade mineira onde nasceu o jogador

[Pelé](#). [Del Nero](#) perdeu o bonde revolucionário não por falta de entusiasmo, já que era favorável à deposição do presidente [João Goulart](#), mas por falta de informação. A questão foi banal: por posicionar-se de forma neutra na queda de braço travada entre o governo e a ala mais à direita das Forças Armadas, o comandante da EsSA foi propositalmente aliado das conspirações contra Jango. Assim, com sua guarnição fora do mapa da Revolução de 1964, [Del Nero](#) não tinha acesso às notícias de alcova da trama que mudaria a história do Brasil. Nas primeiras horas do dia 31 de março, quando em Juiz de Fora o general [Olímpio Mourão Filho](#) pegou o inseparável cachimbo, cobriu sua cabeça calva com um pesado capacete de guerra e liderou os soldados da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército numa marcha revoltosa rumo ao Rio de Janeiro, [Del Nero](#), a 270 quilômetros dali, não fazia a menor ideia de que o tão almejado golpe tinha começado. Quando soube do feito, ele e seus colegas enviaram um radiograma a Mourão Filho informando que, mesmo estando sob as ordens do comandante da EsSa, os 23 oficiais e a totalidade dos sargentos da escola estavam à disposição do movimento. O general recebeu a mensagem, leu e a jogou no lixo. “Esses miseráveis. Estão a favor da Revolução e sob o comando desse pulha”, desdenhou.

Apesar de orbitar na ala dos duros e de ser anticomunista até a medula, [Del Nero](#) nunca colocou a mão na massa na repressão — mas esteve na antessala. Em 1971, um dos anos mais violentos do regime, ele ocupava o posto de adjunto da 2ª Seção (leia-se, setor de informações) do II Exército, sediado em São Paulo, epicentro da luta armada. No ano seguinte, transferiu-se para a Agência Central do SNI, em Brasília, onde atuou como adjunto da Seção de Planejamento. [Del Nero](#) viu de perto a sanha da esquerda armada, no dia 1º de julho de 1968, quando, numa insídia armada no Rio, justiceiros do Colina mataram com dez tiros o major do exército alemão [Edward von Westernhagen](#) pensando tratar-se do capitão boliviano [Gary Prado](#), comandante da ação que, nove meses antes, prendera e executara [Che Guevara](#) em Vallegrande, Bolívia. Tanto [Westernhagen](#) quanto Prado eram

colegas de turma de [Del Nero](#) na Eceme (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército).

Mesmo tendo acendido suas velas para [Médici](#), [Del Nero](#) continuou com prestígio no governo de distensão, de [Ernesto Geisel](#), e no da abertura, de [João Figueiredo](#). De 1974 a 1977, o oficial atuou como instrutor da Eceme, uma das academias de maior prestígio nas Forças Armadas, por onde passavam (e ainda passam) dez de cada dez nomes de relevo na caserna. Posteriormente, o coronel foi assessor da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (1979-80), adjunto da Seção de Planejamento do II Exército (1981) e comandante do 2º Regimento de Carros de Combate, em Pirassununga (interior de São Paulo), sua terra natal (1982-83). Controlar tanques de guerra, contudo, não era a verdadeira vocação de [Del Nero](#). A doutrinação de soldados, sim.

O coronel era aficionado com a formação anticomunista dos jovens, tanto civis quanto militares. Para ele, sendo os herdeiros de Marx e Lenin o mal que assolava a Humanidade, só restava como remédio a educação cívica e moral da juventude. Leitor voraz, que consumia desde a obra do filósofo inglês [Francis Bacon](#) (1561-1626) à revista anticomunista *Seleções*, [Del Nero](#) era também um escritor compulsivo. Para desancar os *vermelhos* em seus textos, era capaz de citar [Madre Teresa de Calcutá](#), [Eric Hobsbawm](#) (historiador marxista), [Raymond Marcellin](#) (ex-ministro da França), [Jean Brunhes](#) (geógrafo francês), [Paul Linebarger](#) (cientista político norte-americano especializado em guerra psicológica), [Zbigniew Brzezinski](#) (geopolítico de origem polonesa), [Jean-François Revel](#) (filósofo francês) e [August Freiherr von der Heydte](#) (general alemão). De longe, seu preferido era [Alexander Soljenítsin](#), o escritor russo que lutou contra os nazistas na II Guerra e depois caiu em desgraça por escrever uma carta a um amigo em que criticava [Josef Stalin](#), o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. Interceptada pelo KGB, o serviço secreto soviético, a carta custou a [Soljenítsin](#) oito anos num campo de concentração e posteriormente o exílio. Do escritor,

o coronel gostava particularmente de um brocardo do livro *Arquipélago Gulag*: “Aquele que recorda o passado perde um olho. Aquele que o esquece perde os dois.”

[Del Nero](#) recebeu com satisfação a tarefa de desconstruir o *Brasil: Nunca mais* — ele acreditava que, mesmo perdendo um olho, era preciso remexer no passado. Muito antes do petardo do *BNM*, ele tentara impedir, por meio dos livros, o avanço do que chamava de “mitologia histórica do Brasil” — ou seja, as mentiras que os comunistas teriam incutido no consciente coletivo da população, por intermédio de técnicas psicológicas de indução, com o objetivo de reduzir o regime militar a uma guerra entre o bem (a esquerda) e o mal (os militares). Graças aos esforços do oficial, a editora do Exército, a Bibliex, publicou várias obras anticomunistas, e todas as unidades da força terrestre no país receberam brochuras como *Novembro de 1935, O jovem e a subversão* e *A nação que salvou a si mesma*, verdadeiros manuais antibolcheviques que denunciavam as técnicas comunistas de politização e aliciamento de jovens. Para desalento de [Del Nero](#), contudo, a tal “mitologia histórica do Brasil” acabara prevalecendo na mídia e nos livros didáticos. Mas isso iria mudar. Naquele inverno de 1985, ao traçar a linha do combate contra o *Brasil: Nunca Mais*, o Exército se armava para derrotar a “mitologia” comunista. Na frente de batalha, [Del Nero](#) comandaria o pelotão.

O CIE designou três oficiais para auxiliar o coronel [Del Nero](#) em tempo integral. Outros seis agentes do centro ficaram na retaguarda a fim de dar apoio quando necessário. Como tudo deveria ser mantido em segredo, o projeto foi classificado com a chancela de reservado e recebeu um nome-código: *Orvil*, a palavra livro escrita de trás para frente. A exemplo do que havia ocorrido no projeto *Brasil: Nunca Mais*, a equipe do *Orvil* precisava de uma montanha de documentos para escorar sua pesquisa. Mas não foi preciso usar de nenhum subterfúgio para consegui-los, já que nos arquivos do

governo e das Forças Armadas o que não faltavam eram papéis. O 1 milhão de páginas acumulado pelo *BNM* era troco comparado ao acervo do CIE. Neste, havia não apenas toda a papelada produzida pelo órgão nos seus 18 anos de existência como também cópias de documentos cedidos por outros organismos da chamada comunidade de informações (SNI, Cisa, Ciex, DOI-Codi etc.). Os gavetões de aço do CIE guardavam, por exemplo, boa parte da documentação elaborada pelo serviço secreto da Marinha — o mais antigo e completo das Forças Armadas, criado em 1955 — e toneladas de papéis pertencentes a grupos clandestinos de esquerda, apreendidos em operações da repressão.

Além de varejar o acervo do serviço secreto do Exército, os homens de [Del Nero](#) estudaram pilhas de processos de presos políticos, leram depoimentos de réus e de testemunhas concedidos à Justiça Militar e examinaram montes de inquéritos. As informações selecionadas foram posteriormente cotejadas com notícias de jornais e revistas e gravações de programas de TV — o CIE mantinha um serviço de *clipping* altamente profissional. O megainventário foi apenas a primeira parte do trabalho. Esgotado o acervo da casa, os agentes-pesquisadores saíram a campo para entrevistar policiais e oficiais militares que trabalharam na repressão, tanto em cargos de comando quanto de combate. Entre outros, foram ouvidos o delegado [Lúcio Vieira](#), diretor do Dops paulista no período 1969-73, e “elementos” que tinham participado das operações de aniquilamento da Guerrilha do Araguaia. Enquanto os testemunhos eram colhidos, outra turma do *Orvil* passava os dias a ler livros que retratavam o período da ditadura, incluindo obras de autores de esquerda (como [Jacob Gorender](#)) e ex-guerrilheiros (como [Fernando Gabeira](#), Daniel Araújo Reis Filho e [Alfredo Sirkis](#)).

Ainda no início da pesquisa, os discípulos de [Del Nero](#) começaram a levantar questões mais profundas que as inicialmente propostas. Para o CIE, já não bastava tecer um relato dos Anos de Chumbo; antes era preciso compreender a história dos grupos que patrocinaram a luta armada para aí

sim desnudá-los. Conforme a equipe do *Orvil* deixaria registrado, as perguntas se multiplicavam:

Como se formaram [as organizações armadas da esquerda]? Quais os objetivos das organizações subversivas nela [na luta armada] empenhadas? Qual o caráter da revolução que pretendiam fazer? Quais as experiências externas que procuraram apreender? Quais os modelos e métodos revolucionários que tentaram transplantar para nosso país? Como se estruturaram? Como se compunha sua infraestrutura de apoio, de inteligência, etc.? Em que segmentos sociais e de que forma recrutavam seus quadros e como os formavam no país e no exterior? O que buscavam ao perpetrar assaltos, sequestros, assassinatos e outras formas cruentas de terrorismo? Que objetivos alcançaram com essas ações?

Para obter respostas, [Del Nero](#) ordenou a seus comandados que levantassem o histórico de praticamente todas as agremiações de esquerda com atuação pós-1964 — isso sim era remexer no passado. O cipoal onde adentrou o CIE era composto por organizações grandes, médias e minúsculas, resultantes de fusões, rachas ou transformações internas, algumas envolvidas até o talo com a luta armada e outras que nunca tiveram sequer uma faca de cozinha. Células que agiram numa única cidade do interior, com meia dúzia de militantes, eram observadas com o mesmo rigor que grupos que haviam estendido seus tentáculos por todo o território nacional e chegaram a atuar no exterior. O universo estudado pelo *Orvil* compreendia cinco dezenas de agrupamentos:

- Ação Popular (AP)
- Ação Popular Marxista-Leninista (APML)
- Ala Vermelha
- Aliança Libertadora Nacional (ALN)
- Comando de Libertação Nacional (Colina)
- Comando Secundarista da Guanabara (Coseg)

- Corrente
- Dissidência da Dissidência (DDD)
- Dissidência da VAR-Palmares (DVP)
- Dissidência Estudantil de Niterói
- Dissidência Leninista
- Dissidência Universitária da Guanabara (DI/GB)
- Dissidência Universitária de São Paulo (DI/SP)
- Força Armada de Libertação Nacional (FALN)
- Fração Bolchevique Trotskista (FBT)
- Frente de Libertação Nacional (FLN)
- Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN)
- Frente Popular de Libertação (FPL)
- Frente Revolucionária Estudantil (FRE)
- Grupo da Ilha
- Grupo de Política Revolucionária (GPR)
- Grupo Independência ou Morte
- Liga Operária
- Marx-Mao-Marighella-Guevara (M3G)
- Movimento Comunista Revolucionário (MCR)
- Movimento de Ação Revolucionária (MAR)
- Movimento de Libertação Popular (Molipo)
- Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN)
- Movimento Nacional Revolucionário (MNR)
- Movimento Popular de Libertação (MPL)
- Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN)
- Movimento Revolucionário Marxista (MRM)
- Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)
- Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)
- Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26)
- Núcleo Marxista Leninista (NML)

- Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR)
- Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (Polop)
- Partido Comunista Brasileiro (PCB)
- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
- Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
- Partido Comunista Revolucionário (PCR)
- Partido Operário Comunista (POC)
- Partido Operário Revolucionário Trotskista (Port)
- Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)
- Resistência Armada Nacional (RAN)
- Resistência Democrática (Rede)
- Tendência Proletária
- Vanguarda Armada Revolucionária — Palmares (VAR-Palmares)
- Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Quando o trabalho parecia perto do fim, chegou-se a uma nova encruzilhada. [Del Nero](#) percebeu que a obra ficaria incompleta se não abarcasse os períodos anterior ao golpe de 1964 e posterior à luta armada. Afinal, se a esquerda em armas era um mal patológico da sociedade, ele haveria de ter uma origem e também uma consequência — ou várias. O coronel e seus subordinados largaram o que já tinham produzido e deram início a uma nova fase da pesquisa. Primeiro, voltaram quase 150 anos no tempo para estudar a gênese do comunismo. Passaram pelo manifesto escrito por [Karl Marx](#) e [Friedrich Engels](#) em 1848, pela criação do PCB em 1922, pela Intentona Comunista de 1935 e pelo surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste na década de 1950. Em seguida, aceleraram algumas décadas e puseram-se a vasculhar o período pós-1974, quando os grupos armados de esquerda já tinham sido pulverizados pelo “martelo-pilão”. Nessa etapa do trabalho, entre outros acontecimentos, os estudiosos do *Orvil* analisaram a distensão e a abertura política (1974-85), o ressurgimento do movimento

sindical, liderado por um certo Luiz Inácio da Silva (1978), a Anistia (1979), a criação do Partido dos Trabalhadores (1980) e o fim do regime militar (1985).

Ao todo, pouco mais de 30 oficiais passaram pelas fileiras do *Orvil*, um número semelhante ao exército de [d. Paulo Evaristo Arns](#). Em vez de consumir seis anos, como seus adversários, a equipe de [Del Nero](#) levou apenas dois para concluir sua missão. No final de 1987, estava pronto o livro secreto do Exército.

Dividido em dois tomos, o livro do CIE ocupava 919 páginas, três vezes o tamanho do *Brasil: Nunca Mais*. A obra, a exemplo do seu inverso, também ganhou um título inspirado numa publicação estrangeira. [Del Nero](#) era fã de um “opúsculo”, como ele dizia, que examinava as técnicas de conquista progressiva da população portuguesa pelos comunistas. Chamava-se *A tomada do poder*. O nome parecia perfeito para o CIE — no livro produzido pelo órgão, prevalecera uma visão histórica do Exército que defendia que era a esquerda que, desde a década de 1920, vinha tentando usurpar o poder indevidamente, sendo repelida pela providencial ação das Forças Armadas. Assim, o coronel [Del Nero](#) acabou batizando seu filhote com o nome de *As tentativas de tomada do poder*.

O serviço secreto do Exército encadernou os originais na sua gráfica, de modo a que o conjunto — mesmo sendo um documento sigiloso — se parecesse de fato com um livro acabado. Bem ao estilo da caserna, o protótipo tinha um layout absolutamente rigoroso — com parágrafos, tabulações, quebras de linhas, fontes e alinhamentos rígidos — e um design tosco. Datilografado, o texto tinha borrões de tinta e erros de montagem. Acompanhava-o, como respiro, menos de dez páginas com fotos, mapas e organogramas. Como era comum nos escritos cometidos dentro de guarnições militares, a redação não era nenhum doce de leite. O texto na verdade era um grande relatório em ordem cronológica. Dia após dia, semana

após semana, mês após mês, ano após ano, enfileiravam-se histórias envolvendo organizações de esquerda, movimentos sociais (estudantil, sindical, camponês etc.) e instituições (Igreja, imprensa, entidades privadas) — tudo, claro, embalado com loas ao regime militar. Eivado de erros gramaticais, não se podia dizer que o livro fora escrito num português castiço. Pior: era fastidioso. Saltavam expressões típicas dos quartéis e das delegacias. Exemplo: um guerrilheiro que escapara a um cerco policial após ser descoberto em seu esconderijo era descrito como um subversivo que fugira em desabalada carreira ao ser flagrado em seu homizio.

Logo na introdução, o livro deixava claro que sua pretensão era de fato ser uma resposta ao *Brasil: Nunca Mais*. Depois de narrar, com riqueza de detalhes, três ações da esquerda armada que terminaram em morte — o atentado contra [Costa e Silva](#), em 1966; o assassinato do tenente da PM [Alberto Mendes Júnior](#) por um comando da VPR, em 1970; e o justicamento de [Márcio Leite de Toledo](#) por seus companheiros da ALN, em 1971 —, o livro lançava uma nova palavra de ordem: “Violência: nunca mais”:

São marcos como os descritos — fruto de mentes deturpadas pela ideologia — que balizam o caminho sangrento e estéril do terrorismo, que por quase uma década enxovalhou a cultura nacional, intranquilizando e enchendo de dor a família brasileira.

Essas ações degradantes que acabam de ser narradas são tidas como atos heroicos pelos seguidores da ideologia que considera “a violência como motor da história”.

Ainda na introdução, o livro secreto do Exército criticava d. Paulo Evaristo Arns, nas entrelinhas, por ele não ter se interessado em contar a história das vítimas da esquerda, também registrada nos processos consultados pela equipe do *BNM*:

Os inquiridos para apuração desses atos criminosos contra a pessoa humana também

transitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. Porém, essas pessoas mortas e feridas [...], por serem inocentes e não terroristas, não estão incluídas na categoria daquelas protegidas pelos “direitos humanos” de certas sinecuras e nem partilham de uma “humanidade comum” de certas igrejas. Nem parece que a imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única.

A última frase era uma referência direta ao cardeal, que no prefácio do *Brasil: Nunca Mais* escrevera: “A imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única”. Para o caso, entretanto, de algum leitor mais desavisado ainda não ter entendido que a obra tinha endereço certo, o introito terminava assim:

Como gostaríamos de poder crer que esses atos cruéis de assassinato premeditado, assaltos a mão armada, atentados e sequestros com fins políticos e qualquer tipo de violência contra a pessoa humana não viessem a ocorrer no Brasil, nunca mais.

Nas quase mil páginas seguintes, o livro exporia a tese de que a Igreja e os movimentos de direitos humanos, infiltrados pelo comunismo, protegiam criminosos e assassinos. Narraria também, com indisfarçável orgulho, como “subversivos” encontraram a morte pelas mãos da repressão. E registraria, com amargura, quais inimigos continuavam vivendo “livremente” naquele final de 1987 — nesse grupo, incluía-se d. Paulo, com quatro menções (páginas 774, 847, 848 e 849). Ao todo, o *Orvil* citava 1.700 “subversivos” e dava a todos o mesmo tratamento: inimigos no passado, inimigos também no presente.

Descontada a importância histórica do documento e as suas muitas revelações, por mais que se esmerasse em adjetivos e advérbios, o livro secreto do Exército não conseguia desmentir os fatos e as estatísticas levantadas pelo *Brasil: Nunca Mais*. Ao contrário: nos seus aspectos mais singelos, o

manuscrito era a prova encadernada de como as Forças Armadas haviam enxergado com olhos míopes metade da história do Brasil no século 20. As interpretações distorcidas da obra começavam com o evento histórico mais traumático para a caserna: a Revolta Comunista de 1935. O livro secreto partia de dados reais (insuflados e financiados por Moscou, comunistas brasileiros e estrangeiros liderados por [Luiz Carlos Prestes](#) tentaram derrubar, pelas armas, o governo constitucional de [Getúlio Vargas](#). O objetivo final da empreitada, abortada pela ação firme das Forças Armadas, era a implantação de uma ditadura socialista no Brasil) para tecer um cenário irreal (tendo optado por um caminho sem volta, a luta armada, os comunistas seguiriam pelos próximos 50 anos sendo uma ameaça à conservação do regime democrático). A Intentona Comunista — que deixara “marcas profundas no Exército”, nas palavras de [Leônidas](#) — era a primeira das quatro tentativas de tomada do poder a que se referia o título original do livro (título que, aliás, nunca pegou). Daí em diante, o *Orvil* — esse foi o nome que ficou — sustentaria até a última página que, desde 1935, o Brasil estivera sob tocaia — ora visível, ora invisível, mas sempre presente — dos comunistas.

Vista por uma potente lente de aumento, a realidade foi distorcida e se transformou num fantasma assustador, que vagava pela história a arrastar quatro correntes:

- 1) Quem havia sido contra o regime militar era de esquerda;
- 2) Quem é de esquerda é comunista;
- 3) Quem é comunista é perigoso;
- 4) Por intermédio do Movimento Comunista Internacional (mais conhecido como MCI), Moscou, Pequim e Cuba nunca desistiriam de colocar suas mãos peludas sobre o Brasil.

Tendo o anticomunismo como pano de fundo, o *Orvil* enveredava por definições equivocadas. O golpe de 1964, por exemplo, não fora um golpe,

mas sim uma “revolução democrática”. Na ocasião, segundo o livro, os comunistas pretendiam realizar uma nova tentativa de tomada do poder — a segunda —, mas o povo preferiu a democracia à proposta autoritária da esquerda. Assim, ouvindo o clamor nacional, as Forças Armadas teriam impedido a instauração de uma ditadura no Brasil:

Como expressão da vontade nacional, [a derrubada do presidente [João Goulart](#)] barrara a trajetória dos comunistas rumo ao poder, numa clara opção do povo brasileiro pelo regime democrático.

É indiscutível o fato de que em 1964, e mesmo antes, havia grupos de esquerda que planejavam dar um golpe de Estado para a implantação de um regime ditatorial. O *Orvil* contudo omitia um dado que prejudicava sua análise: os projetos autoritários de esquerda foram vencidos pelo autoritarismo de direita.

Um ano antes de o jornalista [Zuenir Ventura](#) lançar o livro que se tornaria um dos clássicos sobre o regime militar — *1968: o ano que não terminou* —, o CIE deixou registrada no *Orvil* a sua interpretação do período. Com 82 páginas, o capítulo intitulado “1968” iniciava deixando claro quem, na visão das Forças Armadas, era o vilão daquela história:

Quem desconhecia a preparação das esquerdas para a luta armada até poderia prognosticar que 1968 seria um ano tranquilo.

Tranquilo seria, dizia o *Orvil*, se não fossem as passeatas, as greves, as manifestações estudantis, o quebra-quebra nas ruas, os atentados a bomba, os assaltos a banco e o assassinato de militares, policiais e guardas privados pelos grupos armados de esquerda — fatos apresentados como uma ação do Movimento Comunista Internacional e não como uma reação ao regime militar. Segundo o livro, apesar do “clima de liberalização” reinante no governo [Costa e Silva](#), segmentos mais radicais da oposição, utilizando

técnicas psicológicas, insistiam em difundir a ideia-força de que o Brasil vivia sob uma ditadura. Trocando em miúdos: a ditadura não era uma ditadura, mas, de tanto a esquerda carimbá-la como tal, ela acabava parecendo de fato uma ditadura. De acordo com o *Orvil*, o roteiro das esquerdas, seguindo “instruções de Moscou”, previa a instalação do caos em dois lances. Primeiro: confundir a sociedade com falsas denúncias de tortura e assassinato de presos políticos. Depois, quando o governo e as Forças Armadas estivessem desgastados, seria hora de desencadear a “violência revolucionária” — a luta armada portanto seria a terceira tentativa de tomada do poder.

Insuflada pelo invisível e onipresente MCI, a “guerra revolucionária” no Brasil tinha um motor poderoso, segundo o *Orvil*: a estudantada. Em 1968, a exemplo do que ocorria em outras partes do mundo, milhares de estudantes saíram às ruas do país para protestar contra a repressão e a elitização do ensino. Para o livro secreto do Exército, essas bandeiras “carregavam em seu bojo, com muito mais extensão e profundidade, a luta ideológica e o gérmen da luta armada”. Além de perigosos, os estudantes que militavam na esquerda eram promíscuos e *junkies*. No relato sobre a prisão de 920 estudantes no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado de forma clandestina num sítio em Ibiúna (São Paulo), em outubro daquele ano, o livro diz o seguinte:

No local, foram encontradas drogas, bebidas alcoólicas e grande quantidade de preservativos, muitos já utilizados. Alguns estudantes chegaram a declarar inclusive que havia uma escala de serviço de moças para atendimento sexual.

No entendimento do coronel [Del Nero](#), a dissolução do congresso da UNE havia sido tramada não pelos militares, mas pelo guerrilheiro [Carlos Marighella](#) e por Cuba. Objetivo: causar revolta na juventude e empurrá-la para a luta armada:

Nada melhor do que uma prisão em massa, envolvendo comunistas e inocentes úteis,

para servir de bandeira e jogar essa “força de trabalho” nos braços da luta armada. Essa bandeira foi o Congresso de Ibiúna.

Diferentemente da história contada por [Zuenir Ventura](#), o *Orvil* ensinava que, enquanto as oposições radicais barbarizavam, a reação do outro lado era pouca, isso quando havia reação. Tendo optado pela “transigência” e pela “negociação”, o presidente [Costa e Silva](#) encarava os percalços do ano “com serenidade” e “tolerância”. Mesmo para um general manso como ele, entretanto, paciência tinha limite. Na visão expressa no livro secreto, caso [Costa e Silva](#) não tivesse tomado medidas mais enérgicas em “defesa do regime democrático” — leia-se, baixado o AI-5, o ato institucional que deu poderes absolutos aos militares e abriu caminho para as trevas — o país poderia ter sucumbido ao projeto ditatorial da esquerda. Aliás, advogava o *Orvil*, o presidente deveria ter lançado mão dos instrumentos do AI-5 antes de 1968. De acordo com o livro, houvesse na Constituição de 1967 dispositivos de segurança interna mais “adequados” e definidos “sem pruridos”, o quinto ato institucional seria desnecessário. (Nesse ponto, o livro revela que, entre dois presidentes radicais, [Costa e Silva](#) e [Médici](#), o serviço secreto do Exército gostava mais do segundo, justamente por ser este mais radical. Assim como o *Orvil*, [Médici](#) considerava que seu antecessor deveria ter sido mais duro com a oposição, baixando o AI-5 bem antes daquela sexta-feira 13 de dezembro.) Para o Centro de Informações do Exército, o AI-5 não fechara “as vias do processo democrático”. A medida-símbolo da ditadura pretendia apenas, na definição do livro secreto, apontar “o caminho das pedras” para a remoção das “pedras do caminho” (“o entulho da má política” e a “ameaça” subversiva). Radical ou não, o fato é que, pela ótica do *Orvil*, o AI-5 era necessário:

Quem poderá afirmar que não foram as preocupações e as medidas decorrentes, então tomadas com oportunidade, que impediram o surgimento de zonas liberadas [...] e, em consequência, o agravamento do conflito no país?

Em poucas passagens do livro secreto a memória do Exército foi tão seletiva quanto no capítulo referente a 1968. A obra lembrou em detalhes o assassinato de [Charles Chandler](#), capitão do Exército dos Estados Unidos e bolsista da Escola de Sociologia e Política da Fundação Álvares Penteado, em São Paulo. Condenado à morte por um “tribunal revolucionário”, sob a acusação (nunca comprovada) de que era agente da CIA, [Chandler](#), de 30 anos, foi morto com seis tiros e uma rajada de submetralhadora quando saía de casa, no bairro Sumaré. O *Orvil* desceu a minúcias ao relatar o atentado praticado pela VPR e pela ALN. Estava tudo lá: o Fusca usado pelos assassinos (roubado), o horário que o capitão saiu de casa (8h15) e as armas usadas na ação (um revólver Taurus calibre 38 e uma submetralhadora INA). Os fatos que ocorreram depois, contudo, foram providencialmente retocados no *Orvil*. Ao descrever o destino dos sete guerrilheiros envolvidos no justicamento, o livro secreto afirmava que um deles, [Marco Antônio Braz de Carvalho](#) — o *Marquito*, chefe do Grupo Tático Armado da ALN e autor dos disparos que mataram [Chandler](#) —, “viria a falecer, em 26 de janeiro de 1969, após troca de tiros com a polícia”. Errado. Carvalho foi executado pela repressão, sem chance de reagir, numa tocaia feita sob encomenda para ele. O *Orvil* também maquiou o destino de [Onofre Pinto](#) (o *Augusto*), fundador da VPR e “presidente” do “tribunal revolucionário” que condenou [Chandler](#) à morte. Diz o livro que [Onofre Pinto](#) “fugiu para a Argentina, onde desapareceu misteriosamente em meados de 1974”. O CIE sabia que a história dele era bem diferente: o próprio serviço secreto do Exército o matara. Depois de passar pela Argentina e pelo Chile, Onofre e seu grupo entraram clandestinamente no Brasil pela fronteira seca no Paraná. Não sabiam que estavam sendo monitorados pela Operação Condor — a parceria das ditaduras de seis países (Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Argentina) que visava caçar e matar seus inimigos comuns. No dia 13 de julho daquele ano, Onofre e mais cinco integrantes da VPR caíram numa emboscada: surpreendidos no meio de uma mata em Foz do Iguaçu, onde se escondiam,

os guerrilheiros foram fuzilados por agentes do CIE.

Foi assim, com memória seletiva, que o serviço secreto do Exército contou a história do ano que não terminou. Foram lembrados os seis militares e dois civis mortos pelos grupos de esquerda, mas foram esquecidas as dez pessoas que tombaram quando protestavam nas ruas contra o governo. Histórias de assaltos a bancos praticados pela guerrilha (21 ao todo) foram recuperadas, mas omitiu-se que oficiais ligados ao CIE explodiram bombas em teatros e na editora Civilização Brasileira. Foi relatado o atentado da VPR contra o QG do Exército em São Paulo, que resultou na morte do soldado Mário Kozel Filho, de 18 anos. Nenhuma palavra foi dita sobre as 85 denúncias de tortura feitas por presos políticos.

Mas como toda memória, mesmo condicionada, é sujeita a atos falhos, o *Orvil* acabaria se traindo ao contar segredos que não deveria. Mas isso demoraria 20 anos para ser descoberto.

Os pensadores [Karl Marx](#) e [Lênin](#), os músicos [Chico Buarque](#) e [Geraldo Vandré](#), o professor [Fernando Henrique Cardoso](#), o guerrilheiro *Osvaldão*, a estudante secundarista [Nilda Carvalho Cunha](#), o ex-presidente [Juscelino Kubitschek](#)... A lista de inimigos do regime militar era longa e diversificada. Entre os mais de 1.700 citados no *Orvil*, os campeões de aparição eram os guerrilheiros [Carlos Lamarca](#), da VPR, com menções em 51 páginas, e [Marighella](#), em 41. Os dois Carlos — os “subversivos” mais odiados pelas Forças Armadas — eram descritos como bestas-feras, assassinos frios e traidores da pátria. Com suas ações espetaculares, o capitão-desertor [Carlos Lamarca](#) seria um exibicionista “compulsivo” e de inteligência nada brilhante. Sua fama no gatilho, amplamente difundida pelos colegas e pela mídia, não passaria de lenda. “Embora gostasse de tiro, não chegou a ser um atirador de escol, era apenas um bom atirador”, dizia o livro secreto. Já [Marighella](#) era um guerrilheiro que, de dia, coordenava assaltos a banco e, de noite, refestelava-se

na mansão de um companheiro milionário, na Vila Mariana (zona sul de São Paulo), onde jovens estudantes, levadas pela mulher do anfitrião, lhe faziam “companhia”. O local era chamado pelo livro secreto de “área de repouso” para “os combatentes mais importantes”, destinada à realização de “festas” para “comemorar as vitórias”.

O *Orvil* exalava um certo orgulho ao retratar as mortes dos dois maiores ícones da luta armada. “O terror perdia o seu maior inspirador”, escreveram os redatores do CIE sobre a eliminação de [Marighella](#), numa emboscada em São Paulo, em 1969. No caso de [Lamarca](#), assassinado em 1971 em Brotas de Macaúbas, sertão da Bahia, quando descansava embaixo de uma árvore — doente, exausto e faminto —, sugeriu-se que reagira a tiros à ordem de prisão, o que não era verdade.

Entre os personagens do *Orvil*, figuravam também militantes de organizações de esquerda que no futuro ocupariam altos cargos da República, como:

- *Oscar* (VPR) — Depois de assaltar um carro-forte, ele participou da tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, em 1971, quando tinha 19 anos de idade. Três décadas depois, o guerrilheiro juvenil se tornou prefeito de Belo Horizonte. Seu nome é [Fernando Pimentel](#);
- *Honório e Valdir* (DI/GB) — Fizeram parte do grupo de sequestradores do embaixador norte-americano [Charles Burke Elbrick](#), em 1969. *Valdir* é o jornalista [Franklin Martins](#), nomeado, quatro décadas depois do sequestro, ministro da Comunicação Social do governo [Luiz Inácio Lula da Silva](#). *Honório* é [Fernando Gabeira](#), também jornalista, deputado federal desde 1995;
- *Daniel* (Molipo) — Foi um dos 15 presos políticos trocados pelo embaixador [Elbrick](#). Como nunca chegou a pegar em armas, mesmo tendo sido treinado em Cuba, o livro secreto não lhe deu muita

importância. Seu nome verdadeiro: [José Dirceu](#), deputado federal por dois mandatos e ex-ministro-chefe da Casa Civil do governo [Lula](#);

- *Mateus* (ALN) — Junto com outros guerrilheiros, assaltou o trem pagador Santos-Jundiaí e o carro pagador da Massey Ferguson, em 1968. Trata-se de [Aloysio Nunes Ferreira](#), que três décadas depois, no governo [Fernando Henrique Cardoso](#), ocuparia os cargos de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e posteriormente ministro da Justiça;
- *Estela* (Polop, Colina e VAR-Palmares) — “Papisa da subversão”, como era chamada nos processos da Justiça Militar, ela planejou e coordenou o roubo do cofre de Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo. A ação rendeu à VAR-Palmares 2.800.064 dólares (17 milhões de dólares em valores de 2009), até então a “expropriação” mais rentosa da história das esquerdas em todo o mundo. Ela é [Dilma Rousseff](#), ministra-chefe da Casa Civil do governo [Lula](#);
- *Jair* (VAR-Palmares) — Outro dos assaltantes do cofre do Adhemar, ele é [Carlos Minc](#), ministro do Meio Ambiente do governo [Lula](#).

Ao contar a história de um dos poucos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia, o *Orvil* fez uma grande revelação, pondo fim a uma lenda da luta armada forjada pelos próprios militares:

- *Geraldo* (PCdoB) — Em julho de 1970, no dia que a seleção brasileira de futebol tricampeã chegava a São Paulo, este cearense de Quixeramobim se embrenhou nas matas da região do Araguaia, no sul do Pará. Aos 24 anos de idade, *Geraldo* se tornava guerrilheiro rural. Seguindo orientação da cúpula do PCdoB, ele passou a viver disfarçado de camponês enquanto preparava a revolução. A ilusão durou dois anos. Em 1972, sem nunca ter dado um tiro em prol da construção do socialismo, ele foi preso, torturado (isso o *Orvil* não contou) e

condenado a cinco anos de cadeia.

Depois de cumprir a pena, *Geraldo* refez sua vida. Retomou seu nome verdadeiro, [José Genoíno](#), e em 1982 foi eleito deputado federal por São Paulo pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de ter se tornado uma das principais referências da esquerda no Congresso, [Genoíno](#) continuou carregando a cruz de seus tempos de *Geraldo*. Sua tormenta: o Exército difundia que ele, quando esteve preso, delatara companheiros e fornecera informações que se mostraram vitais para o aniquilamento da Guerrilha do Araguaia. De acordo com a versão, [Genoíno](#) traíra por medo, já que não levara sequer um tapa. Por onde ele andava, a fama de pérfido o acompanhava.

A história que o *Orvil* contava, entretanto, era outra. Talvez o que seja uma das revelações mais inusitadas do livro secreto, [Genoíno](#) teve sua honra resgatada pelo CIE. De início, o *Orvil* até embarcava na antiga lenda, tratando o ex-guerrilheiro como delator:

Geraldo revelou a estrutura do PCdoB na área, fornecendo a localização geral dos destacamentos [dos guerrilheiros], bem como a constituição do seu, que era o destacamento B.

Logo em seguida, porém, o texto se contradizia ao reconhecer que os destacamentos citados por [Genoíno](#) — nas áreas de Chega com Jeito, Metade, Gameleira, Castanhal do Zé Ferreira, Gameleirinha, Pau Preto, Sobra de Terra, Caiano e Abóbora — tinham sido destruídos “nos primeiros dez dias de atuação” das Forças Armadas. Ou seja, o *Orvil* confirmava o que [Genoíno](#) sempre dissera: as informações verídicas que ele dera a seus interrogadores eram, calculadamente, ultrapassadas e por isso não prejudicaram a guerrilha. Num segundo trecho do livro secreto, fica ainda mais patente que o Exército não tirou grande proveito dos interrogatórios de [Genoíno](#). Ao mesmo tempo

em que dizia que “as informações prestadas pelo subversivo *Geraldo* foram valiosas, dando uma noção importante sobre o armamento, o nível de instrução e de suprimento dos terroristas”, o livro conclui que esses dados, no entanto, de nada serviram:

Mas a tropa, não adentrando à selva, não pôde confirmar essas informações, que continuaram genéricas e pouco confiáveis.

Além de genéricas e pouco confiáveis, prossegue a obra, os dados foram perdidos, já que, depois dos interrogatórios, a ação militar no Araguaia foi interrompida. Para [Genoino](#), por se tratar de uma prova robusta a seu favor, o *Orvil* era uma dádiva. Ou melhor, seria, se tivesse sido publicado.

Artistas e intelectuais de esquerda também foram perfilados no livro secreto, sempre com passagens desabonadoras. Muitos deles teriam servido a uma operação de infiltração comunista traçada desde Cuba, por ocasião do Congresso Cultura de Havana de 1968:

No Brasil, as consequências do congresso foram imediatas. Livros passaram a ser escritos e canções compostas sob a ótica da visão marxista. Nossos “intelectuais” e artistas, forjados nos bares de Ipanema, tomaram a postura de “revolucionários”, sempre porém insuflando os outros, particularmente os jovens. Os “[Chico Buarque](#)”, os “[Callado](#)” [[Antonio Callado](#), escritor] e os “[Geraldo Vandré](#)” [compositor] proliferaram e ganharam as manchetes como os mártires da “censura da ditadura militar”.

Outro intelectual visto pelo *Orvil* como perigoso “subversivo” era o sociólogo [Fernando Henrique Cardoso](#). O CIE compôs seu retrato pouco antes de ele ganhar sua primeira eleição, para senador, em 1986. [Fernando Henrique](#) não foi descrito como o autor de livros de ciência política, referências no Brasil e no exterior, mas sim como um agitador que usava a

fachada do prestigiado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) para se reunir com “subversivos” que buscavam nele uma “inspiração”.

[José Serra](#), antigo companheiro de FHC no exílio no Chile e mais tarde ministro do Planejamento e da Saúde, prefeito e governador de São Paulo, também foi fisgado pelo livro secreto. O desvio de [Serra](#) em relação ao regime militar não se dera em terras brasileiras, já que três meses depois do golpe ele foi para o exílio e só voltou 14 anos depois, quando a abertura despontava no horizonte. Nos registros do CIE, [Serra](#) aparecia como “ativo pombo correio” de uma frente criada no exterior para supostamente denegrir a imagem do Brasil com “notícias deturpadas” e “falsas denúncias” de assassinato e tortura de presos políticos.

Os “subversivos” do clero tiveram, obviamente, lugar de destaque no *Orvil*. A banda *vermelha* da Igreja foi agraciada com 48 páginas, distribuídas em capítulos com títulos como “Influências marxistas na Igreja”, “As atividades do clero na subversão”, “Atuação de padres estrangeiros na subversão”, “Os dominicanos na subversão” e “O projeto do clero dito progressista”. Nas palavras dedicadas a dois bispos — [d. Pedro Casaldáliga](#) e [d. Helder Câmara](#) — o veneno escorria. A ficha de [Casaldáliga](#) — bispo de São Félix do Araguaia (MT), poeta e soldado da Teologia da Libertação — era recheada. No CIE, ele era tido como um destacado integrante da frente que divulgava no exterior “notícias deturpadas” sobre o Brasil. Seus textos, publicados em Roma, eram “tendenciosos” e eivados de “falsos” relatos de tortura e extermínio de presos políticos. O arcebispo de Olinda e Recife não teve tratamento mais suave. Durante anos, o serviço secreto do Exército colecionou os escritos que d. Helder espalhava pelos quatro cantos do mundo a denunciar os horrores da ditadura brasileira. Lendo-os, o CIE concluiu que o religioso “aconselhava” a “subversão e a luta de classes”. Nem d. Pedro nem d. Helder levaram, contudo, o troféu de campeão da difamação na Igreja. Como não poderia deixar de ser, o posto estava reservado a [d. Paulo Evaristo Arns](#). Ao relatar a criação, em 1973, da Comissão de Justiça e Paz da

Arquidiocese de São Paulo, entidade que prestava assessoria jurídica a presos políticos, o *Orvil* sugeriu tratar-se de uma operação de fachada que visava a derrubada do regime militar.

Nesta época, ao invés dos generais do povo [generais alinhados com a esquerda] da segunda tentativa de tomada do poder, apareciam os “cardeais do povo”.

Citando títulos de capítulos do *Brasil: Nunca Mais*, sem mencionar a fonte, o CIE tentou exorcizar o livro realizado sob os auspícios de d. Paulo — e o fez com ódio, num texto com orações longas, nervosas e cheias de vírgulas, que parecia ter sido escrito como o intuito de deixar o leitor sem fôlego:

No final da década de 70, foi criada no Brasil uma entidade clandestina, de sofisticada estrutura, dotada de modernos computadores, que daria emprego a dezenas de ex-terroristas e subversivos que retornaram ao país após a Anistia, com o apoio de milhares de dólares, subvencionada pela ala progressista do clero. Essa entidade iria [...] difundir as torturas, delatadas sempre por ex-terroristas, relatar mortos e desaparecidos e historiar: “a origem do regime militar”; “o Estado autoritário e seu aparelho repressivo” e difundir, de modo muito especial, a história das organizações subversivas brasileiras “duramente perseguidas pelo regime militar”, com grande repercussão.

O papel do cardeal em dois episódios cruentos da ditadura foi analisado pelo *Orvil* com uma leitura singular. O primeiro caso referia-se à morte do estudante [Alexandre Vannucchi Leme](#) no DOI-Codi de São Paulo. O livro secreto repetia a lenga-lenga de que o “subversivo” morrera atropelado ao tentar escapar da polícia e repelia a denúncia, amplamente apoiada por d. Paulo, de assassinato sob tortura:

Quando foi noticiada a sua morte, os órgãos de segurança foram surpreendidos por uma intensa atividade de propaganda, a qual difundiu a versão de que Alexandre

tinha morrido em consequência de torturas sofridas nos órgãos de segurança. A campanha, apoiada pelo clero dito “progressista” — sob a liderança de [d. Evaristo Arns](#) —, gerou um compreensível clima de revolta no meio estudantil. Era o próprio “fermento da massa” na sua verdadeira expressão. O fato abriu uma campanha psicológica sistemática que, daí por diante, seria desencadeada sempre que ocorresse a morte de um terrorista que não fosse resultado de um flagrante entrevero.

Em seguida, o CIE comparava o barulho que d. Paulo fizera quando da morte de Alexandre ao silêncio mantido pelo cardeal em relação a dois assassinatos perpetrados pelos grupos armados de esquerda na mesma época:

No momento da morte de Alexandre, estavam descobertos “os direitos humanos”. Sim, porque sobre a morte brutal de [Manoel Henrique de Oliveira](#) [comerciante], que fora assassinado à porta de seu trabalho um mês antes, e o assassinato cruel de [Octávio Gonçalves Moreira Júnior](#) [agente da repressão], quatro dias depois, nada fora dito. Ou a vida e o trabalho não se inserem entre os direitos humanos? Ou seria porque Manoel, um dos quatro proprietários de um restaurante na Mooca, não era um “oprimido” e sim um representante do “capitalismo selvagem”? Estes fatos por acaso não foram escritos com sangue? Ou será que a imagem de Deus estampada na pessoa humana não é sempre a mesma?

O comerciante e o agente da repressão pranteados no *Orvil* eram vítimas dos “tribunais revolucionários” da ALN, a organização de [Alexandre Vannucchi Leme](#). Estabelecido no Brasil havia pouco mais de um ano, o português Manoel foi metralhado no dia 21 de fevereiro de 1973, quando abria o restaurante Varella. Motivo alegado para o justicamento: oito meses antes, ele telefonara para a polícia avisando que quatro de seus clientes do almoço eram os mesmos cujas fotos ilustravam cartazes de “terroristas assassinos procurados”. A delação atraiu o DOI-Codi, que foi ao local e matou três guerrilheiros.

Quatro dias depois do assassinato do comerciante, um consórcio da ALN, do PCBR e da VAR-Palmares acertou as contas das três organizações com

[Octávio Gonçalves Moreira Júnior](#), o *Octavinho*, chefe da temida Seção de Busca e Apreensão do DOI-Codi de São Paulo e parceiro do delegado [Sérgio Paranhos Fleury](#) em inúmeras sessões de tortura/assassinato/desaparecimento de presos políticos. Em viagem de passeio no Rio, *Octavinho*, então com 34 anos, foi pego numa emboscada quando saía da praia, em Copacabana. Na altura da avenida Nossa Senhora de Copacabana com a rua República do Peru, o delegado parou num telefone público para fazer uma ligação, sem perceber que seus assassinos chegavam por trás. *Octavinho* foi fuzilado com um tiro nas costas, a queima roupa, de espingarda calibre 12. Outro guerrilheiro descarregou sua pistola 9 milímetros, atingindo o peito e o pescoço do policial. Ao contar a história de *Octavinho*, o *Orvil* omitiu os inúmeros assassinatos que ele praticara, bem como as torturas e os desaparecimentos, optando apenas por destacar seu lado mártir:

Na luta contra a subversão comunista, *Octavinho* havia demonstrado sua inabalável profissão de fé no regime de liberdade. Além disso, pela sua educação e afabilidade, (...) era muito estimado nos órgãos de segurança, constituindo-se, por tudo isso, num alvo compensador para o terror.

Outro caso do qual o livro secreto se serviu para tirar mais uma lasca de d. Paulo foi a morte do jornalista Vladimir Herzog. O *Orvil* classificou o episódio de “lamentável em todos os sentidos”, mas não fugiu à versão oficial de suicídio. Para o CIE, mais importante que discutir as circunstâncias da morte do jornalista era apreciar o que aconteceu depois. O manifesto de repulsa pelo assassinato de Herzog divulgado pela Igreja e arquitetado pelo cardeal foi desconstruído pelos agentes-pesquisadores do serviço secreto do Exército:

Os bispos [...] convocavam os cristãos a demonstrar sua solidariedade com as “vítimas” e os “perseguidos”, reunindo-se em todas as catedrais e igrejas de São Paulo para os serviços religiosos em memória dos desaparecidos, dos que ainda sofriam em

prisões e dos que morreram vitimados pela violência.

Apesar da generalização brilhante, uma das técnicas mais usuais da guerra psicológica, o documento não foi refutado. A morte de Herzog constituiu-se no evento mais importante da campanha [de difamação do regime militar] em desenvolvimento.

A partir da falsa conclusão de que uma sofisticada operação de guerra psicológica transformara o suicídio de Herzog em assassinato, o *Orvil* construiu um sofisma: as notícias de morte sob tortura eram uma farsa plantada com a ajuda de pessoas como d. Paulo; a esquerda é que estava se matando nas prisões:

O suicídio, sempre utilizado como instrumento da guerra psicológica, era apresentado como “morte por tortura” nos órgãos de segurança. [...] Convenhamos, porém, que se os componentes dos órgãos de segurança eram tão cruéis e desalmados, como dizia a propaganda adversa, havia mil maneiras menos comprometedoras de dar “sumiço” em alguém. O “suicidar” alguém sob a sua guarda na prisão está além da burrice admitida. O resto... o resto é *desinformatzya*.

Para ilustrar o suposto fenômeno, o livro secreto relatava o caso de uma certa *Maria*, cujo nome real não era identificado por “motivo de segurança”. Presa pela repressão, *Maria*, militante do PCdoB, teria sido salva por um de seus carcereiros, a contragosto da própria, quando tentava se enforcar com um lençol.

Livrada do laço e ainda com a respiração entrecortada, *Maria* proferiu suas primeiras palavras:

— Me deixa morrer, seu filho da p....!

Além de tudo, ainda tinha-se que pagear esses energúmenos.

Se o assassinato de presos não existia, a tortura muito menos: as 1.843 denúncias de sevícias computadas pelo *Brasil: Nunca Mais* não passariam de intriga da oposição:

Boa parte das denúncias de tortura no Brasil foi feita com essas motivações: atender a vaidades ou, como propaganda adversa, buscando denegrir, aos olhos da população brasileira e do mundo, os órgãos de segurança do país, visando à sua desmoralização e intimidação.

Nas prisões, sustentava o *Orvil*, o que havia eram confissões espontâneas. “Com exceção de militantes com formação ideológica mais sólida, a abertura de todo o conhecimento passou a ser uma conduta comum aos presos”, dizia o livro secreto. Dessa forma, 90% das prisões efetuadas pela repressão seriam fruto da traição de “militantes despreparados e sem convicção”. Dezenas de episódios envolvendo supostos atos de perfídia foram descritos no *Orvil* — entre eles, um que envolvia nada menos que a morte de [Carlos Marighella](#). Pela versão do *Orvil*, na caça ao líder máximo da guerrilha urbana no país, a repressão foi comendo pelas beiradas até que, em outubro de 1969, pôs as mãos em [Paulo de Tarso Venceslau](#), importante dirigente da ALN. Levado para a sede da Oban — a Operação Bandeirante, organismo antissubversão de São Paulo que serviu de modelo para os DOI-Codi em todo o país —, [Venceslau](#) de início teria negado no interrogatório qualquer ligação com a ALN. Mas por fim, contava o livro secreto, “pressionado insistentemente” com uma pergunta (“Como faria contato com a organização caso fosse colocado em liberdade?”), o guerrilheiro acabou confessando que discaria o número 62.2324, do Convento dos Dominicanos, no bairro Perdizes, e falaria com certo frei Ivo. (A história real é bem diferente: [Venceslau](#) foi triturado na Oban, entrou em coma e por pouco não morreu. Apesar de ter o número do telefone do convento anotado no talão de cheques, a pista passou despercebida pelos agentes da Oban.) No dia seguinte à prisão de [Venceslau](#), frei Ivo ([Yves do Amaral Lesbaupin](#)) foi detido junto com frei Fernando de

Brito, outro dominicano que rezava pela bíblia de [Marighella](#). Na descrição do *Orvil*, os religiosos “fraquejaram diante da realidade da prisão e do desmascaramento” e terminaram por abrir boa parte da estrutura clandestina da ALN. Confessaram que, quando desejava fazer contato, [Marighella](#) ligava para a livraria Duas Cidades, onde trabalhava um dos frades. “Colaborando” com a repressão, segundo o *Orvil*, dois dias depois de ser preso o contato de [Marighella](#) foi levado para a livraria. Na hora marcada, o frade atendeu o telefonema do guerrilheiro e, utilizando códigos, combinou um encontro.

No horário combinado, sob a mira dos agentes da Oban, frei Fernando e frei Ivo pararam o Fusca no local acertado com [Marighella](#) — o número 806 da alameda Casa Branca, nos Jardins —, servindo de isca viva na armadilha montada para agarrar o veterano comunista, de 57 anos. Quando [Marighella](#) entrou no carro e tomou assento no banco traseiro, os religiosos saíram correndo, abrindo espaço para a fuzilaria que matou o líder da ALN. (É fato que Fernando e Ivo forneceram as informações sobre o sistema de segurança de [Marighella](#) e participaram do teatro na livraria Duas Cidades e na alameda Casa Branca. Mas classificar o ato puramente como fruto de uma “fraqueza” não exprime tudo o que aconteceu. Fernando e Ivo falaram numa sessão de tortura comandada pessoalmente pelo delegado [Sérgio Paranhos Fleury](#), no quinto andar do Ministério da Marinha, onde funcionava o Cenimar. No início do interrogatório, os religiosos ainda tentaram resistir, dando informações falsas. Mas, como estavam em câmaras de tortura separadas, era fácil para Fleury descobrir que estavam mentindo, pelas contradições existentes entre um depoimento e outro. O que os fez “fraquejar” foram o pau de arara, os choques e espancamentos. Fernando teve o maxilar deslocado, e enfiaram uma espécie de arame na sua uretra. Ivo foi surrado com um cano de borracha, levou chutes e murros. Ao omitir as “técnicas” de investigação empregadas, os agentes-pesquisadores do CIE jogaram toda a responsabilidade sobre os ombros dos frades. O título do capítulo aliás foi feito sob medida para a trapaça: “Os dominicanos levam [Marighella](#) à

morte”.)

O delegado que martirizou os frades e comandou a execução de [Marighella](#) recebeu do *Orvil* tratamento de herói. Fleury — líder do esquadrão da morte de São Paulo no início da década de 1960, requisitado pelos militares para atuar no DOI-Codi justamente por causa de sua eficiência em caçar e matar seres humanos — foi retratado no livro secreto como “incansável lutador contra o terrorismo no Brasil”. A exemplo do delegado *Octavinho*, Fleury foi chamado de “doutor”.

O DOI-Codi e sua antecessora, a Oban, também foram incensados. A Oban teria sido recheada de homens que se portavam “com correção, desprendimento, abnegação e, por que não dizê-lo, heroísmo”. Elogiar era fácil, o problema era explicar o que diabos fazia a Oban, um caldeirão onde trabalham militares (do Exército, da Marinha e da Aeronáutica), policiais (civis, militares e federais) e agentes do SNI, todos juntos, com poucas regras e acima das leis.

O que era, então, na prática, a Operação Bandeirante? Era esse Centro de Coordenação, organizado pelo II Exército, constituído, inicialmente, de uma Central de Informações e de uma Central de Operações, que tinha como objetivo — conforme sua própria estrutura indicava —, produzir informações sobre as ações dos grupos subversivos de forma centralizada, assim como orientar, centralizadamente, as ações antissubversivas.

Traduzindo: a Oban deveria encontrar e prender “subversivos” e extrair deles todas as informações possíveis para que, a partir delas, fosse possível localizar, prender e tirar informações de outros “subversivos”, e assim por diante até neutralizar todos eles. Se isso incluísse tortura, morte ou desaparecimento, tudo bem. Uma frase cifrada do *Orvil* mostra o verdadeiro significado da Operação Bandeirante para os militares: “A Oban multiplicou os êxitos alcançados pela Cia. PE [Companhia de Polícia do Exército]”. Uma das guarnições mais duras da força terrestre, a PE foi transformada, na virada

dos anos 1960 para 1970, em máquina de tortura e assassinato. Só em São Paulo, contava com 200 homens, alguns deles célebres torturadores condecorados com a Medalha do Pacificador com Palma, destinada a premiar atos de bravura. Foi no quartel da PE do Rio — unidade campeã no ranking de denúncias de sevícias do *Brasil: Nunca Mais*, com 735 ocorrências — que em 1970 foram ministradas aulas de tortura com cobaias vivas.* Os casos estão relatados na abertura do *BNM*.

O DOI-Codi foi louvado no livro secreto como órgão que fizera com que “comunistas não conduzissem o Brasil para uma guerra civil prolongada e sangrenta”. Como sua eficiência “não interessava aos grupos subversivos”, completava o *Orvil*, os inimigos da pátria, em especial o “clero dito progressista”, deflagraram uma campanha com o propósito de fazer com que a população identificasse o DOI-Codi “como algo a ser temido ou odiado”:

[As mentiras] alcançaram os órgãos de segurança e informações, que vinham sendo os algozes dos subversivos, atingindo-os de forma sistemática e permanente, denegrindo-lhes a imagem de forma irreversível e fazendo com que fossem esquecidos rapidamente os sacrifícios de seus componentes e os inestimáveis serviços prestados à Nação.

O trecho acima, registrado na página 454, inaugurava uma cantilena que cobriria boa parte da segunda metade da obra. Com esse discurso, o CIE se apresentava como porta-voz das insatisfações dos homens do porão. As muitas reclamações podiam ser resumidas em três: fizemos o serviço sujo, ficamos estigmatizados e o valor do nosso trabalho não foi reconhecido nem mesmo dentro de nossas corporações. “[...] A única e justa recompensa desses elementos era o reconhecimento, nem sempre presente, de seus companheiros e o prestígio por participar de uma guerra [...]”, lamentava o *Orvil*.

Se os soldados da repressão eram heróis, os senhores da guerra mereciam o céu. O livro secreto é praticamente um pedestal para os presidentes-

generais [Arthur da Costa e Silva](#) e [Emílio Garrastazu Médici](#). Ao tomar posse, em março de 1967, [Costa e Silva](#) — “homem comunicativo e simples” — teria fundado um período de “reencontro” do país “com a ordem constitucional e o estado de direito”. “Tudo indicava que o país caminhava para a normalidade democrática”, dizia o CIE. O que terá dado errado então, já que [Costa e Silva](#) passou à história como o presidente que inaugurou os Anos de Chumbo? Segundo o *Orvil*, os prognósticos alvissareiros só não se realizaram por causa da esquerda armada. Pela tese do livro secreto, se cumprisse a promessa de redemocratizar o país, conforme seriam sua vontade e seus planos originais, [Costa e Silva](#) deixaria a pátria à mercê dos comunistas, que já vinham embalados na sua terceira tentativa de tomada de poder — a luta armada. “Seria crível que qualquer mudança interna, no sentido de se alcançar a plenitude do regime democrático, desmobilizaria todo esse processo [de luta armada] em curso?”, questiona a obra do CIE.

Em relação ao general [Médici](#), em cujo governo desapareceram cerca de 70 militantes de esquerda, incluindo gente que nunca pegou em armas, o livro secreto era todo candura. Com seu “tom franco”, sua “mensagem de renovação” e a “clareza com que encarnava a realidade vivida pelo país”, [Médici](#) “abriu esperanças” no Brasil. Ao descrever os quatro sequestros de diplomatas estrangeiros, ocorridos em 1969 e 1970, e comentar a decisão de [Médici](#) de aceitar trocá-los por presos políticos, conforme exigiam os sequestradores, o *Orvil* afirmava que a postura do general “se ajustava aos sentimentos humanitários da população”. Em outras palavras, era o “respeito aos direitos humanos sem aspas”.

No embornal do CIE, o que mais havia eram histórias das ações armadas da esquerda. No livro secreto elas foram contadas às centenas. Eram assaltos (e não expropriações, eufemismo usado pela esquerda) a bancos, carros-fortes e estabelecimentos comerciais, roubos de armamento em quartéis, hospitais

militares e lojas de armas, furtos de explosivos em pedreiras, atentados a bomba, sequestros de diplomatas, sequestros de aviões cheios de passageiros etc. Assim como o *BNM* havia deplorado as mortes praticadas pela repressão (cerca de 400), o *Orvil* pranteou as vítimas da esquerda (um número algo menor que 100). Foram lembrados entre outros:

- [David Cuthberg](#), marinheiro inglês de 19 anos que servia na fragata *H.M.S. Triumph*, aportada no Rio na véspera do carnaval de 1972. Ele queria conhecer a famosa praia de Copacabana, pegou um táxi, mas não chegou lá. No trajeto, um carro com guerrilheiros da ALN interceptou o inglês, que foi metralhado;
- [Alberto Mendes Júnior](#), 23 anos, tenente da PM de São Paulo, participava de uma operação para prender [Carlos Lamarca](#) e outros guerrilheiros da VPR, em maio de 1970, no município de Sete Barras, quando foi feito refém pelo grupo. Condenado à morte por um “tribunal revolucionário”, o tenente foi abatido a golpes de coronhada de fuzil, que destruíram seu crânio;
- [Mário Kosel Filho](#), 18 anos, servia como recruta no QG do II Exército, localizado numa beirada do parque Ibirapuera, em São Paulo. Na madrugada gelada do dia 26 de junho de 1968, ele fazia sentinela no quartel quando um comando da VPR jogou contra o portão da unidade uma caminhonete C-14 com uma carga de 50 quilos de dinamite. O carro, sem motorista, desintegrou-se, o muro do QG foi pelos os ares, e Kosel Filho teve o corpo esfacelado;
- [Henning Albert Boilesen](#) nasceu na Noruega e, aos 26 anos de idade, se mudou para o Brasil. Três décadas depois, já naturalizado brasileiro, era presidente da Ultragás. Para a VPR, ele não passava de “um espião da CIA e patrocinador da Oban”. (Espião [Boilesen](#) nunca foi, mas de fato administrara a caixinha destinada a alimentar a repressão paulista e frequentara os porões, onde era recebido como gente de casa.) No dia

15 de abril de 1971, na esquina da rua Barão de Capanema com alameda Casa Branca, no bairro dos Jardins, em São Paulo, o Galaxie azul dirigido pelo industrial foi alcançado por dois Fuscas ocupados por seis guerrilheiros da ALN e do MRT. [Boilesen](#) levou um tiro de raspão na cabeça, saiu de seu carro para tentar escapar a pé, mas não conseguiu ir longe: foi alvejado pelas costas com uma rajada de metralhadora e balaços de fuzil — ao todo, 18 tiros. Caído na sarjeta, o industrial recebeu o golpe final: um tiro de fuzil à queima-roupa, que estraçalhou o lado esquerdo de seu rosto;

- [Estanislau Ignacio Correa](#) foi abordado na esquina das ruas [Carlos Norberto Souza Aranha](#) e Arquiteto [Jaime Fonseca Rodrigues](#), no Alto dos Pinheiros, em São Paulo, por dois guerrilheiros da VPR no dia 7 de novembro de 1968. Estanislau não era militar, não ajudava a repressão nem trabalhava para algum país “imperialista”. Sua desgraça foi ser o proprietário do carro que os guerrilheiros queriam para realizar uma ação. O roubo foi concretizado. Estanislau, que estava desarmado, levou três tiros — um no braço, outro no tórax e um terceiro na cabeça. Morreu na hora.

O *Orvil* certamente exigiria muitas explicações da esquerda, que com o passar dos anos varreu para debaixo do tapete suas inclinações autoritárias — e por vezes violentas —, preferindo criar o mito de que o único objetivo da luta armada era a democracia. Como o livro secreto demonstrava, o restabelecimento da democracia nunca fizera parte dos planos das organizações armadas de esquerda, mas sim a tomada de poder para a instauração de um regime (também) ditatorial. O *Orvil* apontava ainda como vários dos autointitulados guerrilheiros (combatentes irregulares que lutam contra um inimigo declarado — e só contra ele) não passaram de terroristas (combatentes que agem para sabotar a ordem estabelecida e não distinguem alvos), um termo que a esquerda sempre rejeitou.

Dentre todos os pecados dos grupos armados, o mais vergonhoso talvez tenha sido o justicamento de seus próprios militantes, um tema tabu para a esquerda. O CIE não teve clemência, e no livro secreto lancetou mais este calcanhar de aquiles de seus adversários. Ainda que o número de ocorrências tenha sido inflado, e o relato, exagerado, lá estavam contados os quatro casos comprovados em que, fazendo-se simultaneamente de juiz e de carrasco, a esquerda condenou a esquerda à morte:

- [Márcio Leite de Toledo](#) (ALN) — Ex-estudante de sociologia, Márcio chegou a compor o Grupo Tático Armado (GTA) da ALN, a infantaria guerrilheira mais atuante e temida do país. No início de 1971, ele começou a apresentar muitas queixas, ficou jururu e, logo após a *queda* de um veterano militante da organização, [Joaquim Câmara Ferreira](#), desapareceu por 40 dias. Quando voltou, Márcio se negou a dar explicações a seus companheiros, o que fez brotar a paranoia na ALN. Ele foi rebaixado e em seguida lhe mostraram a porta da saída, o exílio — que ele recusou. Como não admitia que Márcio permanecesse no Brasil, por temor de que ele, preso ou cooptado, abrisse o bico, a ALN o condenou à morte. Na tarde do dia 23 de março de 1971, quando circulava pela região dos Jardins, em São Paulo, ele foi emboscado na altura do número 405 da rua Caçapava. Levou oito tiros de calibre 38 e de 9 mm e morreu de olhos abertos, aos 26 anos de idade;
- [Salatiel Teixeira Rolim](#) (PCBR) — O guerrilheiro foi preso no Rio, numa blitz, poucos dias depois do réveillon de 1970. Apesar de terem tomado conhecimento da prisão, capas-pretas do PCBR descumpriram a regra número um em caso de *quedas*: não abandonaram os *aparelhos* conhecidos por [Salatiel](#) e mantiveram os *pontos* anteriormente agendados. Como era de se esperar, o guerrilheiro foi torturado e de fato não resistiu: contou o que sabia. Uma semana depois, seus companheiros começaram a ser presos ou mortos.

Depois de três anos e meio de prisão, [Salatiel](#) ganhou a liberdade. Afastou-se da luta armada e até da militância política. Remanescentes do PCBR, contudo, nunca o perdoaram. Na manhã do dia 22 de julho de 1973, [Salatiel](#) fazia faxina no bar onde trabalhava, no Leblon, quando foi surpreendido por três jovens entre 22 e 27 anos de idade. Os assassinos o exterminaram com três tiros;

- [Carlos Alberto Maciel Cardoso](#) (ALN) — Enfermeiro que abandonou a profissão após assaltar o hospital em que trabalhava — desbunde que rendeu 157 mil cruzeiros à guerrilha (430 mil reais em valores de 2009) —, Carlos foi preso em outubro de 1971. Sob tortura, revelou segredos da organização. Porém, entre uma inconfidência e outra, o guerrilheiro inventou um *ponto* que teria com um companheiro. Levado ao local por agentes da repressão, ele conseguiu fugir. De volta ao *aparelho* da ALN, Carlos contou o que tinha acontecido e não escondeu que abrira alguns dados. A “fraqueza” do guerrilheiro não provocou um arranhão sequer na estrutura da organização, como se veria mais tarde, porém mesmo assim ele foi condenado à morte por um “tribunal revolucionário”. Informado de sua sina pelos próprios verdugos, Carlos tentou a fuga. Saiu correndo pelas ruas do bairro do Encantado, no Rio, e buscou abrigo numa casa da rua Bernardo. Ali, foi morto.
- [Francisco Jacques Moreira de Alvarenga](#) (RAN) — Professor, Francisco foi cooptado pela guerrilha no sonho de ajudar a produzir uma revista revolucionária, a *Prisma* (Pensamento Revolucionário Intelectual Socialista Marxista). Foi preso no Rio em maio de 1973 e, no DOI-Codi, contou o que sabia, entregando inclusive um *ponto* marcado com um ex-aluno, [Merival Araújo](#), bambambã da ALN. Feito de isca viva, Francisco levou a repressão até Merival, que foi morto. Como prêmio por ter participado do teatro macabro, Francisco foi solto — e solto, duraria duas semanas. Apesar de ter se prontificado a comparecer a uma reunião da ALN para dar sua versão do episódio, ele não teve

chance de se defender. No dia 23 de junho, um comando da organização invadiu o colégio em que Francisco dava aula, na Tijuca, e o fuzilou com quatro tiros de pistola calibre 45.

Enquanto o terrorismo de esquerda mereceu destaque no *Orvil*, o CIE não gastou um pé de página sequer para descrever os atos de terrorismo patrocinados pelos agentes da repressão, muitas vezes teleguiados desde a cúpula das Forças Armadas. O relato cronológico avançou de 1922 a 1987 sem mencionar, por exemplo, as bombas detonadas em teatros (1968), na editora Civilização Brasileira (1976), no semanário *Opinião* (1976), na sede do Cebrap (1976), no carro do bispo de Nova Iguaçu, d. [Adriano Hypólito](#) (1976), em bancas de jornal (1980), nas sedes da OAB e da Associação Brasileira de Imprensa (1980) e no show do 1º de Maio no Riocentro (1981). Em relação a este último episódio, o livro secreto poderia ter registrado que seu patrono, o ministro [Leônidas Pires Gonçalves](#), quando no comando do Exército, posicionou-se contrário à reabertura das investigações do atentado.

Outra marca registrada da ditadura ficou fora do *Orvil*: o desaparecimento de presos políticos. “Todos os subversivos presos pelas forças de segurança permaneceram vivos e foram postos em liberdade”, dizia o livro secreto. Alguns dos 135 desaparecidos chegaram a ser citados nominalmente:

- “Embora não tenha sido preso pelos órgãos de segurança, [Carlos Alberto Soares de Freitas](#) foi alvo de uma campanha promovida por seus parentes e pela esquerda visando à sua libertação.” (A verdade: ele foi morto no centro de tortura clandestino do CIE em Petrópolis, a Casa da Morte, em fevereiro de 1971.)
- “Em fins desse mês [maio de 1971], alguns jornais noticiaram a prisão e a morte de [Stuart Edgard Angel Jones](#), nunca comprovadas.” (Na noite do dia 14, na presença de outros presos, o estudante de economia e guerrilheiro do MR-8, de 25 anos, foi amarrado ao para-choque de um

carro e arrastado pelo pátio do *Paráíso*, a sede do Cisa, na Base Aérea do Galeão, no Rio. Esfolado, foi obrigado a aspirar a fumaça que saía do cano de descarga. De madrugada, estava morto.)

- “No fim do mês [julho de 1972], os jornais noticiavam os desaparecimentos de [Sérgio Landulfo Furtado](#) e [Paulo Costa Ribeiro Bastos](#), dos quais não se teve [sic] mais notícias.” (Os dois guerrilheiros do MR-8 foram capturados no dia 11, no bairro da Urca, no Rio. Levados para o DOI-Codi, foram assassinados.)
- “Ao mesmo tempo, iniciava-se a busca ao primeiro dirigente do partido [PCBR], Mário Alves [...], nunca encontrado pelos órgãos de segurança.” (Preso a 16 de janeiro de 1970, ele foi vitimado no dia seguinte no Batalhão da PE no Rio.)

Além dos casos em que os guerrilheiros não teriam sido “encontrados” pela repressão (minoría), havia a simples omissão quanto ao destino deles (maioría). [Márcio Beck Machado](#), guerrilheiro do Molipo, de 30 anos, foi um dos que tiveram a história contada pela metade. Quatro páginas do livro secreto (346, 601, 603 e 695) relatavam episódios da vida de Márcio, como a espetacular fuga na ocasião em que a polícia tentou prendê-lo na porta da Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 1969, seu treinamento em Cuba, em 1971, e uma troca de tiros com agentes da repressão no bairro do Ipiranga, na capital paulista, em 1972. Quando o *Orvil* adentra o ano de 1973, contudo, a história do guerrilheiro é misteriosamente interrompida. O nada-consta era falso. Como ficaria provado 20 anos depois, o Exército sabia o que tinha acontecido a ele. Márcio e outra militante do Molipo, [Maria Augusta Thomaz](#), foram mortos numa fazenda em Rio Verde, interior de Goiás, no dia 17 de maio daquele ano, numa ação conjunta do DOI-Codi, da Aeronáutica, Polícia Federal e das polícias civil e militar de Goiás. O dono da fazenda, Sebastião Cabral, e seus empregados foram obrigados a enterrar os corpos dentro da propriedade. Sete anos depois, quando militantes dos direitos

humanos estavam prestes a descobrir o local da cova, agentes da repressão fizeram uma *operação limpeza* no local e retiraram de lá os restos mortais do casal. Às famílias de Márcio e de Maria Augusta nunca foi dado o direito de conhecer o que foi feito das ossadas.

O cuidado do CIE em contar sua versão da luta sem incriminar os homens do regime militar era imenso. Assim, ao descrever os 21 anos da ditadura, o órgão foi acometido de pequenos, grandes e enormes lapsos de memória. Porém, como dizia o brocardo preferido do coronel [Del Nero](#), aquele que recorda o passado perde um olho e aquele que o esquece perde os dois. Não se sabe se por descuido ou pela certeza da impunidade, o fato é que em 11 páginas (1% da obra) o serviço secreto do Exército acabou alcaguetando a si próprio, delatou outros órgãos da repressão e colocou duas dúzias de crimes no colo da força terrestre. O *Orvil* era também uma confissão: o Exército escondia segredos do mundo dos mortos.

Nota

* Entre as vítimas estavam os estudantes [Ângelo Pezzuti da Silva](#), 23 anos, [Maurício Vieira](#), 25, [Murilo Pinto da Silva](#), 22, [Júlio Antonio Bittencourt de Almeida](#), 24, [Dulce Chaves Pandolfi](#), 24, e Afonso Celso Lana Leite, 25.

CAPÍTULO 3

Os guardiões

No início de 1988, com os originais do *Orvil* debaixo do braço, o ministro [Leônidas Pires Gonçalves](#) atravessou a Esplanada dos Ministérios e foi até o Palácio do Planalto falar com o único homem que podia autorizar a sua publicação: [José Sarney](#). Na audiência, como se lembraria duas décadas depois, o general disse ao presidente: “Eu fiz este livro. É uma arma que eu tenho na mão”. Péssima hora para desembainhar a espada. Com um governo medíocre, tíbio e cambaleante, a última coisa que [Sarney](#) precisava era comprar uma briga como aquela. Ademais, o país estava pacificado, e em breve seria outorgada a nova Constituição, solidificando a democracia. Enquanto [Leônidas](#) queria guerra, [Sarney](#) perseguia a estabilidade. O presidente fez cara de valete de paus, olhou dentro dos olhos do general e, com muito jeito, disse-lhe que preferia ficar cego das duas vistas a mexer no passado. “Para que criar um problema que não existe?,” ponderou [Sarney](#). Antes que o ministro respondesse, o presidente completou o raciocínio: não fazia sentido despertar rancores naquele momento; as feridas, tanto de um lado quanto de outro, começavam a cicatrizar. O melhor para o Exército e para o país, afirmou [Sarney](#), era que [Leônidas](#) esquecesse aquele livro.

O general não gostou do que ouviu, mas como bom soldado engoliu a seco a ordem do comandante. Antes de deixar o gabinete presidencial, porém, soltou no ar uma frase com reticências: “Este livro fica como um documento que nós, militares, poderemos ter a necessidade de divulgar no futuro...”. A arma do CIE foi então embainhada e levada de volta para o QG do Exército.

O destino do *Orvil* estava selado: o livro fora vetado.

Tão logo deixou o Planalto, o general apagou o *Orvil* de sua vida. Nem tirar uma cópia do manuscrito ele quis. Para muitos de seus subordinados, entretanto, foi mais difícil. Estes achavam que a decisão de abortar o projeto era um erro que traria grandes problemas para as Forças Armadas e seus homens — sobretudo para os que tinham atuado na repressão. A arte da guerra ensinava que se manter na defensiva significa muitas vezes perder espaço. Com o *Brasil: Nunca Mais* ainda relativamente fresco nas prateleiras, era hora de atacar. O coronel [Del Nero](#), conforme ele próprio confessaria duas décadas depois, foi um dos que ficaram insatisfeitos com o veto ao *Orvil*:

Apesar de respeitar muito o general [Leônidas](#), [...] lamentei muito, muito mesmo, sua decisão de guardar as informações de que dispunha. Apesar de entender as circunstâncias, considero que cometeu um equívoco de avaliação irreparável. Foi uma oportunidade perdida, daquelas que não voltam mais.

[Del Nero](#) acreditava que, naquele início do processo de redemocratização, o *Orvil* era a chance de as Forças Armadas “saírem na frente” no inescapável debate sobre a ditadura. Mais que isso: caso a obra do CIE fosse publicada, ela certamente serviria de fonte para inúmeros trabalhos, fazendo com que seu alcance fosse multiplicado. Num ponto o coronel estava certo: a falta de um posicionamento firme do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em relação às acusações que eram feitas contra o regime militar seria encarada, no futuro, como uma espécie de confissão de culpa. Diante do silêncio da caserna, o

BNM e que tais figurariam como a versão mais forte, senão a única, dos embates na ditadura. Ou como explicaria [Del Nero](#) no seu estilo belicoso:

Perdida a oportunidade, caímos na defensiva. Os subversivos, com alta escola em guerra psicológica, saíram na frente, na ofensiva. Na guerra psicológica o princípio da ofensiva é tão ou mais importante que na guerra convencional e não se ignora que eles [os “subversivos”] movem uma guerra psicológica permanente contra as Forças Armadas.

A partir de 1995, os dados do *BNM* subsidiaram a comissão criada pelo Congresso para julgar a responsabilidade do Estado sobre a morte de militantes políticos. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) analisou 475 casos e deferiu cerca de 220 — os familiares, além de terem seus parentes oficialmente reconhecidos como vítimas do regime militar, receberam indenizações de até 100 mil reais, o que foi possível, em larga medida, graças às informações do *BNM*. Eventos como esse, no entendimento de [Del Nero](#), mostravam que a guerra não tinha acabado; seu cenário é que mudara.

Um ano depois de terminar o *Orvil*, o oficial foi promovido a general, deixou o CIE e assumiu a direção da Escola Nacional de Informações (Esni), a academia do SNI. Com o tempo, seu pensamento se solidificou no meio militar. De acordo com a corrente *delnerista*, depois de fracassar três vezes na tentativa de tomar o poder na bala, a esquerda finalmente entendeu que não tinha combatentes e apoio popular suficientes para a empreitada. Foi quando teria decidido rever sua estratégia. De forma sorrateira, a esquerda estaria novamente investindo contra o Estado, só que dessa vez com um arsenal mais eficiente: armas psicológicas. O objetivo continuava a ser o de sempre: implantar o comunismo no Brasil. Por esse ponto de vista, o *BNM* era um tiro certeiro na tática de disseminar o sentimento revanchista contra os militares. Que o país não se enganasse, diziam os *delneristas*: ao minar uma das principais instituições dedicadas à defesa do Estado, a esquerda deflagrava sua

quarta tentativa de tomada do poder. O livro secreto teria portanto algo de profético ao prever que a nova carga dos “subversivos” ganharia força com o fim do regime militar. Apesar do augúrio, com o *Orvil* proscrito, não restava aos guardiões nada a fazer. Era ficar no quartel ou em casa, em silêncio, assistindo ao progresso da escalada comunista.

Dois anos depois que o *Orvil* foi engavetado, o governo [Sarney](#) acabou, e [Leônidas](#) foi embora para casa. Outros presidentes vieram, outros generais assumiram o Ministério do Exército e com o tempo foram-se todos. Mas a obra secreta (e proibida) do CIE ficou — não exatamente como livro, muito menos com o título original, esquecido com o tempo. Permaneceu vivo em corações, mentes e escrivatinhas de alguns poucos militares como uma espécie de relíquia. À medida que os anos foram passando, o manuscrito — arquivado entre milhares de documentos sigilosos do Exército — acabou ganhando ares míticos. Era como se nele estivesse escrita não só *A verdade*, mas *A verdade secreta*. A corrente dos devotos do *Orvil* era pequena, porém forte. Os poucos que haviam tido a oportunidade de ler o manuscrito contavam a pessoas de sua confiança, em segredo, o que tinham visto. Estas, também de maneira discreta e parcimoniosa, revelavam aos mais próximos que um amigo lera o livro secreto — e assim, contada de boca em boca, a novidade ganhou ares de lenda.

Ao levar ao pé da letra a ordem de engavetar o *Orvil*, alguns auxiliares de [Leônidas](#) terminaram por inverter o intento original do projeto. Na mudança de chave, em vez de tornar pública *A verdade*, o objetivo passou a ser escondê-la. Para melhor cumprir a tarefa a que tinha se proposto, a confraria dos devotos do *Orvil* contrabandeou uma cópia do manuscrito para fora das bem guardadas muralhas do CIE. Não com a intenção de publicá-lo ou divulgá-lo na imprensa. Essa oportunidade, imaginavam os guardiões, fora perdida para sempre em 1988. O que eles queriam era preservar, proteger o

santo graal do Exército.

Nos anos seguintes, a vanguarda guardiã fez cerca de 15 cópias do livro secreto e as distribuiu entre militares de confiança. Alçados à condição de protetores do *Orvil*, os escolhidos podiam eleger aqueles que mereciam ler o manuscrito, desde que o eleito se comprometesse a não xerocá-lo. Assim, de forma controlada, o documento passou de mão em mão, num círculo pequeno, formado por militares e civis de extrema direita.

A regra informal que determinava que o livro secreto não deveria ser clonado foi surpreendentemente mantida por 19 anos. Depois disso, os guardiões do *Orvil* relaxaram, imaginando que o segredo já não fazia sentido algum. Enganaram-se.

Um dos guardiões do *Orvil*, como não podia deixar de ser, era o general [Del Nero](#). Outro general que fazia parte da fraternidade era [Sergio Augusto de Avellar Coutinho](#), um senhor de cabeça branca, sorriso simpático, diretor do vetusto Clube Militar. No governo [Médici](#), [Coutinho](#) atuara como uma espécie de guarda-costas informal do presidente, cuidando para que, em solenidades públicas, os jornalistas não o incomodassem — lugar de repórter era no *cercadinho da imprensa*, ensinava. No pós-ditadura, [Coutinho](#) se tornara um general-intelectual de fôlego, especialista na obra do pensador comunista italiano [Antonio Gramsci](#). São de sua lavra os livros *Cadernos da liberdade* (uma alusão a *Cadernos do cárcere*, do teórico marxista) e *A revolução gramscista* no Ocidente. Sobre [Gramsci](#), que defendia a conquista do Estado de forma pacífica por intermédio da neutralização das forças burguesas, [Coutinho](#) apontava: “Ele [[Gramsci](#)] corrói a democracia por dentro. De uma forma light e despercebida, o partido vai conseguindo as mudanças de senso comum e o enfraquecimento das trincheiras liberais democráticas, como a imprensa” — tudo a ver com a quarta tentativa de tomada de poder vaticinada no livro secreto.

O mais famoso guardião do *Orvil* — para o bem e sobretudo para o mal — era o coronel [Carlos Alberto Brilhante Ustra](#), o *doutor Tibiriçá*, codinome com o qual comandara o DOI-Codi de São Paulo, a unidade da repressão vice-campeã no ranking de tortura do *Brasil: Nunca Mais*. Nos três anos e quatro meses que [Ustra](#) dirigiu o destacamento, passaram por lá cerca de 2.000 presos. Restaram, como saldo, 502 denúncias de tortura (quatro teriam sido comandadas pessoalmente por [Ustra](#), segundo acusações feitas à Justiça Militar) e pelo menos 40 mortes e desaparecimentos, como os de [Paulo Stuart Wright](#) e Alexandre Vannucchi Leme — respectivamente, irmão e primo dos dois mais destacados coordenadores do *BNM*, [Jaime Wright](#) e [Paulo de Tarso Vannuchi](#). Por seus serviços prestados nos porões, o coronel ganhou a Medalha do Pacificador com Palma e elogios na ficha funcional. Porém, como aconteceu com todos aqueles que na repressão puseram a mão na massa, ele nunca chegou a general.

Terminados os Anos de Chumbo, o coronel assumiu o posto de instrutor-chefe do curso de operações da escola do SNI e, posteriormente, o de chefe da Seção de Operações do CIE, a repartição quebra-ossos do serviço secreto do Exército. Nesse cargo, [Ustra](#) ajudou a planejar o último grande ataque contra as organizações da esquerda armada: o *estouro* do *aparelho* do PCdoB na rua Pio XI, em São Paulo, episódio conhecido como Massacre da Lapa. No início de 1984, nos estertores da ditadura, o Exército decidiu que era hora de tirar o coronel de cena. [Ustra](#) então foi mandado para Montevideú, no Uruguai, onde assumiu o cargo de adido militar, com um salário de 6 mil dólares. Em agosto do ano seguinte, o coronel foi responsável pelo primeiro escândalo da Nova República. Ao participar da recepção ao presidente brasileiro no aeroporto Carrasco, em Montevideú, o coronel deu de cara com o passado. Na comitiva brasileira, estava a jovem deputada [Bete Mendes](#), do PT — a ex-guerrilheira *Rosa*, na VAR-Palmares, presa do DOI-Codi em 1970. Ao ser apresentada a [Ustra](#), a deputada tremeu. Ela reconheceu o *doutor Tibiriçá*. Na volta ao Brasil, Bete escreveu uma carta ao presidente revelando ter sido

uma das vítimas do homem que, não muito tempo depois, viria a ser um dos guardiões do *Orvil*. Divulgada à imprensa, a carta provocou agitação. Na tentativa de serenar o ambiente, [Sarney](#) anunciou que o coronel retornaria ao Brasil, mas não foi o que aconteceu, pelo menos não de imediato. O ministro do Exército, [Leônidas Pires Gonçalves](#) — que já naquela época começava a idelizar o projeto *Orvil* —, deu guarida ao acusado. “[Ustra](#) é nosso adido do Exército no Uruguai, goza de nossa confiança e permanecerá [no cargo] até completar o período regulamentar”, afirmou o general. Conclusão: o coronel ficou mais quatro meses em Montevideú.

Desde o fatídico encontro com sua ex-prisioneira, [Ustra](#) passou a ser publicamente identificado como um entulho que a ditadura deixara para trás. Por mais que o coronel negasse ter torturado [Bete Mendes](#) (“Fui vítima de uma farsa montada com apoio da então deputada”, dizia), por mais que desmentisse que seu DOI-Codi fosse um centro de sevícias (“Não houve tortura, isso é história para boi dormir”), por mais que jurasse que todos os seus prisioneiros saíram vivos da cadeia (“Durante o meu comando no DOI, não houve nenhum desaparecido ou, muito menos, qualquer militante político morto”), para uma parcela considerável da sociedade [Ustra](#) merecia não a classificação de “homem de extrema lealdade”, como estava anotado na sua ficha funcional, mas sim a de criminoso.

Integrante da lista de torturadores do *BNM*, o coronel acreditava que o *Orvil* poderia rebater a esquerda com dados, fatos e provas, mostrando o quanto ela mentia. Sem o livro secreto, ele dizia, o Exército continuaria mudo e cada vez mais caluniado, e a versão da esquerda dominaria sem qualquer contestação. Se as Forças Armadas não queriam reagir, isso era problema delas. O coronel, porém, não estava disposto a perder essa nova guerra sem lutar. A reação começou em 1986, quando [Ustra](#), ainda na ativa, escreveu um livro para se defender — e, recuperando o espírito do *Orvil*, também para atacar. *Rompendo o silêncio* conta a versão do coronel sobre o episódio denunciado por [Bete Mendes](#) no ano anterior e, num passo adiante, como o

próprio título sugere, apresenta o que seria *A verdade* até então oculta sobre a esquerda. Na introdução, o coronel sapecou:

Escrevo este livro em respeito aos meus comandados no DOI-Codi [...]. A vocês, meus abnegados e queridos comandados, que respondendo ao chamado da Pátria não hesitaram em lutar com honra, com bravura, com coragem e com dignidade para extirpar o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranquilidade do Brasil. A vocês que, cumprindo ordens minhas, enfrentaram aqueles brasileiros fanatizados e tombaram sem vida ou que ficaram inutilizados nessa “guerra suja”.

O livro foi a primeira reação do tipo olho por olho à onda “revanchista” inaugurada pelo *Brasil: Nunca Mais*. Na introdução, Ustra chegou a fazer uma advertência cifrada a este respeito: “Me preocupo quando vejo panfletos tomando ares de história contemporânea, e sendo utilizados como a verdade definitiva”. Sem admitir a ocorrência de tortura e morte de presos políticos, o coronel defendeu as ações da repressão. “Não se combate terrorismo com flores, mas com coragem, tenacidade e objetividade”, escreveu.

Rompendo o silêncio era uma edição caseira. Rodada numa pequena gráfica de Brasília, teve os custos bancados pelo próprio Ustra. A capa e a revisão foram feitas pela mulher do coronel, Joseíta. No que foi interpretado pelo coronel como um boicote, as grandes livrarias rejeitaram o livro, e a imprensa também não deu muita bola. Mesmo assim, Ustra foi adiante. Arregimentou amigos para divulgar a obra, rodou o país ministrando palestras e vendendo livros e conseguiu o apoio de associações de militares aposentados para montar um esquema comercial paralelo ao das livrarias. Ainda que *Rompendo o silêncio* não tenha virado nenhum best-seller, não se pode dizer que tenha sido um fracasso. Ao contrário. Chegou à terceira edição, com cerca de 4.000 exemplares vendidos, o que para o mercado brasileiro é um resultado, apesar de pequeno, satisfatório. Porém, quando a performance do livro era comparada ao desempenho do “inimigo”, o petardo do coronel virava um traque. Confrontado com as vendas do *Brasil: Nunca*

Mais (263 mil volumes, tiragem 6.475% maior que *Rompendo o silêncio*), o livro de [Ustra](#) era nada.

Os guardiões do *Orvil* não desistiram. Dezesseis anos depois do lançamento de *Rompendo o silêncio*, a trilha aberta pelo coronel voltou a ser explorada. Em 2001, já aposentado, o general [Del Nero](#) escreveu *A grande mentira*, um livro recheado com muitos e extensos trechos inteiramente copiados do *Orvil*, sem mencionar a fonte. Na seção de agradecimentos, [Del Nero](#) afirmou:

A ideia deste livro tornou-se fixa, pois não me conformava com a imagem que ia sendo trabalhada e transmitida aos mais jovens, sobre a atuação das forças de segurança e os objetivos perseguidos pelos governos da Revolução.

A grande mentira — de longe, o melhor da série de filhotes do *Orvil*, pela profundidade — foi lançado pela editora do Exército, a Bibliex, e vendido com desconto para militares.

No ano seguinte, tomando emprestado do *Orvil* uma coisinha aqui e outra acolá, um ex-aluno de [Ustra](#) na escola do SNI, o coronel [Aluísio Madruga de Moura e Souza](#), escreveu *Guerrilha do Araguaia: a grande verdade*. Assim como tinham feito [Ustra](#) e [Del Nero](#), ele colocou na orelha do livro uma foto em que aparecia fardado. Madruga — oficial com passagens pelo SNI, CIE, DOI-Codi e PE — tomou gosto pela coisa. Quatro anos depois, ele lançou *Desfazendo mitos da luta armada*.

O tenente-coronel [Lício Augusto Ribeiro Maciel](#), agente do CIE por seis anos, publicou *A farsa do Araguaia* (2007) e *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente* (2008). Como indicava o título do segundo livro, seus conhecimentos no assunto não eram teóricos. Sob o codinome *doutor Asdrúbal*, este paraquedista alagoano liderou a equipe do serviço secreto do Exército que mais matou — ou “trucidou”, termo usado por ele — no Araguaia. Ele comandou a ação que resultou na prisão de [José Genoíno](#) e chegou a ser ferido com um tiro no rosto disparado pela guerrilheira [Lúcia](#)

[Maria de Souza](#), a *Sônia*, que morreu metralhada logo em seguida. Conhecedor das dificuldades do mercado editorial, o tenente-coronel colocou sua obra de estreia na internet, com *download* grátis.

Em 2006, [Ustra](#) voltaria às trincheiras com *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Dessa vez, o coronel escancarou, colocando, já na abertura do livro, um texto intitulado “Homenagem aos companheiros do Projeto Orvil”:

Esse texto [o *Orvil*] foi o farol que me iluminou na redação de inúmeras partes deste meu novo livro, me tirou dúvidas, me esclareceu fatos e me deu a certeza de datas e de outros dados relevantes.

[Ustra](#) classificou o manuscrito do CIE como “um trabalho minucioso” e lamentou o fato de ele não ter sido publicado. “Assim, a instituição [o Exército] permaneceu muda e a farsa dos revanchistas continuou, livre e solta, a inundar o país”, afirmou.

Como nenhuma editora quis publicar *A verdade sufocada*, [Ustra](#) novamente bancou a aventura, pagando do próprio bolso uma tiragem inicial de 3.000 exemplares. Não se deu mal. No lançamento em Brasília, vendeu 484 livros, a 45 reais cada. No de São Paulo, foram mais 1.225 exemplares. Além de mercadejar nos eventos, [Ustra](#) aceitava encomendas por telefone e pela internet. Em menos de 45 dias, a primeira edição estava esgotada, e o coronel teve de encomendar à gráfica uma nova fornada. Como ocorrera anteriormente com *Rompendo o silêncio*, a segunda obra de [Ustra](#) teve um desempenho comercial razoável, mas não repercutiu da maneira que o autor esperava. Com exceções de peso, como os jornalistas [Elio Gaspari](#) (*O Globo* e *Folha de S.Paulo*) e [Mônica Bergamo](#) (*Folha*), que noticiaram o lançamento, a mídia ignorou o livro. “Nem para falar mal...”, queixou-se [Ustra](#) numa entrevista concedida ao site anticomunista *Mídia sem máscara*.

Sem entrar no mérito do que os livros *filo-orvilianos* têm de verdadeiro ou falso, não há dúvida de que a série é importante pelo simples fato de conter a

versão de quem ganhou a guerra, uma versão incrivelmente pouco difundida. No quesito impacto, porém, é impossível compará-los ao *Brasil: Nunca Mais*. As obras foram recebidas com deferência por militares, foram adotadas em academias das Forças Armadas, serviram como objeto de estudo para pesquisadores e jornalistas, mas no geral o grande público as ignorou. Num artigo em que lastimou a ausência do *Orvil*, o general [Del Nero](#) resumiu o sentimento de seus companheiros:

Quem consegue uma editora para apresentar a verdade? Os livros que tentam colocar a verdade têm sido editados por seus autores ou pela Bibliex, com circulação restrita. Não estão expostos nas livrarias, disponíveis ao grande público, aos jovens que precisam conhecer a verdade, em particular os jovens militares que precisam ser esclarecidos, precisam conhecer os fatos para não só respeitar como ter orgulho dos que os precederam.

O *Orvil* ainda não encontrara um substituto. E o pior é que talvez o substituto não existisse.

Entre o lançamento do primeiro e do segundo livros *filo-orvilianos*, os guardiões do manuscrito do CIE deram mais um passo. Em 1998, “um punhado de democratas civis e militares”, “inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas”, como se autoproclamavam, criaram uma entidade sem fins lucrativos dedicada a propagar os ideais e os feitos do regime militar. Chamava-se Terrorismo Nunca Mais. (As Forças Armadas nunca engoliram a expressão *Brasil: Nunca Mais*, que lhes soava não como um clamor do país, e sim como uma negação da pátria.) O Terrorismo Nunca Mais — ou simplesmente Ternuma — criou um site (www.ternuma.com.br) e passou a divulgar artigos pró-ditadura e antiesquerda. “Toda moeda tem duas faces. Está na hora de conhecerem a outra ...”, dizia o texto de apresentação.

Guardiões do *Orvil* passaram a usar o site para, de forma camuflada, desovar as informações contidas no livro secreto. Com regularidade, [Ustra](#) e [Sérgio Augusto de Avellar Coutinho](#) publicavam artigos assinados. [Del Nero](#) também era um dos mais assíduos, com textos intitulados como “[Médici: grande soldado, grande presidente](#)”, “*Desinformatzya cabocla*”, “Assalto ao poder: acorda, Brasil” (dividido em parte 1 e 2), “Tortura: tema da guerra psicológica”, “Tamanho não é documento” e “Lembra-vos de 35!”. Trafegando na mão contrária à do *BNM*, o Ternuma “denunciava” na seção “Onde eles estão” a ascensão dos “subversivos” — sobretudo os que tinham aderido à luta armada — a cargos públicos de relevo. Fulano de tal assaltou o banco X no ano Y e hoje é prefeito. Sicrano sequestrou o embaixador A e depois virou deputado. Beltrano participou do justicamento de B e agora é professor universitário. Como explicava o site, todos faziam parte da campanha orquestrada para a quarta tentativa de tomada do poder:

A partir de 1979, com a Lei da Anistia, os comunistas regressaram e, gradativamente, passaram a ocupar posições nos diversos escalões da República e dos Estados, transformando-se de criminosos em “heróis” e de terroristas em “idealistas políticos”.

Hoje, enquanto o comunismo jaz destroçado em quase todo o mundo — inclusive em seu berço —, no Brasil, quintal das ideologias extremistas, seus seguidores posam, capciosamente, como “defensores” de uma democracia que tentaram e ainda tentam acabar. Continuam com suas mesmas ideias retrógradas, buscando, mais uma vez, iludir o povo brasileiro. Ter agido como terrorista ou como comunista, no passado, passou a ser considerado, hoje, como um procedimento “politicamente correto” e como um importante ponto de referência em seus currículos.

O pacto de segredo em torno da obra do CIE foi discretamente afrouxado em meados de 2000. Naquele ano, o Ternuma colocou em seu site cerca de 40 páginas do livro secreto, pouco mais de 4% do manuscrito. Episódios como o

sequestro do embaixador alemão [Ehrenfried von Holleben](#), em 1970, foram transcritos na íntegra. Apesar de os textos não fazerem qualquer menção ao *Orvil*, a aparição de relatos sobre a luta armada na internet despertou a curiosidade da imprensa. Jornalistas especializados em assuntos militares já tinham ouvido falar no livro secreto. Ninguém o vira, é verdade, mas desconfiava-se que, se ele existia de fato, seu depositário natural seria o Ternuma. Juntando uma coisa com a outra, surgiu a oportunidade de emplacar uma pauta que quicava na pequena área das redações havia mais de uma década: o *Orvil* era ou não lenda? A *Folha de S.Paulo* saiu na frente. Após ouvirem suas fontes, dois repórteres do jornal cravaram que os textos publicados pelo Ternuma tinham sido de fato “recortados” do tal livro secreto do Exército — o nome *Orvil* não foi mencionado.

Uma relíquia historiográfica inédita sobre o regime militar (1964-85) começa agora a ser revelada: livro datilografado em 1.200 páginas divididas em dois volumes, escrito em 1986 e 1987, baseado integralmente no arquivo secreto do CIE (Centro de Informações do Exército) e com publicação vetada pelo Alto-Comando do Exército, está sendo divulgado aos poucos na internet.

A reportagem acertou em vários pontos até então inéditos: concebido como uma resposta ao *Brasil: Nunca Mais*, o livro era dividido em dois tomos, fora encomendado por [Leônidas](#), executado pelo serviço secreto do Exército e vetado para que não trouxesse à tona antigas polêmicas. Em relação ao número de páginas da obra, a matéria passou perto: eram 911 e não 1.200. Mas, ao declinar qual seria o suposto título (*Terrorismo Nunca Mais*), errou. A reportagem trazia informações importantes, mas estava longe de esgotar o tema. Além de não terem uma confirmação oficial da existência do *Orvil* — os entrevistados falaram sob a condição do anonimato —, os repórteres não tiveram acesso ao livro, como deixaram claro na reportagem. Sendo assim, a pauta continuava em pé. Mas não por muito tempo.

Atiçados pela descoberta da concorrência, jornalistas da revista *Época*

resolveram procurar [Leônidas](#). O general já tinha se recusado a dar declarações à *Folha*, mas não custava tentar de novo. Afinal, às vésperas de completar 80 anos, o ex-ministro podia se dar ao direito de revelar alguns segredos do passado. Na mosca! De início, [Leônidas](#) disse aos repórteres que não tinha visto o site do Ternuma e portanto não poderia atestar a paternidade dos textos publicados. Mas não se furtou, contudo, a confirmar, pela primeira vez, que no início de sua gestão à frente do Ministério do Exército encomendou ao CIE um livro que deveria ser “uma resposta a mentiras” propaladas sobre o regime militar. “O livro foi redigido por oficiais muito preparados, que viveram os episódios, para resgatar a verdade”, afirmou o general. Ele mesmo teria escolhido o título da obra: *Livro branco*. “Significa obra aberta, transparente, com verdades para todos”, ensinou. Segundo contou aos repórteres, quando a obra ficou pronta, ele próprio teria decidido vetar a publicação. “Os ânimos já estavam serenados”, explicou. Consultado pelos jornalistas da *Época*, o Exército não confirmou mas também não negou as afirmações feitas por [Leônidas](#). Limitou-se apenas a divulgar uma nota em que admitia que houvera de fato uma tentativa de elaborar um “documento dessa natureza”, mas o trabalho “não chegou a termo, em face do conteúdo basear-se mais em depoimentos que em provas documentadas”. A nota, porém, era um desperdício de papel. Com as declarações do ex-ministro, o *Orvil* já tinha sido retirado da prateleira das lendas e colocado na estante dos papéis secretos das Forças Armadas.

Com um furaço nas mãos, a revista não deixou barato. Na edição de 13 de novembro de 2000, anunciou com pompa e circunstância que estava finalmente asseverada a materialidade da “versão fardada da história”:

Dez anos e oito meses depois de deixar a caserna, o general [Leônidas Pires Gonçalves](#), ministro do Exército do governo [José Sarney](#) (1985-1990), quebrou o silêncio para confirmar a *Época* a existência de um mítico registro a respeito dos Anos de Chumbo. O Exército mantém em segredo o *Livro branco*, versão dos quartéis sobre a repressão aos movimentos de esquerda no Brasil, após o golpe de 1964. As 1.200

páginas datilografadas jamais foram impressas. Até hoje, nenhuma autoridade militar ou civil havia confirmado a existência do livro.

Duas coisas na entrevista de [Leônidas](#) não condiziam com a realidade. Uma tinha importância menor: quem vetou a publicação do livro foi [Sarney](#). A outra, embora irrelevante, era curiosa: a obra não foi batizada de *Livro branco*. Seu nome aliás — o terceiro nome — remetia ao contrário do que afirmara o general. Talvez por considerarem que *As tentativas de tomada do poder* não era lá um título muito atrativo, os guardiões do *Orvil* trocaram-no posteriormente por um mais dramático: *O livro negro do terrorismo no Brasil*. Noves fora o detalhe, fosse com a alcunha que fosse — *Orvil*, *As tentativas de tomada do poder*, *Livro branco* ou *O livro negro do terrorismo no Brasil* —, o que importava era que a obra do CIE continuava sendo um livro secreto.

Passaram-se cinco anos da entrevista de [Leônidas](#) sem que se soubessem mais notícias do *Orvil*. O Ternuma não voltou a publicar novos trechos do livro em seu site, e a imprensa por sua vez perdeu o rastro da pauta.

Em 2005, como que para celebrar os 20 anos do início do projeto *Orvil*, uma nova edição da obra apareceu no subterrâneo onde ela habitava. O manuscrito foi encadernado em capa dura, de cor preta, com o novo título — *O livro negro do terrorismo no Brasil* — em letras douradas. A diferenciar os dois tomos, as indicações “Vol. I” e “Vol. II”, também em dourado. Nem uma vírgula do texto original foi modificada. O formato, o layout e o planejamento gráfico da obra também permaneceram os mesmos. Houve, contudo, acréscimos importantes. O livro ganhou um providencial índice onomástico, que permitia a seus poucos e exclusivos leitores identificar, com facilidade, as páginas em que cada um dos mais de 1.700 “subversivos” eram citados. Ao lado do nome, a lista trazia a organização (ou as organizações) a que pertenceram e, quando era o caso, o(s) codinome(s) que usaram na clandestinidade. Elaborado sem a ajuda de softwares próprios, comuns nas

grandes editoras, o índice onomástico do *Orvil* tinha muitas falhas. Ainda que imperfeito, o luxo — que acrescentou um apêndice de 47 páginas ao manuscrito original — solucionou a maior deficiência da primeira versão.

A nova edição do *Orvil* também recebeu, na sua abertura, uma caixinha com os dados internacionais de catalogação, como se fora uma obra regular, encontrada em qualquer biblioteca ou livraria. Obedecendo aos padrões adotados pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), no espaço reservado à indicação das áreas de interesse, fizeram-se constar três temas: “Comunismo —Brasil—História”, “Terrorismo—Brasil—História” e “Brasil—Política e governo, 1964-1975”. Difícil mesmo foi atender à norma que manda indicar na obra o nome do autor. Num exercício de malabarismo, o responsável pela segunda edição conseguiu ao mesmo tempo cumprir a exigência bibliográfica e preservar o segredo do CIE. Para isso, tascou no campo reservado ao autor um enigmático “Grupo de pesquisadores anônimos”. Por fim, a versão de gala do *Orvil* ganhou um texto de apresentação que atestava que a obra que o leitor tinha em mãos era uma reprodução fiel do original:

Este compêndio é cópia de um alentado trabalho realizado por um pequeno grupo de pesquisadores. O texto original ficou pronto em 1988 e permanece inédito até os dias de hoje.

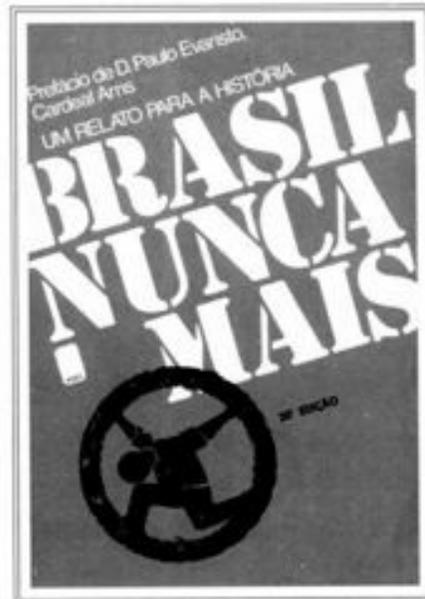
O autor do novo prefácio e também do índice onomástico — que assinava S. A. A. C. — observou que o livro era “muito fiel à verdade histórica”. Frisou contudo que apesar de importante, e agora embelezado, o *Orvil* deveria permanecer com acesso restrito a um círculo fechado:

[...] Julguei que não poderia mantê-lo mais na estante como documento de eventuais consultas. Não pensei em publicá-lo, mas em colocá-lo disponível em outras prateleiras para o pesquisador imediato ou futuro.

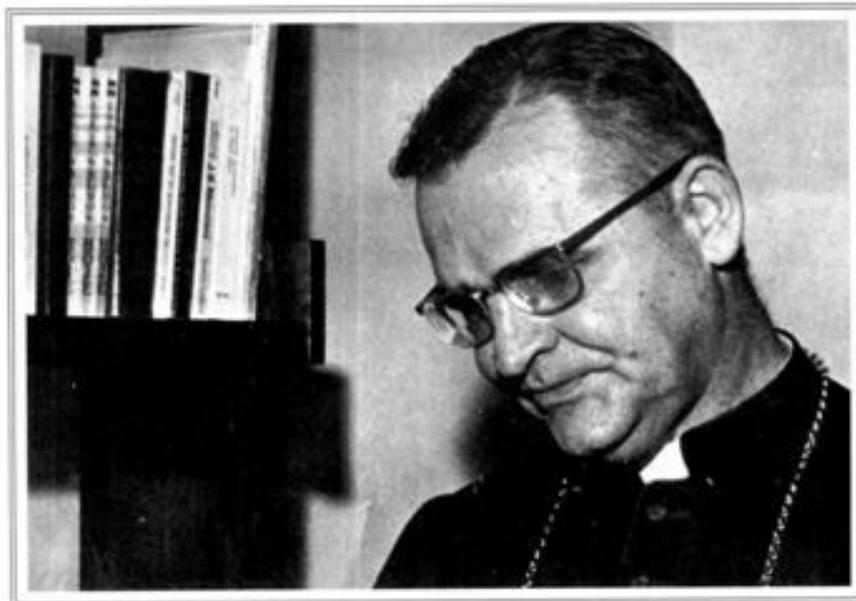
Afora ter cometido um pequeno engano em relação à data da conclusão

do *Orvil*, final de 1987, o editor anônimo prestou um grande serviço ao formatar o livro secreto do Exército. Era o general [Sergio Augusto de Avellar Coutinho](#), um dos guardiões do livro secreto. Com os acréscimos feitos por ele, o *Orvil* estava pronto para sair das sombras. E isso aconteceria antes que o general imaginava.

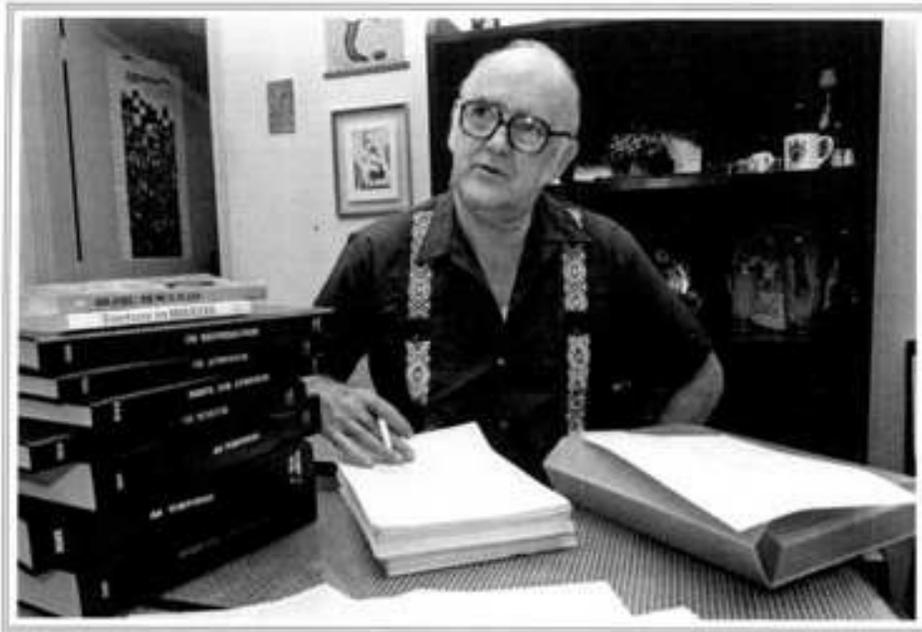
Brasil: Nunca Mais e seus personagens



Capa do Brasil: Nunca Mais



D. Paulo Evaristo Arns: "ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus"



Jaime Wright, na época do lançamento do BMM "bispo auxiliar" do cardeal Arns que trazia clandestinamente o "chocolate" da Suíça



Duas décadas depois de coordenar o núcleo paulista do BMM, Paulo de Tarso Vannuchi virou ministro dos Direitos Humanos

Orvil e seus personagens



Os dois volumes do *Orvil*,
na versão de 2005, com o título
O livro negro do terrorismo no Brasil



General Leônidas Pires Gonçalves (esq.) e o presidente José Sarney, em 1989: um queria guerra; o outro perseguia a estabilidade



Agnaldo Del Nero, a "mãe" do Orvil



Carlos Alberto Brilhante Ustra com seu livro *Rompendo o silêncio* em 1986, um ano após o lançamento do *BMM olho por olho*

A história segundo o *Orvil*

Eventos históricos na ótica do livro secreto do Exército



Golpe militar Soldados do Exército e da PM em abril de 1964, em local não identificado: "revolução democrática"



Tortura Ex-priso político mostra, em 1970, como foi torturado no pau de arara, em foto censurada na época: "farsa plantada pela esquerda"



Repressão Policial avança sobre estudante em Ribeirão Preto, em 1966: "guerra contra o comunismo"



Desaparecidos políticos Exército faz prisioneiro em 1965: "todos os subversivos presos (...) permaneceram vivos e foram postos em liberdade"



AI-5 Estudante é preso em São Paulo, em 1968, às vésperas do fechamento do regime: "O caminho das pedras" para remoção das "pedras do caminho"



Censura Walmor Chagas (de óculos, com cartaz), Caio de Becker, Odete Lara, Paulo Autran e Tônia Carrero em 1968: "artistas forjados nos bares de Ipanema"

Movimento estudantil

Cortejo com o corpo do
estudante Edson Luis,
morto pela PM do Rio
em 1966: "baderna"



Congresso da UNE de 1968

Estudantes presos
em Ibiúna: "drogas,
bebidas alcoólicas e
grande quantidade de
preservativos já
utilizados"



Movimento Comunista Internacional

Prisão de "guerrilheiros"
em Foz de Iguaçu, em
1965: "mão peluda de
Havana, Pequim e Moscou"





Sequestro de diplomatas Charles Eibrick (esq.), ferido na testa, e um de seus raptores, Fernando Gabeira:
"terceira tentativa de tomada do poder"



Negociação com sequestradores Prisioneiros políticos trocados pelo embaixador Giovanni Buchet:
"respeito aos direitos humanos sem aspas"



Assassinato de Vladimir Herzog

O corpo do jornalista no DOI-Codi de São

Paulo: "suicídio lamentável"



Diretas-Já Manifestação pela eleição direta para presidente, em Belo Horizonte, 1964:

"quarta tentativa de tomada do poder"

Personagens 1

Os "subversivos" do *Orvil*



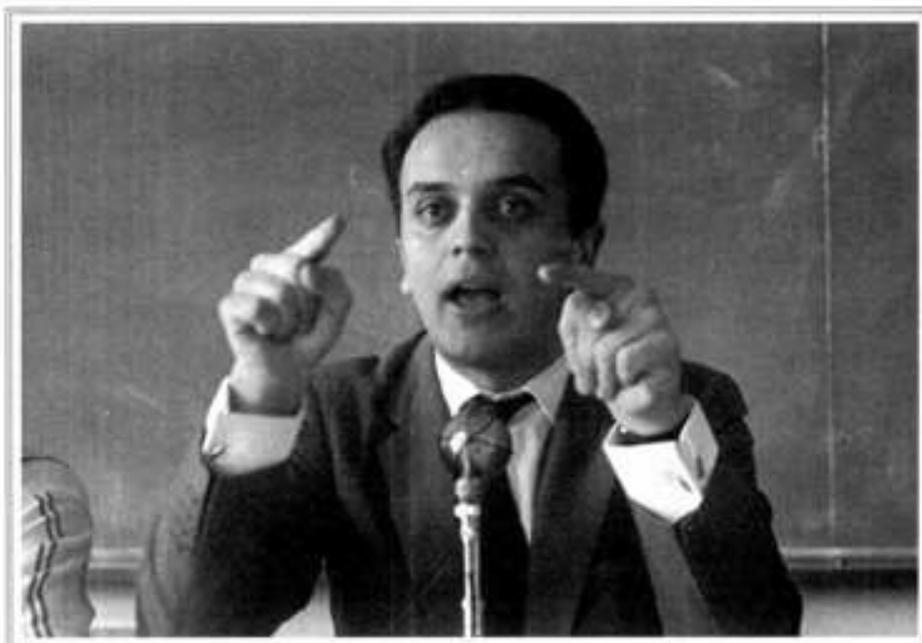
Chico Buarque: "sempre insuflando os outros"



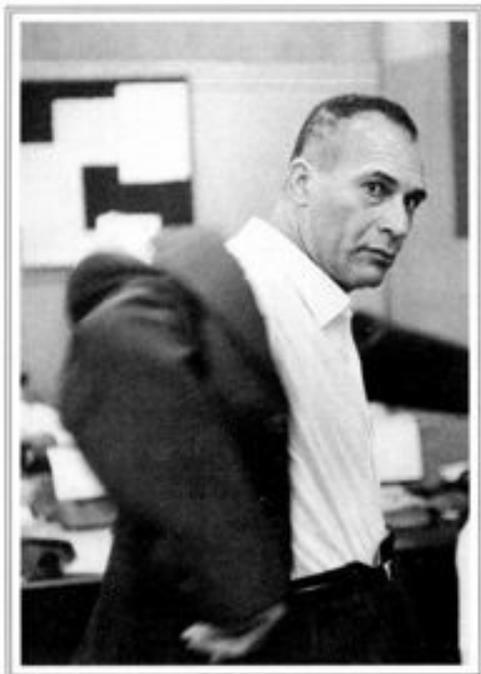
Antonio Callado: "agente" da operação comunista de Cuba



Fernando Henrique Cardoso: "inspiração" para "subversivos"



José Serra, em 1963: para o *Onix* ele era um "ativo pombo correio" de uma frente criada no exterior para donegrir a imagem do Brasil



Carlos Marighella em 1965 e, quatro anos depois, morto pela equipe do delegado Fleury; "maior inspirador do terror"



As relações constantes desta relação com pessoas
 de importância e participação de atividades, assim como
 a outros estabelecimentos, a Turma de crimes de F.
 O D.P.C. e as autoridades federais estão se
 dando atenção na prisão dessa elemento, que não se
 trata de mais crimes.

LAMARCA - vulgo "CÔCO",
 filho de Antônio Lamarca, natural do
 de Jacaré, nascido a 17/10/1937,
 profissão de Fabricante, título de elei-
 ção nº 37.157, de 1/6/1940. - Branco, m
 1,70 de altura, cinco dentes de
 extração natural superior e inferior at
 140.

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES
 1º. Membro do conselho
 do Instituto de Instrução
 Cultural.

RAMOS RODRIGUES - vulgo "Batieta"
 filho de Jorge Rodrigues e Dorilene
 Brígida, natural de Assaré, SP., na-
 do a 1/11/1941, casado, ex-mergulhador
 profissional.

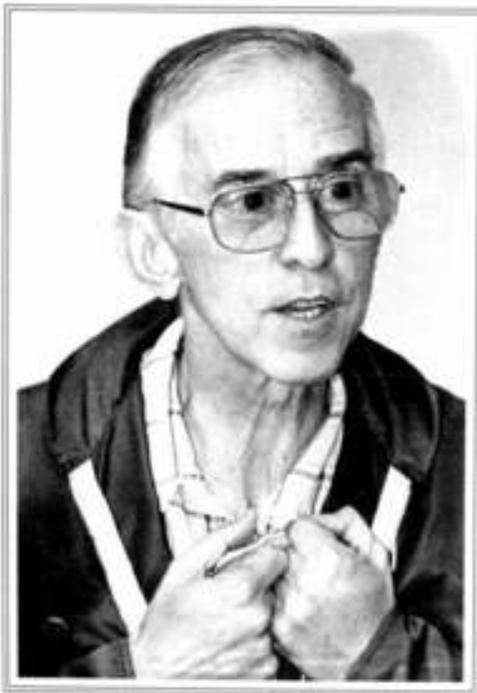
PARTICIPAÇÃO:

Lamarca na lista de "procurados" de 1969,
 e, dois anos depois, abatido pela repressão:
 exibicionista "compulsivo" de inteligência
 nada brilhante





Frades dominicanos de São Paulo (assinado com um círculo, Frei Bettó); o Orvil dedicou dois capítulos aos religiosos



D. Pedro Casaldàliga: "falsos relatos" no exterior de tortura e extermínio de presos políticos no Brasil



Estudantes correm da polícia, em 1966, na capital mineira: o motor da guerra revolucionária



José Dirceu, de camisa listrada, entre presos políticos trocados por Elbrick: desimportante para a esquerda revolucionária



Menina assiste a comício de Lula em 1989, na primeira tentativa do PT de chegar ao poder: partido seria incubadora de terroristas



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nome: FERNANDO DA MATTA PIMENTEL

Filiação: Miguel Pimentel

Naturalidade: Belo Horizonte - BH.

Data do nasc.: 31 / MAR. / 1951

Residência:

Observações: COLINA - Ex-estudante, mineiro, profissional da subversão, uma vez que é mantido por ela. Anteriormente, pertenceu, já no RGS, a VAR=P., com o codinome de CHICO. Na VAR=P., "JORGE" foi um dos que as-



Ficha do Dops do "profissional da subversão" Fernando Pimentel: três décadas depois, prefeito de Belo Horizonte

Nome.....:- DILMA VANA ROUSSEFF LINGHARES
(STELA)

Filiações- Pai...:- Pedro Rousseff

Mãe...:- Dilma Rousseff

Data nascimento...:- 14 de dezembro 1947

Naturalidade.....:- Belo Horizonte - MG =

Estado Civil.....:- Casada

Profissão.....:- Estudante - FACE/UFPA -

Cutis.....:-

Olhos.....:-

Residência.....:- Av. João Pinheiro, 85, Aptº 1001

Data da identificação:-

Nº Registro:-



Ficha do Dops de Dilma Rousseff: a "papisa da subversão" virou a ministra mais forte do governo Lula

Personagens 2

Os heróis do *Orvil*



General Arthur da Costa e Silva: "reencontro" do país "com o estado de direito"



General Emilio Garrastazu Médici: "tom franco" que "abriu esperanças" no Brasil



Delegado Sérgio Paranhos Fleury visita colega ferido no cerco a Marighella: "incansável lutador contra o terrorismo"



Militares à paisana dissolvem manifestação no Rio, em 1966: "desprendimento, abnegação e heroísmo"

Guerrilha do Araguaia



Soldados do Exército em treinamento antiguerrilha no Araguaia, em dezembro de 1970; no mesmo local, um ano e meio depois, começaria a matança



José Genório, o guerrilheiro Geraltão, preso pelos militares no Araguaia, em 1972



Sargento Mário Ibrahim da Silva: "herói" que o Exército escondeu



Soldados do Exército fazem treinamento antiguerrilha na região do Araguaia, em 1970

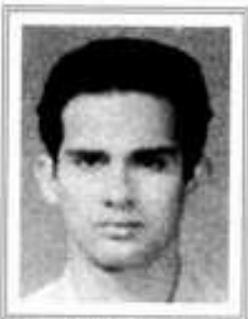


Alcely Gomes da Silva

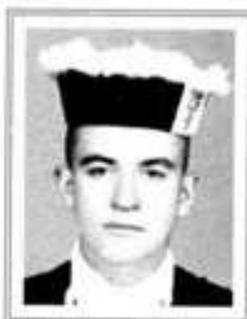
MORTOS QUE
O EXÉRCITO
ESCONDEU E O
ORVIL ASSUMIU



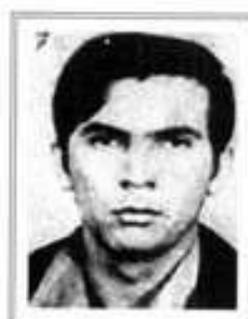
André Grabois



Antônio Carlos Monteiro Teixeira



Antônio dos Três Reis Oliveira



Bergson Gurjilo Farias



Ciro Flávio Salazar de Oliveira



Francisco José de Oliveira



João Guariberto Calatrone



Divino Ferreira de Souza



Boanerges de Souza Massa

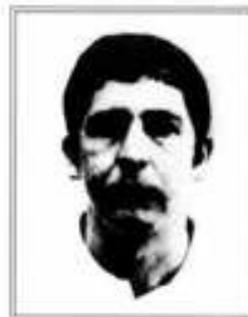


Helena Resende de Souza Nazzari

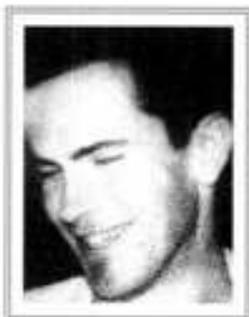


Italo Soares Aranha Filho

MORTOS QUE
O EXÉRCITO
ESCONDEU E O
ORVIL ASSUMIU



Jevá Assis Gomes



João Carlos Haas Sobrinho



Joelson Crispim



José Toledo de Oliveira



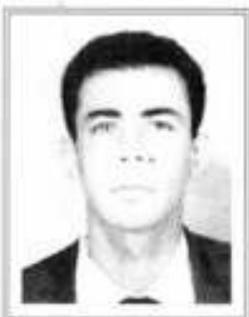
Kleber Lemos da Silva



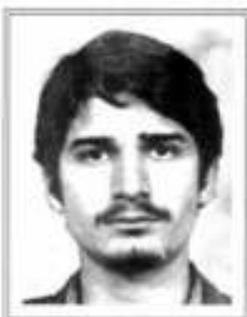
Maria Lúcia Petit da Silva



Miguel Pereira dos Santos



Manoel José Nurchis



Ruy Carlos Vieira Berbert



Wálio José de Mattos

Vitimas da guerrilha



Capitão dos EUA Charles Chandler, morto pela guerrilha em 1968, sob a acusação (nunca comprovada) de que era agente da CIA



Henning Bollesen, assassinado pela guerrilha em 1971: a esquerda dizia que ele patrocinava a Ogan (verdade) e que era espião da CIA (mentira)

CAPÍTULO 4

“Ah, este aqui você vai gostar”

A primeira vez que ouvi falar no *Orvil* foi em 1998, quando iniciei as pesquisas do meu livro *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Uma de minhas fontes, um ex-torturador que trabalhara na comunidade de informações, me contou sobre a existência da obra. Era um homem bem informado, que tinha acesso privilegiado a documentos e segredos militares. Apesar de nunca ter visto o manuscrito, ele sabia um bom pedaço da sua história.

Interessado em enriquecer minha pesquisa, passei a perseguir o *Orvil*. Todas as tentativas de obter o livro secreto, porém, deram em nada. Após sete anos de busca, meu prazo terminou. Em 2005, publiquei *Ministério do silêncio*, e nele, em três singelos parágrafos (179 palavras), mencionei a existência do manuscrito do CIE — o qual, induzido a erro pela entrevista do general Leônidas à revista *Época*, chamei de *Livro branco*. Escrevi: “O livro deveria ter sido editado para esclarecer a sociedade sobre ‘a verdadeira história’ do regime militar, mas inexplicavelmente nunca foi levado ao prelo”. Anotei também que *Rompendo o silêncio*, do coronel *Ustra*, era “espantosamente parecido” com o projeto do CIE. E que o Ternuma era a

entidade “guardiã do *Livro branco*”. Por fim, concluí: “A comunidade de informações já não matava, como nos Anos de Chumbo, mas continuava tentando sequestrar a história”.

Dois anos se passaram até que um dia, visitando uma fonte da área militar, eu me vi diante da estante de livros de sua casa. O acervo era composto basicamente de obras de temas militares: Guerra do Paraguai, inteligência, doutrina, depoimentos sobre o regime militar, Guerrilha do Araguaia etc. Lá estavam os livros dos coronéis [Ustra](#) e [Madruga](#), as obras dos generais [Del Nero](#) e [Coutinho](#), enfim de toda a turma. Notando meu interesse pela pequena biblioteca, minha fonte começou a me mostrar os livros. Pegava um, fazia comentários e o entregava a mim. Pegava outro, dizia algo sobre o autor ou sobre a obra e o passava adiante — e assim fomos passeando pelo cabedal. Quando eu já estava com uma pilha de livros nos braços, ele disse: “Ah, este aqui você vai gostar”, alcançando no alto da estante dois grossos volumes de capa preta. Era o *Orvil*.

Ao contrário do que fizera com os outros, a fonte não entrou em detalhes sobre o livro. Ao entregá-lo, disse apenas que nele estava escrita “a verdade”. Não sei se ele imaginava que eu tinha conhecimento da existência do *Orvil*. Eu sabia que ele lera *Ministério do silêncio*, mas será que se lembraria da rápida menção à obra do CIE? Embora minha vontade fosse sair gritando pela rua, achei melhor não fazer nenhum comentário mais profundo, limitando-me a um burocrático “parece interessante...”. Com o *Orvil* ainda nas mãos, pedi então a minha fonte que, entre as obras que ele se dispusera a emprestar, que incluísse aqueles dois volumes intitulados *O livro negro do terrorismo no Brasil* — era a segunda edição, aperfeiçoada pelo general [Coutinho](#). A fonte recuou. Sem explicar o porquê, disse que aquele livro ele não podia emprestar. Falou apenas que eu poderia voltar à sua casa quantas vezes quisesse para consultar a obra, mas levá-la eu não podia. Julguei que o melhor naquele momento era não discutir sua decisão. Peguei os outros livros que ele me cedera, agradei e fui embora.

Esperei uma semana e então telefonei para a fonte. Conversamos sobre vários assuntos até que entrei no tema que realmente me interessava:

— E aquele livro de capa preta que você me mostrou? Queria dar mais uma olhada nele. Posso ir até aí?

Não era um bom momento. Ele tinha um compromisso agendado dentro de poucas horas e ficaria fora a tarde toda. Contudo, a fonte não queria parecer deselegante:

— Olha, passa aqui agora e pega o livro. Depois você o devolve.

Vinte anos depois de escrito, o *Orvil* furava o cerco.

Voltei à redação do jornal em que trabalhava com uma dúvida na cabeça: o manuscrito era autêntico? Encontrei no site dos guardiões do *Orvil* o primeiro indício de que o que eu tinha em mãos era sim um exemplar verdadeiro do livro secreto. De forma idêntica ou adaptada, o manuscrito abarcava as 40 páginas divulgadas, sete anos antes, no site do Ternuma. Para obter uma contraprova, entrei em contato com pessoas que figuravam como personagens do livro, como os professores [Daniel Aarão Reis Filho](#) e [Cid Queiroz Benjamin](#), o engenheiro [Maurício Paiva](#) e o frei dominicano [Oswaldo Resende Júnior](#). Mostrei-lhes passagens do texto em que eram citados e pedi que as avaliassem. Todos sem exceção apontaram erros e manipulações, mas confirmaram a veracidade de inúmeros detalhes que até então não eram de conhecimento público. Frei Oswaldo, por exemplo, se surpreendeu ao saber que o Exército tinha informações minuciosas sobre uma reunião da ALN realizada em Roma, em 1971, na qual se discutiu o racha vivido pela organização. Já [Cid Queiroz Benjamin](#), que participara do sequestro do embaixador norte-americano [Charles Elbrick](#), observou que, apesar de alguns pequenos erros, o livro descrevia pormenores da ação, como a cor dos veículos dos guerrilheiros e as senhas usadas nos contatos por

telefone. “Só faltou dizer qual era a cor das nossas camisas”, afirmou. “As informações contidas no livro sem dúvida foram tiradas dos arquivos do DOI-Codi”, deduziu em seguida. [Maurício Paiva](#), ex-integrante do Colina, também foi categórico: “Há mentiras e erros no livro, mas fica claro que ele foi construído através do entrelaçamento de depoimentos de presos políticos, documentos da repressão e documentos das organizações de esquerda.”

Eu já tinha uma prova circunstancial (o site do Ternuma) e quatro provas testemunhais (os depoimentos). Faltava uma prova documental. Graças ao jornalista [Eumano Silva](#), que cedeu de seu acervo pessoal cópias de antigos documentos confidenciais do Exército, acabei obtendo não uma, mas três provas definitivas da autenticidade do manuscrito. Trechos dos originais que eu tinha em mãos eram adaptações ou mesmo cópias literais de documentos sigilosos da força terrestre. Uma amostra: nas páginas 721 e 722 do livro secreto, referentes ao combate à Guerrilha do Araguaia, lia-se:

A localidade de Santa Cruz, por exemplo, dista 600 quilômetros da sede do município, em Conceição do Araguaia, e a única ligação existente entre elas é o rio, demorando a viagem entre uma localidade e outra uma média de 5 dias.

Texto praticamente idêntico aparece em documento do Ministério do Exército de 30 de outubro de 1972, classificado como secreto:

A localidade de Santa Cruz dista 600 quilômetros da sede do município em Conceição do Araguaia e a viagem pelo rio, único meio de ligação, demora da ordem [sic] de 5 dias.

Havia mais. As cinco páginas do *Orvil* (778 a 782) que abordavam a operação de infiltração de agentes do serviço secreto do Exército no Araguaia, em 1973, feita com o objetivo de colher informações sobre a guerrilha, foram retiradas do documento S/104 do CIE, de 24 de maio de 1974, denominado “Relatório da operação de informações realizada pelo CIE no Sudoeste do

Pará — Operação Sucuri”.

Por fim, havia o episódio do interrogatório do militante do PCdoB [Pedro Albuquerque Neto](#), preso em fevereiro de 1972 após abandonar a Guerrilha do Araguaia. O relato do *Orvil* sobre as informações fornecidas por Pedro (páginas 713 a 715) bate em cinco pontos com um documento confidencial da Polícia Federal (código 166/SI/DR/CE/72) enviado ao Exército em março de 1972. Os dados coincidentes eram:

- 1) Pedro fora recrutado por uma “pessoa de nome André”;
- 2) Encontrara-se no Rio de Janeiro com “uma pessoa de nome Paulo”;
- 3) Tivera contatos em São Paulo com dirigentes do PCdoB;
- 4) Recebera a missão de se instalar no município de Conceição do Araguaia (PA) numa área denominada Cigana;
- 5) Abandonara a guerrilha em junho de 1971, tendo supostamente se apropriado de 30 mil cruzeiros do partido.

Não havia dúvida. O livro que eu tinha em mãos era o *Orvil*. E de fato ele continha uma verdade surpreendente: a confissão de que o Exército matara e se apoderara dos corpos de militantes de esquerda que figuravam nas listas de desaparecidos políticos.

CAPÍTULO 5

A confissão

Terminada a luta armada, em 1974, as Forças Armadas passariam as três décadas e meia seguintes tentando esconder o que a repressão fizera com os 135 desaparecidos políticos. Onde eles morreram, quando, como? O que foi feito de seus corpos? Eram perguntas que os militares se negavam a responder aos parentes das vítimas (que nunca se cansaram de clamar pelos despojos mortais), à Justiça (que em duas ocasiões condenou a União a abrir as informações sobre os desaparecidos) e ao próprio governo federal (que por duas vezes intimou formalmente as Forças Armadas a fazê-lo).

Em 1993, no governo Itamar Franco, quando fazia apenas cinco anos que o *Orvil* fora engavetado, o então ministro da Justiça, [Maurício Corrêa](#), requereu oficialmente ao Exército que disponibilizasse os dados de que dispunha sobre os 59 guerrilheiros do PCdoB mortos no Araguaia. O general [Zenildo Lucena](#), que comandava o Ministério do Exército na época, repassou o pedido ao CIE e, dias depois, recebeu de volta os relatórios referentes a cada caso. Satisfeito com o trabalho do seu serviço secreto, Zenildo juntou todo o material e mandou para o Ministério da Justiça. A verdade, contudo, havia sido expurgada daqueles papéis. “As respostas fornecidas eram totalmente

evasivas”, lembraria o ex-ministro Maurício Corrêa uma década e meia depois. “Não havia nada de concreto. Eram basicamente notícias retiradas de jornais. Não diziam quem tinha feito o quê.”

Em 1995, o Congresso aprovou e o presidente [Fernando Henrique](#) sancionou a lei número 9.140/95, que criava a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, encarregada de julgar a responsabilidade do Estado sobre a morte de militantes políticos e, na medida do possível, localizar corpos de desaparecidos. Mais uma vez, o Exército foi exortado a fornecer os dados que possuía sobre o tema, e mais uma vez sonegou as informações que poderiam botar um ponto final em dezenas de casos de desaparecidos.

Se o *Orvil* fosse público na época, os parentes das vítimas, a Justiça e o governo federal veriam que o Exército sabia muito mais do que dizia. Ao relatar os últimos momentos de duas dezenas de vítimas da repressão, o livro secreto fugia ao padrão não-sei-não-vi da força terrestre e, pela primeira vez, com todas as letras, reconhecia que aquelas pessoas estavam mortas. Na maioria dos casos, o *Orvil* fornecia versões maquiadas em relação ao que de fato acontecera, transformando execuções de guerrilheiros desarmados (ou até mesmo presos) em batalhas duríssimas em que militares teriam matado para não morrer. Em meio às mentiras, contudo, o CIE revelava segredos até então guardados a sete chaves, como os locais e as datas das mortes e as unidades militares a que pertenciam os executores. Reconhecia ainda que a repressão — ou o próprio Exército — tivera os corpos sob seus cuidados. Assim, fosse por intermédio de verdades ou de mentiras, o *Orvil* era a prova de que o Exército não só sabia que aqueles guerrilheiros estavam mortos como conhecia o destino dado aos corpos. O livro secreto era a evidência material de que a força terrestre ocultava, além de ossos, uma parte da história do Brasil.

O rio Araguaia nasce no centro do país, na divisa de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dali, com suas águas turvas e densas, serpenteia em direção ao norte formando ilhas, cachoeiras, corredeiras e canhões. Sua presença é monumental — depois de Xambioá, no Pará, o rio atinge a largura de mil metros —, seus peixes são muitos e sua beleza, moldurada pela mata densa, é selvagem. Depois de escorrer por 2.200 quilômetros, o Araguaia desemboca no Tocantins, marcando com água a divisa dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins e, de quebra, moldando o mapa nacional com a forma de uma cabeça de falcão. Por um singelo equívoco, a região é chamada Bico do Papagaio. Em meados da década de 1960 e início dos anos 1970, aquele pedaço de Brasil era uma terra sem lei e sem Estado, com poucas gentes e muita miséria. Malária e leishmaniose eram endêmicas, e não havia água tratada ou esgoto. As precárias condições de vida matavam tanto quanto os violentos conflitos fundiários.

O PCdoB — obedecendo aos ensinamentos de [Mao Tsé-tung](#), que dizia que lugar de revolução é no campo — acreditava que, se a onda comunista um dia se alastrasse pelo país, seu epicentro seria no Araguaia. Em vez de se desgastar com assaltos a banco e outras ações de guerrilha urbana, o partido guardou forças para a guerrilha rural. Chegou mesmo a enviar alguns de seus integrantes às academias militares da China e da Albânia, a fim de que se tornassem verdadeiros “soldados do povo”. O PCdoB não foi a única organização de esquerda a tentar estabelecer um foco guerrilheiro na região do Araguaia, mas foi a única que conseguiu. Numa data incerta entre o final de 1966 e início de 1967, o partido enviou à sonhada *sierra Maestra* brasileira um de seus militantes mais aguerridos: [Oswaldo Orlando da Costa](#), o *Osvaldão*, um negro retinto, reforçado, ex-campeão de boxe pelo Botafogo, 1,98 metro de altura. Depois dele, foram outros, sempre na moita, fazendo-se passar por garimpeiros, caçadores, lavradores, tropeiros, pequenos comerciantes etc. Além de tocar a vida miúda da gente do Araguaia, os guerrilheiros faziam treinamento (precário), estocavam remédios

(insuficientes), comida (pouca) e armas (menos ainda) à espera do dia em que a cúpula do PCdoB daria o sinal verde para a campanha de proselitismo, que abriria o caminho para a revolta armada. Antes que uma coisa e outra acontecessem, porém, os guerrilheiros foram forçados a entrar no teatro de guerra.

No início de 1972, o Exército descobriu que o PCdoB fincara no chão do Araguaia a bandeira vermelha com a foice e o martelo. Naquele momento, a guerrilha contava com 69 integrantes e 17 colonos cooptados, que divididos em três destacamentos (chamados A, B e C) se espalhavam por uma área de 7.000 quilômetros quadrados. À exceção de alguns sessentões, como [Maurício Grabois](#) e [Francisco Manoel Chaves](#), os guerrilheiros eram jovens, com a média de idade de 27 anos. A maioria era estudante universitário (44%) ou secundarista (8%). Minúsculo, inexperiente e sem estrutura, o grupo parecia um alvo fácil de ser derrotado. Não foi.

Nos primeiros dias de abril de 1972, sob o comando do Exército, as Forças Armadas despejaram no Araguaia aproximadamente 2.000 homens — cem eram do CIE — na maior mobilização militar desde a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra. A incursão foi um fracasso. Formada majoritariamente por recrutas com treinamento zero em guerra de guerrilha, a tropa se movia lenta e espalhafatosamente, ao contrário dos guerrilheiros, silenciosos e ágeis. Mesmo estando em desvantagem numérica da ordem de 29 militares para cada comunista, a guerrilha abateu um cabo e um soldado e perdeu apenas seis integrantes (quatro militantes do PCdoB e dois simpatizantes locais). O *Orvil* tinha uma versão para a queda de quatro guerrilheiros:

[Bergson Gurjão Farias](#)

Por causa de sua militância na política estudantil, aos 22 anos de idade este fortalezense de olhos profundos foi condenado a dois anos de prisão pela

Justiça Militar. Decidido a não se entregar, abandonou o curso de química na Universidade Federal do Ceará e tomou o rumo do Araguaia. Segundo depoimentos de seus companheiros, Bergson foi ferido com uma rajada de metralhadora numa emboscada. Levado para uma unidade militar, foi torturado e assassinado a golpes de baioneta. Ele é o primeiro desaparecido político do Araguaia — o *Brasil: Nunca Mais* denunciou o suplício de Bergson. O Exército nunca reconheceu ter atuado na sua morte e muito menos deu qualquer informação sobre a localização do corpo. O *Orvil*, porém, na página 720, fazia a confissão pela força terrestre:

Em junho [de 1972], começando a rarear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região do Caiano. Dele resultou ferido um tenente para-quedista, sendo morto Bergson Gurjão de Farias (*Jorge*).

Maria Lúcia Petit da Silva

Em 1969, aos 19 anos, Maria Lúcia passou num concurso para professora primária e começou a dar aulas numa escola em Vila Nova Cachoeirinha, no subúrbio de São Paulo. Um ano depois, já era *Maria*, guerrilheira disfarçada de lavradora no Araguaia, onde continuava ensinando crianças. Ela foi morta numa cilada quando buscava mantimentos encomendados a um morador, João Coioió, que a traiu. (Dois dos irmãos de Maria Lúcia — Jaime e Lúcio Petit — também tombaram no Araguaia.) O corpo da guerrilheira ficou desaparecido por 19 anos. Em 1991, por esforço da família Petit da Silva e da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, os restos mortais de Maria Lúcia foram localizados em um cemitério de Xambioá. O Exército nunca admitiu que a matara. Sobre o fato, na página 720, o *Orvil* dizia o seguinte:

No dia 16 [de junho de 1972], esse destacamento [C] sofreria outra baixa com a

morte de [Maria Lúcia Petit da Silva](#) (*Maria*) em choque com as forças legais.

[Kleber Lemos da Silva](#)

No Rio de Janeiro, Kleber era economista. No Araguaia, era *Carlito*, guerrilheiro do destacamento B. Testemunhas contam que, em junho de 1972, ele caiu doente com leishmaniose e não conseguiu mais acompanhar seus companheiros nas incursões pela mata. Encontrava-se só, num acampamento improvisado em um castanhal, quando foi descoberto por um *bate-pau* (morador da região que trabalhava como guia do Exército). Kleber foi ferido no ombro e levado para Xambioá, no lombo de um burro. No caminho, gritava “abaixo a ditadura!” e “viva a liberdade!”. Depois disso, não mais foi visto.

O pai de Kleber, [Norival Euphrosino da Silva](#), nunca desistiu de encontrar o filho. Ainda na ditadura, escreveu diversas cartas ao governo, sendo a última delas em 1984, pedindo apenas para que fosse esclarecido se seu filho se encontrava preso ou morto. Não obteve uma resposta. Vinte e um anos depois do desaparecimento do guerrilheiro, o Exército finalmente se pronunciou sobre o caso — e mentiu. No relatório enviado ao Ministério da Justiça, a força terrestre afirmou que Kleber morreria “no dia 29 janeiro de 1972 em confronto com uma patrulha”. Falso. Naquela data, os combates no Araguaia ainda não haviam começado. Sobre o destino dado ao corpo, o Exército alegou que ele fora “sepultado na selva, sem que se possa precisar o exato local”. Outra mentira. A página 720 do *Orvil* era a prova de que Kleber foi morto depois de preso:

No dia 26 [de junho de 1972], foi preso, após ser ferido no ombro, o subversivo [Kleber Lemos da Silva](#) (*Carlito*). Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos. No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde, apesar de ferido, conseguiu fugir.

A improvável fuga de um preso ferido — versão fartamente usada na ditadura para encobrir o assassinato de prisioneiros —, numa mata cercada por soldados, reforça o indício de que as forças legais mataram o guerrilheiro e sumiram com seu corpo.

Idalísio Soares Aranha Filho

Idalísio era casado com [Walquíria Afonso Costa](#). Ambos tinham 23 anos quando, em janeiro de 1971, largaram os respectivos cursos de psicologia e pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais e abraçaram a vida da guerrilha. No Araguaia, eram *Aparício* e *Vera*. Em julho de 1972, o grupo de Idalísio topou com uma patrulha do Exército numa região chamada Grota Vermelha. Voou tiro de um lado e de outro, e ao final da escaramuça as forças legais se deram melhor: um guerrilheiro saiu ferido. Os comunistas se embrenharam na mata e conseguiram fugir. Ficaram horas escondidos, esperando os militares desistirem de caçá-los, até que bateu a fome. Idalísio então resolveu caçar, mas afastou-se demais e, sem conhecer a região, perdeu-se. Acabou dando numa quebrada conhecida como Perdidos, onde pediu ajuda a um morador. Foi alimentado e depois levado para um barraco no meio da mata, que deveria servir-lhe de esconderijo, mas que na verdade foi seu alçapão. Dias depois, soldados do Exército cercaram a choça, e Idalísio se viu novamente no meio de um tiroteio. O guerrilheiro descarregou seu revólver na tropa e, quando tentava recarregá-lo, foi morto. Não se sabe o que foi feito do corpo. ([Walquíria](#), sua mulher, foi morta dois anos depois.)

Na única vez em que o Exército se pronunciou sobre o caso de Idalísio, em 1993, faltou com a verdade. “Em jul./73, encontrando-se foragido, foi processado e condenado à revelia, a pena de dois anos de reclusão”, dizia relatório oficial do CIE encaminhado ao Ministério da Justiça. O *Orvil* — produzido seis anos antes do relatório — era mais preciso. Na página 720, o livro secreto assumia que o guerrilheiro fora morto em combate um ano antes

de ser julgado à revelia. O *Orvil* informava ainda o local e a data do ocorrido:

Nesse mês [julho de 1972], no dia 13, num choque com as forças legais em Perdidos, foi morto o subversivo [Idalísio Soares Aranha Filho](#) (*Aparício*).

A primeira campanha militar no Araguaia durou até agosto e teve um desempenho pífilo. Depois de uma pequena pausa, a força terrestre aumentou o efetivo para cerca de 5.000 homens e, em setembro, voltou a adentrar na mata. Nessa segunda frente, os combates duraram apenas doze dias e resultaram na morte de oito guerrilheiros. O livro secreto tinha uma versão dos últimos momentos de cada um deles:

[Miguel Pereira dos Santos](#)

As condições em que este bancário de profissão e guerrilheiro diplomado na Academia Militar de Pequim tombou no Araguaia, aos 29 de idade, são desconhecidas até mesmo por seus companheiros. O Exército sempre fingiu saber pouco sobre ele. “Participou ativamente da Guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972”, dizia, de forma vaga, o relatório oficial da força terrestre. Já o *Orvil*, na página 724, era categórico:

Nesse dia [27 de setembro de 1972], o terrorista [Miguel Pereira dos Santos](#) (*Cazuza*), do destacamento C, foi morto numa emboscada, tendo seu acompanhante logrado fugir ileso.

[Antônio Carlos Monteiro Teixeira](#)

[José Toledo de Oliveira](#)

[Francisco Manoel Chaves](#)

[Antônio Carlos Monteiro Teixeira](#) foi para o Araguaia com sua mulher, Dinalva Oliveira. Ele abriu um mercadinho em Araganã (atual Estado do

Tocantins) e ficou conhecido como o *Antônio da Dina*. Nas horas vagas, o casal palmilhou a Serra das Andorinhas a mapear a região para o PCdoB — eles eram geólogos. Quando viraram caça, já tinham ido cada um para o seu lado — o amor chegara ao fim; mas ainda estavam juntos na guerrilha. De acordo com o diário de um integrante da guerrilha, Ângelo Arroyo, Antônio Carlos foi preso em combate, torturado e executado. O Exército nunca reconheceu que matara Antônio Carlos, admitindo apenas, de forma imprecisa, que “consta que teria morrido em combate na região de Xambioá”.

[José Toledo de Oliveira](#) era *Victor*, vice-comandante do destacamento C. Antes de aderir à guerrilha rural, ele fora preso e torturado pelo Cenimar por causa de sua militância no sindicato dos bancários do Rio. Chegou a responder a processo na Justiça Militar e foi absolvido. O Exército jamais se pronunciou sobre sua morte.

[Francisco Manoel Chaves](#) foi erroneamente identificado no *Orvil* como José Francisco Chaves — na verdade, *Zé Francisco* era seu codinome. Um dos integrantes mais velhos da guerrilha, ele participou das conspirações contra [Getúlio Vargas](#) em 1935. Ficou cinco anos preso e conviveu no presídio de Ilha Grande com [Graciliano Ramos](#), que o transformou em personagem de seu livro *Memórias do cárcere*. Mesmo sabendo como, quando e onde Francisco morreu, como deixava claro o *Orvil*, a força terrestre afirmou, no relatório enviado ao Ministério da Justiça, que não existiam registros que comprovassem tal fato.

As mortes de Antônio Carlos, José e Francisco são narradas nas páginas 724 e 725 do livro secreto:

No dia 29 [de setembro de 1972], um grupo de quatro ou cinco terroristas tentou emboscar um GC [grupo de combate] do 10º BC [batalhão de caça]. Os terroristas montaram uma emboscada numa capoeira. Percebida a ação, em razão dos ruídos produzidos pelos subversivos, foi montada uma contraemboscada, na qual morreram três terroristas: [Antônio Carlos Monteiro Teixeira \(Antônio\)](#), [José Toledo de Oliveira \(Victor\)](#) e José Francisco Chaves (*Zé Francisco*), além de possível ferimento de um ou

dois terroristas.

Helenira Resende de Souza Nazareth

Helenira passou a ser perseguida pela repressão no final da década de 1960 em função de sua militância no movimento estudantil — ela estudava letras na USP. Na primeira vez que foi presa, em 1967, pichava os muros da Universidade Mackenzie com a frase “Abaixo as leis da ditadura”. Foi detida novamente no ano seguinte quando convocava colegas para uma passeata. Na terceira vez, ainda em 1968, foi presa no célebre congresso da UNE em Ibiúna. Helenira ficou dois meses na cadeia, onde foi torturada. Não houve uma quarta vez. Libertada por um dos últimos *habeas corpus* concedidos antes que o AI-5 suspendesse o instrumento, Helenira caiu na clandestinidade, virou *Fátima* e se mandou para o Araguaia. Tinha 24 anos. Ângelo Arroyo relata em seu diário que, em setembro de 1972, a guerrilheira e outro militante do PCdoB foram surpreendidos por militares quando vigiavam um trecho da mata por onde passariam seus companheiros. Antes de ser alvejada por uma rajada de metralhadora, que a feriu na perna, Helenira teria matado um soldado com um tiro de espingarda calibre 16. Em seguida, ainda segundo Arroyo, ela foi presa, torturada e executada. O Exército nunca confirmou a prisão ou a morte. Negou até mesmo ter informações sobre a participação de Helenira na guerrilha. O livro secreto, porém, mostrava que a força terrestre fora acometida de amnésia. Na página 724, o CIE afirmava:

No dia 28 [de setembro de 1972], um grupo que realizava um patrulhamento quase caiu numa emboscada fatal. No entanto, falhou a arma ou fraquejou um dos terroristas e o grupo foi alertado. Como se tratasse de uma passagem perigosa, o grupo tinha exploradores evoluindo pela mata, os quais reagiram a tempo. O terrorista cuja arma falhara logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Tratava-se de [Helenira](#)

Resende de Souza Nazareth (*Fátima*), do destacamento A.

João Carlos Haas Sobrinho

Manoel José Nurchis

Ciro Flávio Salazar de Oliveira

O médico **João Carlos Haas Sobrinho** e o operário **Manoel José Nurchis** fizeram parte da leva de militantes que o PCdoB mandou para a China em meados da década de 1960. Já **Ciro Flávio Salazar de Oliveira**, estudante de arquitetura, teve seu estágio em guerrilha aqui mesmo no Brasil, nas ruas do Rio, onde participava de manifestações e incendiava carros de polícia. Os três desapareceram no Araguaia em setembro de 1972. O Exército jamais assumiu que fora responsável pela morte deles. No relatório de 1993, a força terrestre se limitou a afirmar que, ao participar da Guerrilha do Araguaia, **Ciro** “teria sido morto” e **João Carlos** “teria desaparecido”. Nada foi dito em relação ao caso de **Manoel**. Na página 725, o *Orvil* contava, com alguns detalhes, como eles morreram:

Ainda nesse dia [29 de setembro de 1972], um grupo de terroristas aproximou-se de um casario. Um deles foi visto no momento em que retrocedia, por um dos componentes de uma patrulha do 6º BC [batalhão de caça]. A patrulha empreendeu perseguição aos subversivos e no tiroteio travado acabou por matar três terroristas do grupo: **Ciro Flávio Salazar de Oliveira** (*Flávio*) e **Manoel José Nurchis** (*Gil*) do destacamento B e **João Carlos Haas Sobrinho** (*Juca*), da Comissão Militar, tendo, possivelmente, ferido outros terroristas que se embrenharam na mata.

Devido ao baixo rendimento da segunda campanha no Araguaia, as Forças Armadas decidiram se retirar da área para rever sua estratégia. Depois de uma trégua de um ano, os combates recomeçaram. Desta vez, o Exército abriu mão de tropas numerosas (e pouco experientes) e escalou uma unidade pequena especializada em guerra de guerrilha — 250 homens do CIE

apoiados na retaguarda por outros 500. Em dez meses, foram mortos 49 guerrilheiros. Quatro deles estavam no *Orvil*:

André Grabois

João Gualberto Calatrone

Divino Ferreira de Souza

Antônio Alfredo Campos

O tenente-coronel **Lício Maciel** — agente do CIE que combateu no Araguaia e que, três décadas depois, escreveu dois livros da série de subprodutos do *Orvil* — costuma classificar a terceira campanha contra a guerrilha do PCdoB como a “fase da paulada”. Ele comandou a missão em que morreram **André Grabois** (clandestino desde os 17 anos e filho do número um da guerrilha, **Maurício Grabois**), **João Gualberto Calatrone** (estudante secundarista do interior do Espírito Santo), **Divino Ferreira de Souza** (pequeno comerciante de Goiás) e **Antônio Alfredo Campos** (morador do Araguaia que se encantou com o sonho comunista e aderiu à guerrilha). Os quatro começaram a morrer no dia em que participaram de duas das ações mais ousadas da guerrilha: o incêndio de uma ponte na rodovia Transamazônica e o assalto ao posto da PM em São Domingos das Latas, no qual foram roubados seis fuzis, um revólver calibre 32, roupas e munição — o telhado da guarnição foi incendiado, e os policiais, deixados de cuecas. Desde então, o extermínio de André, João, Divino e Antônio se tornou prioridade do Exército. No dia 13 de outubro de 1973, o major Lício e seu grupo emboscaram os quatro guerrilheiros quando estes carregavam suas mochilas com a carne de dois porcos abatidos a tiros pouco antes. Surpreendidos, André, João e Antônio foram mortos no local. Ferido com um tiro nas costas, Divino foi levado para a *Casa Azul* (unidade do CIE em Marabá) e assassinado.

Sobre André e Divino, o Exército afirmou, em 1993, que nos arquivos do

CIE constava apenas que ambos haviam pertencido à Guerrilha do Araguaia. Em relação a João e Antônio, a força terrestre alegou não ter um mísero registro de suas vidas. Na página 783 do *Orvil*, o embuste era desfeito:

Os subversivos haviam no primeiro combate de encontro com as forças legais [na terceira operação militar no Araguaia] sofrido quatro baixas e perdido três depósitos na área da Transamazônica. Haviam morrido no enfrentamento com as “forças da repressão”: Jovino [na verdade, Divino] Ferreira de Souza (*Nunes*), [André Grabois](#) (*José Carlos*), João Gualberto Calatronio [sic] (*Zebão*) — pertencentes ao Dst. A — e [Antônio Alfredo Campos](#) (elemento de apoio da área).

A partir de 1972, por intermédio de relatos de sobreviventes e testemunhas (civis e militares) e da investigação da imprensa, o quebra-cabeça do Araguaia foi pouco a pouco sendo montado. Se dependesse do Exército, entretanto, a sociedade ignoraria a existência da guerrilha. Por isso o livro secreto era tão espantoso: não só por apresentar versões para a morte de guerrilheiros do PCdoB, mas pelo simples fato de reconhecer que houve luta no Araguaia. O CIE jactava-se, por exemplo, por apresentar no livro secreto um relato embasado em “entrevistas com elementos que participaram das operações”. Dava detalhes das três campanhas, admitia que a primeira e a segunda tinham sido “equivocadas” e chamava pelo nome (Operação Sucuri) a ação de inteligência que precedeu a última investida. Sobre a Sucuri, o *Orvil* chegou ao requinte de dizer que foi levada a cabo por 32 militares. O livro secreto fazia mais: ao afirmar que as campanhas contaram com “apoio do escalão superior”, botava os 59 cadáveres do PCdoB no colo de dois presidentes (*Médici* e *Geisel*) e de três ministros do Exército ([Orlando Geisel](#), [Vicente de Paulo Dale Coutinho](#) e [Sylvio Frota](#)). E ao revelar as unidades militares envolvidas nos combates — Comando Militar do Planalto, Comando Militar da Amazônia, IV Exército, Brigada de Paraquedistas, 8ª Região Militar, Polícia Militar do Pará, 2º Batalhão de Infantaria de Selva, 5ª Companhia de Guarda, 3ª Brigada de Infantaria, 6º e 10º batalhões de Caça e

Grupo de Fuzileiros Navais — fornecia pistas sobre quem poderia ter participado ou comandado a matança, pistas estas que, no futuro, poderiam ser valiosas para pesquisadores e investigadores.

Ainda em relação ao Araguaia, o *Orvil* trazia um relato surpreendente, mesmo que flagrantemente fantasioso: a morte em combate do sargento [Mário Ibrahim da Silva](#). Calcula-se que 16 militares tenham morrido no Araguaia — o Exército nunca se pronunciou sobre os casos. Os corpos foram entregues às famílias, mas não houve uma explicação oficial. A viúva do sargento Ibrahim foi uma das que nunca souberam direito o que aconteceu com seus maridos e filhos. Em 2005, o livro *Operação Araguaia*, dos jornalistas Eumano Silva e [Tais Morais](#), dedicou um capítulo ao assunto. O título diz tudo: “Mistério: como morreu o sargento Ibrahim?”. Entrevistada por Eumano na periferia de Manaus, onde vivia na época, a viúva contou que nunca soube como o marido morreu. Pois na página 724 do *Orvil*, havia uma versão:

No dia 27 [de setembro de 1972], os terroristas investiram contra uma base do 2º Batalhão de Infantaria da Selva, situada na localidade de Pavão. O comandante do grupo de combate que estabelecera a base, 2º sargento [Mário Ibrahim da Silva](#), ao tentar chegar ao local da incursão, foi atingido por um disparo desferido por um dos terroristas. Contam seus companheiros que o sargento Mário, mesmo ferido e após haver descarregado sua arma, deu suas ordens ao grupo:

— Deitem-se todos, aferrem-se ao terreno, varram a área a tiros e mantenham a segurança.

Logo após, chamou seu sucessor, o sargento Bonifácio, e disse-lhe:

— A boina verde [símbolo do combatente da selva] é sua, companheiro. Comande nossos homens para que a nossa Pátria permaneça sempre livre e democrata.

Depois chamou o soldado Frota e perguntou-lhe:

— Como estão os nossos soldados?

Após saber que todos iam bem, tornou a dizer:

— Diga a todos que eu não compreendo porque irmão está matando irmão. Agora que o progresso está chegando aqui, o que querem esses brasileiros além da

Transamazônica, além do que o presidente [Médici] vem fazendo por todos nós, trazendo para esta região o que existe de bom para o Sul? Deus os perdoem.

A seguir, lembrou sua família, esposa, filhos e mãe, e faleceu.

Mesmo levando em conta que o diálogo é pouco plausível para um moribundo, o fato é que a família do sargento não teve direito nem mesmo a isso. A viúva não soube que Mário tinha sido, como dizia o *Orvil*, um “herói” de atitude “serena e lúcida diante da morte”.

O desaparecimento de guerrilheiros do Grupo da Ilha sempre foi um dos maiores mistérios da ditadura — e vespeiro que o Exército nunca mexeu. No livro secreto, contudo, o tema foi tratado com pouca cerimônia.

Em 1970, um punhado de guerrilheiros da ALN que treinava em Cuba rompeu com a organização por questionar seu militarismo. Estava formado assim o Grupo da Ilha (ou Grupo Primavera ou ainda Grupo dos 28), embrião do Molipo. Os componentes do grupamento começaram a retornar clandestinamente ao Brasil em 1971. Um a um, foram mortos como moscas, apesar dos esquemas de segurança implantados para impedir que fossem identificados. Dos 18 que voltaram naquele ano, 16 desapareceram — alguns foram executados na fronteira. Muito tempo depois, por intermédio de documentos do CIE tornados públicos, soube-se que a matança tinha sido dirigida: a repressão possuía um espião infiltrado em Cuba.

A esquerda nunca conseguiu identificar o traidor, e as Forças Armadas por sua vez nunca quiseram entrar no debate sobre o extermínio do Grupo da Ilha. Entretanto, ao relatar o destino de quatro *cubanos*, como eram chamados os guerrilheiros treinados em Havana, o *Orvil* metia a colher tanto num assunto (o delator) quanto noutro (a carnificina):

Boanerges de Souza Massa

Francisco José de Oliveira
Ruy Carlos Vieira Berbert
Jeová Assis Gomes

No final de década de 1960, quando fazia parte da rede de apoio da ALN, o médico [Boanerges de Souza Massa](#) foi chamado a operar dois militantes da organização feridos em combate, em São Paulo. Descoberta logo em seguida a sua condição de doutor da ALN, ele passou a ser perseguido pela repressão. Decidiu então cair na clandestinidade e, na fuga, foi parar em Cuba. Ao desaparecer, em 1972 — sem que se saiba onde, como e por quê —, Boanerges carregou consigo a suspeita de ter sido o traidor do Grupo da Ilha. A desconfiança em relação a ele era tão grande que, por um bom tempo, seu nome não constou do dossiê de mortos e desaparecidos políticos — a Comissão Nacional de Familiares considerava seu caso inconcluso, e não eram poucos os que desconfiavam até mesmo que Boanerges pudesse estar vivo, tendo adotado outro nome com a ajuda dos militares, a exemplo do que aconteceu com o maior traidor da esquerda, José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo. Porém, de acordo com o que estava escrito no livro secreto, Boanerges não era o espião em Havana — ainda que tenha contribuído sim para a queda de vários de seus companheiros.

Sem citar Boanerges, o *Orvil* mostrava que o CIE tinha informações detalhadas sobre as manobras do Grupo da Ilha em Havana e também que acompanhou de perto o retorno de vários guerrilheiros. Na página 606, o livro conta como teria morrido, em São Paulo, [Francisco José de Oliveira](#).

No mesmo dia [5 de novembro de 1971], [Francisco José de Oliveira](#), outro dos dirigentes nacionais da organização [Molipo], ao ser surpreendido na rua Turiassu, repetiria, numa trágica e fatal monotonia, a reação à prisão, enfrentando a polícia com uma arma na mão e encontrando a morte.

A *queda* de Francisco nunca foi reconhecida pelo Exército, e o destino

dado ao corpo permanece desconhecido. Assim, indiretamente, o *Orvil* admitia que a repressão raptara mais um cadáver. Ao descrever a morte de Francisco, o livro secreto não fez nenhuma menção sobre uma possível delação de Boanerges. Só depois desse episódio é que o CIE relatou o que teria acontecido com o médico do Molipo. De acordo com o livro secreto, no retorno de Cuba, Boanerges passou por três lugares, sondando áreas para a instalação da guerrilha rural do Molipo: Bom Jesus da Lapa (Bahia), Araguaína e Pindorama (na época, Goiás; hoje, Tocantins). Ponto para o *Orvil*: mesmo sendo uma incógnita essa fase da vida do guerrilheiro, provou-se recentemente que os órgãos de informações possuem documentos que registram sua prisão em Pindorama. A detenção de Boanerges, por sinal, é outro enigma. Nenhum órgão da repressão confirmou oficialmente tê-lo capturado, e o Exército nunca se pronunciou a respeito. O livro secreto, porém, matava a charada. Na página 607, estava escrito com todas as letras que, no dia 21 de dezembro de 1971, “foi preso em Pindorama, em Goiás, utilizando nome falso, [Boanerges de Souza Massa](#)”. De acordo com o livro do CIE, o guerrilheiro foi descoberto a partir de informações colhidas no *estouro* de *aparelhos* do Grupo da Ilha no Rio de Janeiro. Ou seja, a repressão só teria tomado ciência do paradeiro de Boanerges às vésperas de sua prisão, o que jogaria por terra a tese de que o guerrilheiro fora o alcaguete de Havana. Quando Boanerges foi preso, cinco integrantes do Grupo da Ilha já tinham sido dizimados.*

Do episódio da prisão de Boanerges em diante, sem explicar em que condições isso teria acontecido, o *Orvil* afirmava que o guerrilheiro se transformara em *cachorro* — ou seja, colaborador dos militares. Na página 607, o livro secreto descrevia como ele teria levado a repressão a encontrar outro integrante do Grupo da Ilha ainda hoje desaparecido, o ex-professor de cursinhos pré-universitários e sequestrador de avião [Ruy Carlos Vieira Berbert](#):

Boanerges entregou o *ponto* que teria com Rui Carlos Vieira Berbet [sic], provocando

sua prisão, dia 31 de dezembro [de 1971], em Natividade/GO. Rui [sic] foi preso com documentação falsa em nome de João Silvino Lopes. Debitado pela malária, imaginou poder contornar a situação com sua documentação falsa, pois não sabia ainda da prisão de Boanerges. Ao sabê-la, de forma inadvertida, através de seus captores, aproveitou-se de um descuido na vigilância e suicidou-se.

(Com relação à morte de Ruy, está provado que não se matou. Diligências em Natividade, comandadas pela Comissão Externa para os Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, constataram que é impossível que o guerrilheiro tenha se enforcado na cadeia local, conforme fora descrito em relatórios da repressão.)

Na página 694 do *Orvil*, o CIE confirmava que Boanerges esteve nas mãos da repressão por pelo menos 19 dias. E confessava a morte de mais um *cubano* desaparecido, o ex-estudante de física [Jeová Assis Gomes](#):

[Na prisão,] [Boanerges de Souza Massa](#) continuou entregando tudo. *Abriu* um *ponto* que teria com [Jeová Assis Gomes](#) em Guaraí, no Estado de Goiás [atual Tocantins], no dia 10 de janeiro de 1972. A equipe policial chegou à localidade no dia 9 de janeiro e, com a ajuda de Boanerges, Jeová foi localizado nas arquibancadas de um campo de futebol, assistindo a uma partida. Ao receber voz de prisão, Jeová retirou uma granada de uma sacola e tentou sacar o grampo de segurança para lançá-la. Pressentindo a tragédia que a explosão causaria no estádio, a equipe policial atirou, matando Jeová.

(Em 1996, a farsa da tentativa de resistência à prisão com uma granada foi desmontada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.)

É plausível, ainda que não haja confirmação, que depois de preso Boanerges possa ter guiado a repressão até alguns de seus companheiros. Não teria sido o primeiro nem o último a fazê-lo, impulsionado pelo medo. [Cyro Massa](#), irmão do guerrilheiro, tem uma ideia do que pode ter acontecido: “É público que, na prisão, utilizava-se da tortura para que os presos contassem o que sabiam. Os torturadores exigiam que os presos falassem para diminuir a

tortura”. Cyro diz que a questão principal não é se seu irmão, na condição de prisioneiro, colaborou ou não com os militares, mas sim o que a repressão fez com Boanerges. “O que eu quero saber é onde está o corpo do meu irmão”, diz ele. O *Orvil* não dava nenhuma pista do que poderia ter acontecido ao guerrilheiro após o episódio de Guaraí. Nem descrevia o que foi feito dos cadáveres de Ruy e Jeová. Duas coisas porém são certas. Primeira: por intermédio do livro secreto, o Exército confessava que a repressão matara três guerrilheiros do Grupo da Ilha e, mesmo sabendo de suas identidades verdadeiras, não entregou os corpos às famílias. Segundo: antes de desaparecer, Boanerges estava nas mãos dos militares.

Uma análise mais cuidadosa do *Orvil* enfraquece a tese de que Boanerges tenha sido o olheiro da repressão em Cuba. Não faz sentido o CIE escrachar o guerrilheiro, entregando sua suposta condição de preso colaborador, e ao mesmo tempo protegê-lo, escondendo que ele tenha desempenhado o mesmo papel quando ainda estava solto. Seria muito mais desonroso para Boanerges e para a esquerda — e portanto regozijante para o serviço secreto do Exército — que a segunda versão viesse a público. Persiste pois o mistério sobre o espião de Havana.

O *Orvil* também entrou, de forma indireta, em outro campo tabu para as Forças Armadas: os cemitérios clandestinos da repressão. O que o Exército se recusava a fazer, havia quase quatro décadas, o CIE resolveu em dois parágrafos: a confirmação de que, em maio de 1970, a repressão matou três militantes de esquerda em São Paulo, cujos corpos, soube-se depois, foram enterrados com nomes trocados em valas ilegais:

Joelson Crispim

Antônio dos Três Reis Oliveira

Alcery Gomes da Silva

Se uma família pudesse ser tachada de “subversiva”, a do operário [Joelson Crispim](#) seria uma forte candidata. Seu pai, [José Maria Crispim](#), pertencera à bancada do PCB na Constituinte de 1946. A mãe, [Encarnación Lopes Perez](#), militante da VPR, fez parte do grupo de presos políticos trocados pelo embaixador suíço [Giovanni Enrico Bucher](#). A irmã, [Denise Crispim](#), juntamente com Joelson, ambos da VPR, sequestrou o cônsul japonês em São Paulo, [Nobuo Okuchi](#). O cunhado era o lendário *Bacuri* ([Eduardo Collen Leite](#), da VPR), o “celerado” — único guerrilheiro a ganhar essa designação no *Orvil* — que participou do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben. A morte de Joelson foi denunciada no *Brasil: Nunca Mais*. Abatido pela Oban, ele foi enterrado como indigente no cemitério de Vila Formosa, na periferia de São Paulo, sob o falso nome de [Roberto Paulo Wilda](#). Apesar dos esforços, a família nunca encontrou sua ossada. O Exército, que controlava a Oban, nunca se pronunciou sobre o caso.

O *Orvil* quebrou o silêncio. Na página 544, a queda do militante é descrita da seguinte forma:

Em maio [de 1970], resistindo a tiros à voz de prisão, foi morto [Joelson Crispim](#), que havia participado do sequestro do cônsul do Japão.

Recentemente, a análise do laudo cadavérico provou que Joelson foi morto com tiros pelas costas, o que joga por terra a versão de que teria rebotado contra seus captores.

O estudante de economia [Antônio dos Três Reis Oliveira](#), de 21 anos, e a escriturária [Alcery Gomes da Silva](#), de 26 — ele da ALN, ela da VPR —, também foram executados pela Oban e enterrados em cemitérios clandestinos. Como o Exército se negara a contar o que sabia, as famílias nunca souberam como eles morreram, muito menos o que foi feito dos cadáveres. Uma resposta parcial ao questionamento dos parentes estava na página 544 do livro secreto:

No dia 17 [de maio de 1970], em São Paulo, foi preso o recém-designado comandante da UC [unidade de combate], Oswaldo Soares, que entregou seu *aparelho*, como já narrado, onde morreram sua companheira Alcery Maria Gomes da Silva e Antonio dos Três Reis de Oliveira.

Wânio José de Mattos

A última das confissões do *Orvil* relacionadas aos desaparecidos políticos era na verdade uma dupla confidência.

Preso pela Oban em 1970, o capitão da PM paulista, jornalista e militante da VPR [Wânio José de Mattos](#) foi libertado no ano seguinte, junto com outros 69 prisioneiros políticos, em troca do embaixador suíço. Banido do Brasil, exilou-se no Chile, onde se tornou professor universitário. Em setembro de 1973, quando o general Augusto Pinochet derrubou o presidente [Salvador Allende](#), Wânio foi preso novamente. Anos depois, soube-se por intermédio de uma exilada brasileira que ele fora confinado no Estádio Nacional, em Santiago, transformado numa megaprisão. Segundo a testemunha, Wânio teria morrido no próprio estádio, em consequência de ferimentos infligidos a ele na captura. Seu corpo nunca foi localizado.

A família de Wânio teve de esperar 18 anos para ter uma versão oficial da morte do militante. Em 1991, a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação do Chile divulgou o famoso Relatório Rettig, que revelava informações e documentos da repressão daquele país mantidas até então sob sigilo. Dentre os dados liberados, estava a certidão de óbito de Wânio, emitida pelo Hospital de Campanha do Estádio Nacional, que indicava como *causa mortis* peritonite aguda. A certidão era um reconhecimento oficial da morte do militante — ainda que, na verdade, Wânio tivesse falecido não por causa da doença, mas sim em consequência dos ferimentos.

Dois anos depois, nas já citadas comunicações enviadas ao Ministério da Justiça, o Exército brasileiro negou que em seus arquivos houvesse qualquer informação sobre Wânio. O *Orvil* tratou de desmentir a força terrestre.

Quatro anos antes da divulgação do Relatório Rettig, o livro secreto — página 788 — confirmava que “[Wânio José de Mattos](#) morreu no Chile, em 1973, com ‘peritonite’”. A declaração mostra não só que o Exército mentiu ao Ministério da Justiça como reafirma a participação da ditadura brasileira na famigerada Operação Condor.

Ao revisitar, no *Orvil*, os locais dos crimes de 24 vítimas da repressão, o Exército resgatava a história e deixava suas impressões digitais em casos de falsas declarações, obstrução da justiça, perjúrio, sequestro, cárcere privado, assassinato e ocultação de cadáveres.

Nota

* São eles: [Aylton Adalberto Mortati](#), [José Roberto Arantes de Almeida](#), [Francisco José de Oliveira](#), [Flávio Carvalho Molina](#) e [Carlos Eduardo Pires Fleury](#).

CAPÍTULO 6

Aposta nas trevas

Havia muitas diferenças entre o *Brasil: Nunca Mais* e o *Orvil*. Uma das mais significativas só era perceptível no final da leitura do livro secreto. Enquanto d. Paulo e seus discípulos acertavam contas com o passado, o general [Leônidas](#) e seus homens projetavam a disputa para o futuro. O *BNM* retratava casos ocorridos até 1974; já o *Orvil* estendia os relatos até 1987, quando o Brasil vivia novamente sob um regime democrático. Ou seja, para o CIE, o fim da ditadura não significou o fim da guerra.

As páginas do manuscrito registravam que o serviço secreto do Exército continuou vigiando seus antigos alvos mesmo depois de terminado o regime militar. Sobre um determinado exilado, o livro afirmava que, após deixar o Brasil, ele assumiu sua homossexualidade, passou a “viver maritalmente” com outro homem e foi trabalhar numa sauna gay. O “casal” — expressão usada pelo *Orvil* — teve sua vida acompanhada até pelo menos 1985. Numa linha semelhante à da seção “Onde eles estão” do site do Ternuma, o livro secreto anotava em pés de página coisas do tipo:

- [Ângela Camargo](#), ex-guerrilheira do PCBR, “vive no exterior”;

- “Depois de passar alguns anos em Paris, [Theodomiro \[Romeiro dos Santos\]](#), também ex-guerrilheiro do PCBR] regressou ao Brasil em setembro de 1985” [sexto mês do governo [Sarney](#)] e foi “recebido como herói”;
- “Considerado como o seu maior teórico [do MR-8], [Cláudio \[Cardoso Campos\]](#) é hoje o primeiro dirigente da organização”;
- “[David Capistrano da Costa Filho](#), seu principal líder [da Corrente Renovadora], filiou-se ao PT, tendo sido candidato derrotado ao cargo de Dep. Fed. no pleito de novembro de 1986”;
- Declarações do dirigente do PCB [Giocondo Gerbasi Alves Dias](#) foram publicadas na *Folha de S.Paulo* (3 de novembro de 1985 e 11 de abril de 1986) e no *Correio Braziliense* (23 de março de 1986). Detalhe: naquela época, seu partido já estava novamente legalizado;
- [Jefferson Cardim de Alencar Osório](#) foi a Brasília em agosto de 1986 “para tratar de sua pensão como anistiado”;
- No dia 3 de dezembro de 1985, [Flávio Koutzii](#) (ex-POC) fez uma palestra “nas dependências do Plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul”, em Porto Alegre;
- Os ex-presos políticos [José Genoino](#) e [Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho](#) foram eleitos deputados federais em 1986 e estavam ajudando a escrever a nova Constituição do país.

Pescando, aqui e ali, declarações radicais de militantes de esquerda, o CIE chegou à conclusão que, mesmo depois de uma década da extinção das guerrilhas urbana e rural, a chama da luta armada ainda ardia na esquerda. O epílogo do livro secreto contava como antigas organizações de esquerda (armadas e não armadas) estavam se virando no pós-ditadura. O último item do capítulo era intitulado justamente “A luta armada”:

Chegado o momento propício, julgado que as condições objetivas e subjetivas são favoráveis, será dado o passo definitivo que poderá, conforme as circunstâncias, ser

concretizado através da via pacífica ou da luta armada ou mesmo de ambas. [...]

As organizações subversivas, após a derrota militar sofrida no início dos anos 70, não abdicaram, absolutamente, do caminho da violência — da luta armada —, como podemos constatar de resoluções e de declarações [sic] de seus próprios líderes.

Para o serviço secreto do Exército, o PCdoB e o MR-8 estavam apenas *hibernando*, à espera do melhor momento para dar o bote:

Cabe ressaltar que o PCdoB não abandonou a proposta de luta armada, mantendo, por questões táticas, o “trabalho de massa” como forma de atuação prioritária na atualidade, até que as condições objetivas e subjetivas, durante o processo revolucionário, permitam o desencadeamento de ações violentas, aí incluída a luta armada, conduzindo o país no rumo de uma “democracia popular”.

Embora não possa ser descartada, não há indícios de que o MR-8 pretende utilizar já a luta armada. Entretanto, a possibilidade de ações radicais por parte dos militantes do “Oito” deve ser sempre considerada.

A organização mais temida, contudo, não era nenhuma das que haviam participado da luta armada. O maior perigo, a armadilha com que a esquerda se armava para vencer a quarta tentativa de tomada de poder, chamava-se Partido dos Trabalhadores. Fundado em 1980, já no rasto do processo de abertura, o PT seria uma espécie de incubadora de terroristas. “O partido do [Lula](#)”, afirmava o *Orvil*, não podia “ainda ser considerado um partido revolucionário”, mas isso era questão de tempo. “Essa evolução dar-se-á quando uma organização marxista e revolucionária assumir a direção partidária”, explicava o CIE. De acordo com o serviço secreto do Exército, mesmo não tendo ressuscitado (ainda) a luta armada, o PT já dava mostras de que recorria aos velhos truques da guerrilha urbana para resolver seus problemas de caixa. Segundo o *Orvil*, a mão peluda do partido estaria por trás de um assalto a banco ocorrido em Cachoeira (Bahia), em 1985, e de uma tentativa de roubo a um posto do Banco do Brasil na Universidade Federal da

Bahia, em 1986 — acusações que não encontram lastro nas investigações feitas na época.

A doze páginas do final, o livro secreto costurava a tese de que o Partido dos Trabalhadores estaria usando a Assembleia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro de 1987, para dar alguns passos rumo à revolução socialista. (O mesmo PT, aliás, que dali a dois anos chegaria, com [Lula](#), ao segundo turno da eleição presidencial.) O futuro do Brasil, previa o manuscrito, poderia ser *vermelho*.

Nas suas últimas linhas, o *Orvil* era todo melancolia. O CIE descobrira que, apesar de ter ganhado a guerra, as Forças Armadas estavam predestinadas a ficar com fama de vilão, enquanto a esquerda, que perdera a luta, acumulava fama de herói. O Centro de Informações do Exército comparou o resultado invertido — vencedores que perdem e perdedores que ganham — a um dos mais sangrentos episódios da história do Brasil: a Guerra de Canudos. (No final do século XIX, multidões vindas de diferentes lugares do Nordeste seguiram o fanático religioso e líder político Antônio Conselheiro até um ponto ermo do sertão baiano, batizado de Belo Monte. Pretendiam viver à margem do Estado e longe do mandonismo dos grandes proprietários de terra. Em 1897, tropas legalistas aniquilaram o movimento, matando cerca de 25 mil pessoas, entre elas Antônio Conselheiro.) “Enquanto os insurgentes tiveram sempre quem lhes cantasse as façanhas em que foram vitoriosos ou mártires, os legalistas se calaram e amargaram os apodos injuriosos”, lamentava o livro secreto.

O CIE considerava um recuo o fato de os militares, após a ditadura, terem aceitado se afastar das “missões de segurança interna” — ou seja, das funções de polícia política. Com sua “campanha psicológica”, afirmava o *Orvil*, as esquerdas tinham conseguido macular a imagem das Forças Armadas. “O alvo foi atingido”, reconhecia o manuscrito.

Às vésperas do início dos anos 1990, o Exército enxergava (e temia) a suposta quarta tentativa de tomada de poder pelos comunistas — a “mais

perigosa”, segundo o *Orvil*, “e por isso mesmo mais importante”. A enunciação de que *vermelhos* manobravam para assaltar o poder às portas do século XXI não passa, contudo, de um desvario, segundo um autor caro para os *orvilianos*, o professor de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF) [Daniel Aarão Reis Filho](#). (Daniel foi o guerrilheiro *Faustino* do MR-8, pegou em armas, treinou em Cuba e, ao término da ditadura, tornou-se um dos historiadores mais respeitados do país, sobretudo depois que desconstruiu a história da esquerda armada. O professor repele a lenda, cuidadosamente cultivada pela esquerda, de que as organizações guerrilheiras se lançaram na luta por amor à democracia. Ao estudar os estatutos e documentos internos desses grupos, Daniel demonstrou que o que eles queriam era instaurar o socialismo no país por meio de uma ditadura revolucionária, como existia na China e em Cuba.) Para o professor, a suposta quarta tentativa de tomada de poder por parte do movimento comunista é uma tese furada. “É uma imaginação que eu considero delirante”, diz ele. “As esquerdas passaram por um processo de metamorfose que esses analistas de direita têm muita dificuldade em perceber ou admitir. Eles acham que essa metamorfose é uma máscara, é uma fachada.”

Os guerrilheiros tinham feito *mea culpa*, abandonaram as armas e aceitaram jogar o jogo da democracia. Já o CIE continuava apostando suas fichas nas trevas.

CAPÍTULO 7

A vítima

Depois de seis meses revirando o *Orvil* do avesso, eu imaginava ter esgotado o documento. Descobri que estava enganado quando um estudioso do período da luta armada a quem eu confiara o manuscrito para análise me deu uma dica: “leia novamente a página 386, mais especificamente o trecho em que é citado [Joaquim Gonçalves dos Santos](#)”. Voltei então ao original:

Em 26 de fevereiro [de 1969], no mesmo dia em que a VPR assaltava o Banco da América, da Rua do Orfanato [em São Paulo], levando 102 milhões de cruzeiros, a polícia chegou a um sítio, em Cotia [a 35 quilômetros da capital paulista], que servia como *aparelho* da organização [...]. Seus ocupantes, o casal de militantes [Jovelina de Jesus Pereira](#) e [Joaquim Gonçalves dos Santos](#), reagiram à prisão, sendo Joaquim morto na ocasião.

O episódio do assalto era verdade, o *sítio-aparelho* em Cotia existira de fato, mas a história de Joaquim estava mal contada. Nunca houve um militante com este nome na Vanguarda Popular Revolucionária, muito menos nas listas de mortos e desaparecidos políticos. Ou o CIE cometera um engano, ou o *Orvil* fazia uma nova confissão. Decidi tentar decifrar a charada

— e comecei por recuperar a história do sítio.

Pouco depois do golpe militar, um paraense simpático, de olhos profundos e sorriso largo, apareceu em Cotia à procura de uma pequena propriedade rural para comprar. Era o torneiro mecânico [José Nonato Mendes](#), o *Tibúrcio* da ALN. Depois de avaliar as terras disponíveis, Nonato escolheu um pequeno sítio que ficava na subida de uma serra, à beira de um igarapé, numa área isolada de Cotia. Sua única benfeitoria, uma tapera, era coisa pouca, mas serviria bem aos propósitos da ALN. Os planos da organização eram transformar o sítio num *aparelho* para o uso comum da ALN e da VPR — ele teria uma tripla serventia: esconderijo de armas, área de treinamento de guerrilha e cafua para militantes procurados pela repressão.

A propriedade acabou se mostrando de pouca utilidade. De vez em quando, aparecia alguém para dar uns tiros numa panela velha, testar bombas caseiras ou promover encontros clandestinos, mas nada além disso. Em 1967, os planos da ALN para o sítio foram subitamente abandonados. Naquele ano, Nonato recebeu uma missão importante da cúpula da organização: devia largar tudo e partir para Cuba junto com outros sete companheiros. Antes de viajar, porém, o guerrilheiro precisava arranjar alguém para tomar conta do sítio — foi quando Joaquim apareceu na história.

Joaquim e a mulher, Jovelina, vagavam pela região de Cotia atrás de trabalho e moradia. O casal tinha vindo do Maranhão, diziam uns, ou do interior de Minas, contavam outros. Duas coisas são certas: ele era um caboclo forte, de estatura mediana e, assim como sua mulher, aparentava ter por volta de 35 anos. Ambos fugiam da miséria. O boca a boca fez com que Joaquim encontrasse Nonato, e vice-versa. O guerrilheiro então propôs ao retirante que vigiasse o sítio na sua ausência e, em troca, Joaquim e a mulher poderiam morar na casa de pau a pique da propriedade. Negócio fechado, Joaquim levou sua tralha para o rancho, e Nonato pôde então partir para as montanhas de Camaguey.

Os planos da ALN não correram conforme o previsto. Enquanto, em

Cuba, Nonato estudava temas políticos e sociais da América Latina, realizava treinamentos pesados de sobrevivência na selva e aprendia a fabricar armas e a montar explosivos, seus companheiros no Brasil viam o sonho da revolução se desmanchar em sangue. No início de 1969, a repressão arrepiava. No dia 26 de fevereiro, uma quarta-feira, os militares apertaram o garrote em três frentes. Duas delas nasceram no papel: o Ato Institucional número 7, o AI-7, suspendeu as eleições municipais, estaduais e federais, e o decreto número 477 abriu caminho para a expulsão de estudantes e a demissão de professores considerados subversivos. A terceira paulada era uma operação de guerra que visava *estourar* um aparelho da ALN descoberto na véspera. Era o sítio de Cotia. Do quartel da rua Abílio Soares, no bairro do Ibirapuera, em São Paulo, onde funcionavam duas das máquinas mais mortíferas da repressão — o Regimento de Cavalaria Mecanizada (REC/MEC) e a Polícia do Exército —, partiu um comboio de carros, com homens fortemente armados, rumo a Cotia. Num dos carros, algemado e moído pela tortura, ia [Oswaldo Antônio dos Santos](#). O comandante da operação sabia que ele estivera no sítio pelo menos uma vez, numa reunião clandestina. Pretendia usar o preso como guia ou, se fosse o caso, como isca. Oswaldo, o *Portuga* da VPR, tinha 28 anos quando foi preso. Era guerrilheiro da linha de frente, tendo se envolvido em várias ações armadas. Numa delas, o roubo de um carro no Alto dos Pinheiros, em São Paulo, em 1968, terminou com a morte do dono do veículo, [Estanislau Ignacio Correa](#). Em outubro de 2007, encontrei Oswaldo embaixo de um Renault, em sua pequena oficina mecânica na região do Sacomã, Sudeste da capital paulista. Vestia macacão azul-marinho com nome bordado no bolso e estava coberto de graxa. Parecia cansado. A falta dos dentes da frente, nas arcadas superior e inferior, acentuava seu aspecto triste. Aos 67 anos, cabeleira farta e inteiramente grisalha, ele ainda não se curara das feridas da guerra. Depois do episódio em Cotia, Oswaldo escapou da repressão graças aos sequestradores do embaixador alemão — *Portuga* estava na lista dos 40 presos trocados pelo diplomata. Banido para a Argélia, só

voltou ao Brasil depois da Anistia. Desde então, não mais se envolveu com movimentos políticos e passou a evitar os assuntos do passado. Na oficina, apresentei-me a Osvaldo e disse que queria conversar sobre a história de Cotia. Expliquei-lhe que ele possivelmente era a única testemunha do caso e que talvez só ele podia esclarecer o que tinha acontecido com Joaquim e Jovelina. De início, Osvaldo se mostrou pouco interessado em falar, mas insisti e ele acabou cedendo. Com um leve sinal com a cabeça, ele indicou o minúsculo escritório nos fundos da mecânica. Sem dar uma palavra, caminhou até lá sem pressa, como se usasse os cinco metros do trajeto para recuperar 38 anos de memória. Deixou então o corpo cair numa cadeira e, sem se importar com o volume alto da televisão, que exibia um desenho animado, contou sua versão. “Eu fiquei o tempo todo dentro do carro, mas escutei os tiros.” As palavras saíam medidas, as frases eram curtas:

— Quando a operação terminou, voltamos para o quartel no Ibirapuera. Antes de voltar à cela, vi quando tiraram um corpo furado de bala de dentro de um dos carros do comboio. Havia também uma mulher, desesperada.

As informações de Osvaldo eram peças importantes do quebra-cabeça. No passo seguinte, o dono do sítio ajudou a esclarecer mais um pedaço do mistério. Falei com [José Nonato Mendes](#) por telefone, desde Belém, onde ele morava. Aos 79 anos, recuperando-se de uma cirurgia no coração feita 23 dias antes (três safenas e uma mamária), Nonato aceitou falar sobre o episódio, e o fez com um vigor juvenil. Ele contou que, no primeiro semestre de 1969, quando voltou de Cuba, encontrou o *aparelho* de Cotia completamente abandonado. “O caseiro tinha desaparecido. Nunca mais soube dele”, disse. Nonato ficou pouco tempo solto: logo após retomar a vida dupla de metalúrgico e guerrilheiro, ele foi capturado — uma equipe comandada pelo delegado [Fleury](#) o deteve dentro da fábrica onde trabalhava, no bairro Casa Verde, em São Paulo. Condenado como subversivo, passou três anos, dois meses e 12 dias na cadeia. No presídio Tiradentes, onde cumpriu pena,

Nonato soube por intermédio de outros prisioneiros o que tinha acontecido com o caseiro:

— Só algum tempo depois, quando já estava preso, soube que a repressão tinha *estourado o aparelho* de Cotia, onde o Joaquim morava. Acontece que o Joaquim não sabia de nada do nosso movimento. Ele estava lá só tomando conta.

A única coisa que Nonato podia fazer era passar a história adiante, e foi o que ele fez. Balançando as pernas finas no alto do beliche que ocupava, ele relatou o episódio ao preso que dormia na cama de baixo, [José Adolfo de Granville Ponce](#), jornalista com passagem pelo *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa* e revista *Realidade* — o *Gordo* da ALN. Trinta e seis anos depois de ter sido solto, cercado por quatro cachorros em sua casa no arborizado bairro da Previdência, em São Paulo, Granville ainda se lembrava de como o caso do caseiro circulou dentro do presídio. “O trágico dessa história é que o Joaquim nem fazia parte do movimento contra a ditadura. Ele foi morto de graça. Mataram ele sem necessidade.” Ao ser informado que o Exército produzira um documento em que afirmava que o caseiro era militante de esquerda e morrera por resistir à prisão, o jornalista protestou. “É importante que se desminta isso. Quantos iguais a ele, que nada tinham a ver com os movimentos de resistência à ditadura, acabaram sendo mortos?”

Na prisão, Granville não foi o único a ficar tocado com a história de Joaquim. Informado do caso por intermédio de Osvaldo, a testemunha da operação militar em Cotia, [Pedro Lobo de Oliveira](#) (o *Getúlio* do MNR, da Polop e da VPR) se sensibilizou com o caso e o denunciou à Justiça Militar. Numa audiência, depois de ser inquirido sobre suas ações na luta armada — que incluíam o justicamento de [Charles Chandler](#) —, Pedro teve a chance de dizer algumas palavras, a título de consideração final. “Um homem foi morto pela repressão, em Cotia. E o caso dele não consta de nenhum registro oficial”, disse ele na ocasião, conforme recordaria quase quatro décadas depois. O juiz-auditor fez troça: “O nome da vítima por acaso era Mário

Kozel Filho?”, indagou a autoridade, referindo-se ao soldado morto no atentado da VPR contra o QG do Exército em São Paulo. Na ironia do magistrado, a denúncia foi estancada.

Joaquim morreu, isso o próprio Exército admite no *Orvil*. Mas onde estão seus restos mortais? Apesar de Osvaldo ter visto o corpo no quartel do REC/MEC em São Paulo, nenhum [Joaquim Gonçalves dos Santos](#) deu entrada no Instituto Médico Legal da capital paulista em fevereiro de 1969. Nada consta também no cartório do bairro Jardim América, onde a repressão costumava *esquentar* casos como o do caseiro. Teriam então os militares levado o corpo de volta para Cotia? Se o fizeram, foi de forma clandestina. Nos dois cartórios de registro civil da cidade não existe nenhuma certidão de óbito com o nome do caseiro. E nos três cemitérios locais não há registro do enterro.

Só uma instituição é capaz de responder onde está a ossada de Joaquim: o Exército. Pedi por escrito ao Centro de Comunicação Social da força terrestre que dirimisse a dúvida. A resposta, porém, foi evasiva. Segundo o Cecomsex, o Exército não tem mais registros sobre o caso, já que a documentação teria sido destruída — “conforme [previa] a legislação vigente à época”, anotou o centro.

Havia ainda uma esperança: a mulher do caseiro, que, de acordo com o *Orvil* e o relato de Osvaldo, sobrevivera ao ataque. Existem duas [Jovelina de Jesus Pereira](#) em Salvador, outra em Feira de Santana (Bahia), uma em Conceição do Araguaia (Pará), uma em São Luís (Maranhão) e outra em Queimados (Rio de Janeiro). Nenhuma delas é a Jovelina do Joaquim.

Nem na memória a história de Joaquim ficou. Apesar do esforço individual de alguns militantes, como [José Nonato Mendes](#), [José Adolfo de Granville Ponce](#) e [Pedro Lobo de Oliveira](#), a esquerda não se preocupou em colocar o nome de Joaquim nas listas dos mortos e desaparecidos políticos. Oficialmente, para os militares e para a esquerda, Joaquim não existiu.

Termina assim — sem homenagens, sem registro, sem desculpa, sem

reparações — a tragédia do retirante Joaquim. Como no poema épico *Morte e vida severina*, de [João Cabral de Mello Neto](#): “só a morte tem encontrado quem pensava encontrar vida”.

EPÍLOGO

Três anos depois da publicação do *Brasil: Nunca Mais*, d. Paulo Evaristo Arns começou a ser esmagado pelo Vaticano. Na onda conservadora do papado de João Paulo II, Roma fez de tudo para que Arns — controlador da maior arquidiocese do mundo e uma das lideranças mais fortes da Igreja na América Latina — encolhesse. Em 1989, o Vaticano finalmente conseguiu seu intento: fracionou o arcebispado paulistano, reduzindo pela metade a área de atuação de d. Paulo. O cardeal ficou com as áreas mais ricas da cidade, sendo que seu trabalho era voltado justamente para os mais pobres. Mesmo com a diminuição formal de seu poder, d. Paulo se manteve como a maior referência do país na área da defesa dos direitos humanos, tendo recebido mais de 120 prêmios e títulos no Brasil e no exterior. Em 1998, ele se aposentou, ganhando o título de arcebispo emérito de São Paulo. Quando este livro foi para o prelo, em maio de 2009, Arns, então com 87 anos, vivia numa casa de repouso em Taboão da Serra, na Grande São Paulo. Apesar da saúde delicada — ele teve um infarto em 2005 e sofria de problemas de audição —, continuava visitando amigos e participava de encontros fechados. Por escolha própria, permanecia longe dos holofotes e não dava entrevistas. Numa de suas últimas manifestações à imprensa, disse: “Precisamos contar essas histórias [da ditadura militar] às novas gerações. É importante que elas saibam de tudo

isso.”

Terminado o projeto *BNM*, o eterno escudeiro de d. Paulo, o reverendo [James Wright](#), assumiu o posto de secretário-geral da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e se mudou para Vitória. Ele nunca deixou de ser o principal guardião do *Brasil: Nunca Mais*. [Wright](#) mantinha em seu escritório uma cópia bruta da pesquisa — o Projeto A — e não hesitava em usá-la para denunciar a ascensão de antigos agentes da repressão. Cientes da intimidade do reverendo com o *BNM*, jornalistas e militantes dos direitos humanos consultavam-no quase que diariamente. Assim, até às vésperas de sua morte, em 1999, aos 71 anos de idade, por enfarto, [Jaime Wright](#) conseguiu evitar a nomeação ou promoção de vários colaboradores da repressão, tanto militares quanto civis. Foi ele, por exemplo, quem em 1995, já no governo [Fernando Henrique Cardoso](#), alertou para o fato de que, segundo constava no *BNM*, o adido militar do Brasil em Londres, coronel [Armando Avólio Filho](#), era acusado de participar de sessões de tortura quando servia como 1º tenente no Batalhão da PE do Rio. A última ação de [Wright](#) em vida foi angariar recursos para uma instituição que patrocinava projetos em favelas de São Paulo ameaçada de fechar as portas, a Fundação Samuel.

Em dezembro de 2005, o presidente [Lula](#) nomeou o jornalista [Paulo de Tarso Vannuchi](#) — terceiro na hierarquia do *Brasil: Nunca Mais* — ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Dentre as realizações de [Vannuchi](#), está a publicação, com a chancela da Presidência da República, do livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, que relata os crimes cometidos pelos órgãos da repressão. Foi a primeira vez que o Estado assumiu que, no regime militar, as forças legais torturaram e mataram presos políticos e depois ocultaram e violaram corpos. O livro faz mais de 40 menções ao *Orvil*. No início de 2009, quando esta pesquisa foi concluída, [Vannuchi](#) travava uma luta interna no governo para fazer com que os torturadores fossem para o banco dos réus.

Após concluir sua gestão no Ministério do Exército, o general [Leônidas Pires Gonçalves](#), o *pai* do *Orvil*, passou a colaborar com a Escola Superior de Guerra (ESG) e se tornou conselheiro da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Sem nunca deixar de empenhar sua solidariedade aos agentes da repressão, [Leônidas](#) conquistou o posto de militar reformado mais influente do país. (Antes da eleição que o levaria ao Planalto, [Lula](#) foi beijar-lhe a mão.) No início de 2009, aos 87 anos, o general gozava de boa saúde, estava lúcido e atuante.

Depois de dirigir a escola do SNI, comandar uma brigada no Rio de Janeiro e ascender a cargos de chefia em áreas burocráticas do Exército, como transporte e finanças, em 1998, com as três estrelas de general de divisão na lapela (o penúltimo posto do generalato), [Agnaldo Del Nero Augusto](#) aposentou-se. Em agosto de 2000, a *mãe* do *Orvil* deu um depoimento (34 páginas transcritas) para a série *História oral do Exército: 1964/31 de março*, da Bibliex. Falou de temas que vão da II Guerra à luta armada, passando pela renúncia do presidente [Jânio Quadros](#) ao golpe militar. Não mencionou o livro secreto. Em 2009, morava em Brasília.

Também vivia na capital federal, em 2009, o coronel [Carlos Alberto Brilhante Ustra](#), figura de proa dentre os guardiões do *Orvil*. Aos 76 anos, escrevia compulsivamente para os sites Ternuma e A verdade sufocada — seus temas eram quase sempre os mesmos: defesa da ditadura e da repressão, crítica à esquerda e pau nos antigos guerrilheiros. Suas realizações na pele do *doutor Tibiriçá*, no DOI-Codi paulista, renderam-lhe ações na Justiça deflagradas tanto por ex-presos políticos quanto pelo Ministério Público Federal. A cabeça de [Ustra](#) servida numa bandeja passou a significar, para uns, uma vitória dos direitos humanos e, para outros, uma agressão contra as Forças Armadas. Quando este livro foi para o prelo, a pendenga estava longe de um final.

Em 2009, com 24 anos de estrada, o *Brasil: Nunca Mais* continuava despertando interesse. Em meados do ano anterior, a Vozes colocou na praça a 36ª edição do livro.

Sem alarde, um ano antes, as 6.891 páginas do Projeto A do *BNM* chegaram à internet (www.armazemmemoria.com.br).

Após a divulgação do conteúdo do *Orvil* pela imprensa, em 2007, cópias do livro secreto foram entregues por mim, a pedidos, para a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o Ministério Público Federal, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o Arquivo Público Mineiro. Apesar de não ter sido publicado, o manuscrito não parou mais de ser reproduzido.

Como o segredo deixou de existir, os guardiões do livro secreto também resolveram colocá-lo na internet naquele mesmo ano (www.averdadesufocada.com).

A guerra continua — olho por olho.

SIGLAS

- ALN Ação Libertadora Nacional
- AP Ação Popular
- APML Ação Popular Marxista-Leninista
- *BNM* *Brasil: Nunca Mais*
- CBL Câmara Brasileira do Livro
- Cebrap Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- Cecomsex Centro de Comunicação Social do Exército
- CEMDP Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
- Cenimar Centro de Informações da Marinha
- CIE Centro de Informações do Exército
- Ciex Centro de Informações do Exterior
- Cisa Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
- CMI Conselho Mundial de Igrejas
- CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- Colina Comando de Libertação Nacional
- Coseg Comando Secundarista da Guanabara

- CPDOC/FGV Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
- DDD Dissidência da Dissidência
- DI/GB Dissidência Universitária da Guanabara
- DI/SP Dissidência Universitária de São Paulo
- DOI-Codi Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
- Dops Delegacia de Ordem Política e Social
- DVP Dissidência da VAR-Palmares
- EEM Escola do Estado-Maior
- Eceme Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- ESG Escola Superior de Guerra
- Esni Escola Nacional de Informações
- EsSA Escola de Sargentos das Armas
- FALN Força Armada de Libertação Nacional
- FEB Força Expedicionária Brasileira
- Fiesp Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FLN Frente de Libertação Nacional
- FLNN Frente de Libertação Norte-Nordeste
- FPL Frente Popular de Libertação
- FRE Frente Revolucionária Estudantil
- FTB Fração Bolchevique Trotskista
- GTA Grupo Tático Armado
- GPR Grupo de Política Revolucionária
- Lamp Latin American Microform Project
- MAR Movimento de Ação Revolucionária
- MCI Movimento Comunista Internacional

- MCR Movimento Comunista Revolucionário
- MNR Movimento Nacional Revolucionário
- Molipo Movimento de Libertação Popular
- MORELN Movimento Revolucionário de Libertação Nacional
- MPL Movimento Popular de Libertação
- MRM Movimento Revolucionário Marxista
- MRMN Movimento de Resistência Militar Nacionalista
- MRT Movimento Revolucionário Tiradentes
- MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro
- MR-26 Movimento Revolucionário 26 de Março
- M3G Marx-Mao-Marighella-Guevara
- NML Núcleo Marxista Leninista
- OAB Ordem dos Advogados do Brasil
- Oban Operação Bandeirante
- OPCOR Organização Partidária Classe Operária Revolucionária
- PCdoB Partido Comunista do Brasil
- PCB Partido Comunista Brasileiro
- PCBR Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
- PCR Partido Comunista Revolucionário
- POC Partido Operário Comunista
- Polop Organização Revolucionária Marxista — Política Operária
- Port Partido Operário Revolucionário Trotskista
- Prisma Pensamento Revolucionário Intelectual Socialista Marxista
- PRT Partido Revolucionário dos Trabalhadores
- PT Partido dos Trabalhadores

- QG Quartel-General
- RAN Resistência Armada Nacional
- REC/MEC Regimento de Cavalaria Mecanizada
- Rede Resistência Democrática
- SNI Serviço Nacional de Informações
- STM Superior Tribunal Militar
- *TPP* *Testemunhos Pró-Paz*
- UFF Universidade Federal Fluminense
- UNE União Nacional dos Estudantes
- USP Universidade de São Paulo
- VAR-
Palmares Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
- VPR Vanguarda Popular Revolucionária

AGRADECIMENTOS

Este livro existe graças à dedicada colaboração das pessoas relacionadas a seguir, a quem expresso a minha mais profunda gratidão: Alby Hauteville, Ana Paula Costa, Eduardo Ambrósio de Lacerda, Eumano Silva, Hideaki Kawata, Irene Campos, Ivonete Rodrigues da Silva, J.D. Vital, Jorge Zaverucha, José Adolfo de Granville Ponce, Josemar Gimenez Resende, Karla Maria Profeta da Luz, Luciana Villas-Boas e sua equipe na Editora Record, Maria Lina Valadares Campos, Mariana Berutto, Paulo Silva Pinto, Rafael Fernandes Ferraz, Sônia Maria Teixeira Andrade, Suzana Keniger Lisbôa e Vera Rotta.

FONTES

Entrevistados

- Baltazar Oliveira
- Cid Queiroz Benjamin
- Clélia de Melo
- Criméia Alice Schmidt de Almeida
- Cyro Massa
- Daniel Aarão Reis Filho
- Diva Soares de Santana
- Eugênia Augusta Gonzaga Fávero
- Ela Wiecko
- Eumano Silva
- Fernando Pimentel
- Hideaki Kawata
- Helenalda de Souza
- Jorge Zaverucha
- José Adolfo de Granville Ponce

- José Genoino
- José Nonato Mendes
- José Sarney (por intermédio de Fernando Mesquita)
- Leônidas Pires Gonçalves
- Maria de Lourdes Oliveira
- Marilda Toledo de Oliveira
- Maristella Nurchis
- Marlon Weichert
- Maurício Corrêa
- Maurício Paiva
- Nella Oliveira Menin
- Norival dos Santos Silva
- Olga Crispim Lobo Bardawil
- Osvaldo Antônio dos Santos
- Oswaldo Resende
- Paulo de Tarso Vannuchi
- Pedro Lobo de Oliveira
- Sônia Haas
- Suzana Keniger Lisbôa
- Vladimir Palmeira
- Zenildo Lucena

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vols. 1 a 5. 2ª ed. rev. e atualizada.

- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa; AGOSTINO, Gilberto Werneck; ROEDEL, Hiran. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravagismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de [Carlos Marighella](#)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- Brasil: Nunca Mais*. Prefácio de d. Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CALDEIRA, Jorge; CARVALHO, Flavio de; MARCONDES, Claudio; PAULA, Sergio Goes de. *Viagem pela história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Memórias clandestinas e sua museificação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. *Memórias clandestinas e sua museificação*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- CASTRIM Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CAVALCANTI, Klester. *O nome da morte*. São Paulo: Editora Planeta, 2006.
- CONTREIRAS, Hélio, *Militares: confissões: histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- COUTINHO, Sergio Augusto de Avellar. *A revolução gramscista no Ocidente*. Rio de Janeiro: Estandarte Editora, 2002.

- —. *Cadernos da liberdade: uma visão do mundo diferente do senso comum modificado*. Belo Horizonte: Sografe, 2003.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Tancredo vivo, casos e acaso*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- —. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- —. *Memória viva do regime militar — Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J.A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- —. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- —. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- . *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- KOIFMAN, Fábio (org.). *Presidentes do Brasil: de Deodoro a FHC*. São Paulo: Universidade Estácio de Sá: Cultura, 2002.
- KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe ao Planalto: uma vida de repórter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2008.
- MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999.
- MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MOURA E SOUZA, Aluísio Madruga de. *Guerrilha do Araguaia: revanchismo: a grande verdade*. Brasília: Edição do autor, 2002.
- . *Desfazendo mitos da luta armada*. Brasília: ABC BSB Gráfica e Editora, 2006.
- PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PROJETO Brasil: *Nunca Mais*. 6 tomos. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- . *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso

- (introd. e org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*, São Paulo: Globo, 2000.
- SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio: Oban-DOI/Codi 29 set. 70-23 jan. 74*. Brasília: Editerra Editorial, 1987.
- . *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2006.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3ª ed. São Paulo: Planeta, 2008.
- WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WRIGHT, Delora Jan. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- 1964 — 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Coleção História Oral do Exército. Tomos 1, 5 e 7. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

PERIÓDICOS

<i>Caros Amigos</i>	<i>Jornal do Grupo Inconfidência</i>
<i>Carta Capital</i>	<i>O Estado de S.Paulo</i>
<i>Correio Braziliense</i>	<i>O Globo</i>
<i>Época</i>	<i>O Pasquim</i>
<i>Estado de Minas</i>	<i>Problemas brasileiros</i>
<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>Seleções</i>

IstoÉ

Jornal do Brasil

Veja

INTERNET

- *A verdade sufocada*

www.averdadesufocada.com

- *Armazém memória*

www.armazemmemoria.com.br

- *Blog Celso Lungaretti — O rebate*

<http://celsolungaretti-orebate.blogspot.com>

- *Dossiê — Mortos e desaparecidos políticos no Brasil*

www.desaparecidospoliticos.org.br

- *Mídia sem máscara*

www.midiasemmascara.com.br

- *Ternuma*

www.ternuma.com.br

CRÉDITOS DO ENCARTE

Página 1: Reprodução (topo), O Cruzeiro/Arquivo EM (base); **Página 2:** Murilo Menon/CPDoc JB (topo), Daniel Ramalho/CPDoc JB (base); **Página 3:** Arquivo EM (topo), Arquivo EM (base); **Página 4:** Reprodução (topo), Luciano Andrade/ CPDoc JB (base); **Página 5:** O Cruzeiro/Arquivo EM (topo), Hélio Motta/O Cruzeiro/Arquivo EM (base, à esquerda), O Cruzeiro/Arquivo EM (base, à direita); **Página 6:** Luigi Mamprin/O Cruzeiro/Arquivo EM (topo, à esquerda), O Cruzeiro/Arquivo EM (topo, à direita), Hélio Passos/O Cruzeiro/Arquivo EM (base); **Página 7:** O Cruzeiro/Arquivo EM (topo e centro), Luigi Mamprin/O Cruzeiro/Arquivo EM (base); **Página 8:** Arquivo EM; **Página 9:** Arquivo EM (topo), Alberto Escalada/Arquivo EM; **Página 10:** Hélio Passos/O Cruzeiro/Arquivo EM (topo), Douglas Ferreira da Silva/O Cruzeiro/Arquivo EM (base); **Página 11:** Arquivo EM (topo), Ronaldo/CPDoc JB; **Página 12:** O Cruzeiro/Arquivo EM; **Página 13:** O Cruzeiro/Arquivo EM (topo), Arquivo EM (base); **Página 14:** O Cruzeiro/Arquivo EM (topo), Arquivo EM (base); **Página 15:** Luiz Alfredo/O Cruzeiro/Arquivo EM (topo), Arquivo EM (base); **Página 16:** Sérgio Amzalak/Arquivo EM (topo), Eduardo Rocha/Arquivo EM (base); **Página 17:** Arquivo Dops/APM (topo), Reprodução/Arquivo do autor (base); **Página 18:** Jean Solari/O Cruzeiro/Arquivo EM (topo), Arquivo EM (base); **Página 19:** O

Cruzeiro/Arquivo EM; **Página 20:** Robson de Freitas/O Cruzeiro/Arquivo EM (topo), Arquivo pessoal (base); **Página 21:** Arquivo pessoal (topo), Robson de Freitas/O Cruzeiro/Arquivo EM (base); **Páginas 22 e 23:** Arquivo pessoal; **Página 24:** O Cruzeiro/Arquivo EM.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Allende, Salvador

Almeida, capitão

Almeida, José Roberto Arantes de

Almeida, Julio Antonio Bittencourt de

Alvarenga, Francisco Jacques Moreira de

Aranha, Carlos Norberto Souza

Araújo, Marcelo Paixão de

Araújo, Merival

Arns, D. Paulo Evaristo

Augusto, Agnaldo Del Nero

Bacon, Francis

Bastos, Paulo Costa Ribeiro

Benjamin, Cid Queiroz

Berbert, Ruy Carlos Vieira

Bergamo, Mônica
Bernstein, Robert
Boff, Leonardo
Boilesen, Henning Albert
Branco, Humberto Castello
Brant, Vinicius Caldeira
Brunhes, Jean
Brzezinski, Zbigniew
Buarque, Chico
Bucher, Giovanni Enrico

Calatrone, João Gualberto
Calcutá, Madre Teresa de
Callado, Antonio
Câmara, D. Helder
Camargo, Ângela
Campos, Antônio Alfredo
Campos, Cláudio Cardoso
Cardoso, Carlos Alberto Maciel
Cardoso, Fernando Henrique
Carvalho, Edison Régis de
Carvalho, Marco Antônio Braz de
Casaldáliga, D. Pedro
Castro, Adyr Fiúza de
Castro, Ludovico Gomes de
Chandler, Charles
Chapin, Frederick
Chaves, Francisco Manoel

Christo, Carlos Alberto Libânio
Correa, Estanislau Ignacio
Corrêa, Maurício
Costa, Osvaldo Orlando da
Costa, Walquíria Afonso
Coutinho, Sergio Augusto de Avellar
Coutinho, Vicente de Paulo Dale
Crispim, Denise
Crispim, Joelson
Crispim, José Maria
Cristina, Madre
Cunha, Nilda Carvalho
Cuthberg, David

Dias, Giocondo Gerbasi Alves
Dirceu, José

Elbrick, Charles Burke
Engels, Friedrich

Farias, Bergson Gurjão
Fernandes, Nelson Passos
Ferreira, Aloysio Nunes
Ferreira, Joaquim Câmara
Figueiredo, João Baptista
Filho, Armando Avólio
Filho, Daniel Aarão Reis
Filho, David Capistrano da Costa

Filho, Idalísio Soares Aranha

Filho, Mário Kosel

Filho, Olímpio Mourão

Fleury, Carlos Eduardo Pires

Fleury, Sérgio Paranhos

Foucault, Michel

Freire, Paulo

Freitas, Carlos Alberto Soares de

Frota, Sylvio

Furtado, Sérgio Landulfo

Gabeira, Fernando

Gaspari, Elio

Geisel, Ernesto

Geisel, Orlando

Genoino, José

Gomes, Jeová Assis

Gonçalves, Leônidas Pires

Gorender, Jacob

Goulart, João

Grabois, André

Grabois, Maurício

Gramsci, Antonio

Greenhalgh, Luiz Eduardo

Guevara, Che

Guimarães, Ulysses

Harper, Charles Roy

Herzog, Vladimir
Heydte, August Freiherr Von der
Hobsbawm, Eric
Holleben, Ehrenfried Von
Hypólito, Adriano

Jones, Stuart Edgard Angel
Jordão, Fernando Pacheco
Júnior, Alberto Mendes
Júnior, Octávio Gonçalves Moreira
Júnior, Oswaldo Resende

Kotscho, Ricardo
Koutzii, Flávio
Kubitschek, Juscelino

Lamarca, Carlos
Leite, Eduardo Collen
Leme, Alexandre Vannucchi
Lênin
Lesbaupin, Yves do Amaral
Lima, Tito de Alencar
Linebarger, Paul
Lodders, Mário
Lucena, Zenildo

Machado, Márcio Beck
Maciel, Lício Augusto Ribeiro

Maluf, Paulo
Marcellin, Raymond
Marighella, Carlos
Martins, Franklin
Marx, Karl
Massa, Boanerges de Souza
Massa, Cyro
Mattos, Wânio José de
Medeiros, Octavio
Médici, Emílio Garrastazu
Mendes, Bete
Mendes, José Nonato
Mendes, Sargento
Minc, Carlos
Molina, Flávio Carvalho
Monteiro, Lyda
Morais, Tais
Moreira, Eny Raimundo
Mortati, Aylton Adalberto
Müller, Filinto

Nazareth, Helenira Resende de Souza
Neto, João Cabral de Mello
Neto, Pedro Albuquerque
Neves, Tancredo
Nurchis, Manoel José

Okuchi, Nobuo

Oliveira, Antônio dos Três Reis
Oliveira, Ciro Flávio Salazar de
Oliveira, Francisco José de
Oliveira, José Toledo de
Oliveira, Manoel Henrique de
Oliveira, Pedro Lobo de
Oltramari, Alexandre
Osório, Jefferson Cardim de Alencar

Paiva, Maurício
Pandolfi, Dulce Chaves
Pelé
Pereira, Jovelina de Jesus
Perez, Encarnación Lopes
Pimentel, Fernando
Pinto, Onofre
Ponce, José Adolfo de Granville
Potter, Philip
Prado, Caio Graco
Prado, Gary
Prestes, Luiz Carlos

Quadros, Jânio

Ramos, Graciliano
Ramos, Rodrigo Otávio Jordão
Ratzinger, Joseph
Revel, Jean-François

Rocha, Osvaldo
Rodrigues, Jaime Fonseca
Rolim, Salatiel Teixeira
Rosário, Guilherme Pereira do
Rousseff, Dilma

Santos, Joaquim Gonçalves dos,
Santos, Miguel Pereira dos
Santos, Osvaldo Antônio dos
Santos, Theodomiro Romeiro dos
Sarney, José
Seixas, Luís Carlos Sigmaringa
Serra, José
Silva, Alcery Gomes da
Silva, Ângelo Pezzuti
Silva, Arthur da Costa e
Silva, Eumano
Silva, Golbery do Couto e
Silva, Kleber Lemos da
Silva, Luiz Inácio Lula da
Silva, Maria Lúcia Petit da
Silva, Mário Ibrahim da
Silva, Murilo Pinto da
Silva, Norival Euphrosino da
Sirkis, Alfredo
Sobrinho, Eduardo Jorge Martins Alves
Sobrinho, João Carlos Haas
Soljenítsin, Alexander

Souza, Aluísio Madrugá de Moura e

Souza, Divino Ferreira de

Souza, Lucia Maria de

Stalin, Josef

Stepan, Alfred

Teixeira, Antônio Carlos Monteiro

Thomaz, Maria Augusta

Toledo, Márcio Leite de

Tsé-Tung, Mao

Ustra, Carlos Alberto Brilhante

Vandré, Geraldo

Vannuchi, Paulo de Tarso

Vargas, Getúlio

Venceslau, Paulo de Tarso

Ventura, Zuenir

VI, Papa Paulo

Vieira, Lúcio

Vieira, Maurício

Vilma, Eva

Weschler, Lawrence

Westernhagen, Edward von

Wilda, Roberto Paulo

Wright, Delora Jan

Wright, Jaime

Wright, Paulo Stuart

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub
pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A.